

Cássia D'Aquino

COMO FALAR DE DINHEIRO COM SEU FILHO

- Quando começar a dar mesada?
- Como dizer não aos excessos dos filhos?
- Como transmitir o valor do dinheiro?



**Editora
Saraiva**

VISIT...

LANZAROTE
Caliente.COM

Cássia D'Aquino

COMO FALAR DE DINHEIRO COM SEU FILHO

- Quando começar a dar mesada?
- Como dizer não aos excessos dos filhos?
- Como transmitir o valor do dinheiro?

COMO FALAR DE DINHEIRO COM SEU FILHO

Cássia D'Aquino

Para Luis, meu ninho.

“Dai-me a beleza da alma, a beleza interior, e fazei com o que o meu exterior se harmonize com essa beleza espiritual. Que o sábio me pareça sempre rico; que eu tenha tanta riqueza quanto um homem sensato possa suportar e empregar!”

PRECE DO SÁBIO

Sócrates, *apud* Platão, in Fedro

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo 1

Os primeiros anos

O valor do dinheiro
Querer e precisar
Caro e barato
O melhor da festa
O exemplo dos pais
Amor e consumo
Papel de avô
Família que consome unida

Capítulo 2

Decisões de adulto

O sumiço da infância
De marré de si
Lé com lé, cré com cré
A canoa virou

Capítulo 3

Mesadas

Quando começar?
Dos três aos cinco anos
Dos seis aos dez anos
A adolescência

Capítulo 4

O trabalho

De onde vem o dinheiro?
O prazer do trabalho
Os primeiros trabalhos
Como ganhar dinheiro: resolução de problemas

Capítulo 5

Escolhas

O que você escolhe?
Resolução de problemas/escolhas
Dilemas éticos
Televisão: escolha ou falta de opção?

Capítulo 6

Mundo financeiro

A poupança dos pais
A poupança dos filhos

Aprender a ensinar

Posfácio

INTRODUÇÃO

Desde que surgiu o dinheiro, verificou-se a necessidade de pensar sobre ele. Não por acaso, é possível encontrar até lá atrás, na Grécia antiga, conselhos sobre o melhor uso das finanças. Como sou daquelas pessoas que têm a viva impressão de que os gregos sabiam tudo – ou quase tudo – e de que boa parte do que temos dito, escrito e discutido nos últimos 25 séculos é estrita repetição do que foi dito, escrito e discutido por eles, não me surpreende que a educação financeira, ainda que sem essa denominação, levasse Aristóteles[1] a discorrer sobre a necessidade de se ter uma poupança, o sofrimento de que o avaro é vítima e algoz ou sobre como é de mau gosto a ostentação. Veja se o que ele escreveu sobre este último aspecto não é impressionantemente atual:

A pessoa que tende para o excesso e é vulgar, excede-se, como já dissemos, por gastar além do que seria razoável. Agindo assim, ela gasta demais e demonstra um exibicionismo de mau gosto em ocasiões pouco importantes [...] E tudo isso ela faz não por motivo nobilitante, mas para exibir sua riqueza, e por pensar que é admirada em consequência dessa maneira de agir; ademais, onde deve gastar muito ela gasta pouco, e onde deve gastar pouco gasta muito.[2]

Se saber ganhar, gastar e poupar dracmas já era difícil naquela época, o assunto não ficou mais fácil com o passar do

tempo. Ao contrário, tornou-se cada vez mais complicado até embarçar-se, de vez, na segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos. A explicação para isso tem a ver com o fato de que a construção das ferrovias rumo ao Oeste americano sustentou e concentrou muito dinheiro e poder nas mãos de uma fatia mínima da população. Encantados pelas possibilidades de consumo que suas recentes fortunas de bilhões permitiam, esses novos-ricos provocavam alarde e atraíam olhares reverentes e ambiciosos para seu espalhafatoso estilo de vida. A essência do espírito dessa época foi captada à perfeição no excelente *O Grande Gatsby*, de F. Scott Fitzgerald. Não por acaso, o protagonista do livro, Jay Gatsby, em um rasgo de paixão, descreve a voz de sua amada Daisy como inesquecível “porque soava a dinheiro”.^[3]

Para entender os desdobramentos dessa época, é preciso considerar que, até esse momento da História, o que preponderava nas relações sociais era uma espécie de “ética da produção”. De acordo com esse padrão de reconhecimento social, as pessoas se distinguiam umas das outras sobretudo pela maneira como estavam inseridas no modo de produção. Em outras palavras: saber que você era sapateiro me faria supor – com considerável grau de acerto – uma série de hipóteses sobre a sua vida (grau de instrução; número de filhos; tipo de moradia, alimentação, vestimentas etc.).

O advento dos bilionários americanos transformou esse quadro geral. A partir da admiração que despertavam pela maneira extravagante e ostensiva com que empunhavam seus símbolos de ganância, o mundo viu florescer a “ética do consumo”. Nessa nova perspectiva, as pessoas deixavam de ser identificadas pelo modo como produziam e passavam a ser comparadas e avaliadas a partir dos produtos que exibiam.

Thorstein Veblen, um professor de Economia que de sua janela assistiu a tudo isso nascer, atribuía a essa fase o nascimento da síndrome de “consumo exibicionista”.^[4] Com argúcia e devastador senso crítico, Veblen conseguia distinguir, em um cenário que apenas despontava, características que persistem e determinam em larga medida o que a maioria das pessoas faz de suas vidas ainda hoje. Ele dizia, por exemplo, que em função dessa síndrome nenhum mérito advinha mais do consumo dos bens indispensáveis à vida. O importante – o

respeitável – passara a ser o comportamento perdulário. Ter dinheiro no banco tornara-se um meio insuficiente de propagar superioridade. O dinheiro devia ser alardeado, ou seja, gasto com exagero em coisas que estão além das necessidades básicas.

O resultado desse processo social foi a formulação de um achado tão presente em nosso cotidiano: o importante não é ser. O que importa é ter para parecer ser. Como ouvi de um adolescente que cresceu vagando entre instituições para crianças abandonadas – e que quando conversamos vivia a euforia dos primeiros salários: “Quando eu compro um tênis ou uma roupa de marca, sinto que ‘viro’ um filhinho de papai”. Veblen não teria se surpreendido com a fantasia do meu jovem amigo. Para o economista, o desejo de ser importante faz com que pessoas de todas as classes sociais, com frequência, tentem viver acima de suas possibilidades. Segundo ele, nenhuma classe social – nem os muito pobres – abre mão do consumo exibicionista.

É verdade que os anos da Grande Depressão da economia americana, inaugurados com a Crise de 1929, funcionaram como freio eficiente para o esbanjamento consumista. Mais recentemente a crise de 2008 parece ter provocado o mesmo efeito.^[5] Contudo, a despeito dos períodos de revés econômico, desde a década de 1980, o mundo tem visto surgir seguidas levadas de bilionários. Parte deles foi elevada a essa categoria por honra e lucro do excepcional desempenho do mercado de ações nos Estados Unidos. Outros tantos enriqueceram como resultado direto da expansão dos mercados de eletrônicos, softwares, telecomunicações e indústria de entretenimento. O fato é que, independentemente da origem de tanto dinheiro, os hábitos, costumes e excentricidades que evidenciam a ostentação do dinheiro se mantêm. E a “ética do consumo”, assim, continua na ordem do dia, mais intensa e desgastante que nunca.

Essa distorção da identidade, em que se pretende convencer aos outros de quem se é a partir do que se consome – “sou melhor que você” –, ajuda a explicar os saldos bancários estourados no mundo afora e, muito especialmente, aqui no nosso Brasil varonil. Porém, há alguns outros aspectos que devem ser considerados, se pretendemos compreender as razões de nossa difícil lida com os assuntos financeiros.

Em quase todo o mundo, conquistas recentes – como a ampla participação da mulher no mercado de trabalho, a diminuição

do número de filhos por casal e o surgimento de múltiplas estruturas familiares – acrescentaram ingredientes complicadores à relação com o dinheiro. Um exemplo claro é o fato de que nas famílias residentes em centros urbanos, em que pai e mãe trabalham fora, as reuniões familiares acontecem com mais vagar, quando não exclusivamente, nos finais de semana. Com frequência os encontros ocorrem em situações que de alguma maneira invocam o consumo. As compras no shopping, o almoço no restaurante, o DVD escolhido na locadora, são programas familiares corriqueiros. Essa prematura exposição ao consumo tem levado algumas crianças, desde muito novas, a juntar e confundir o prazer da convivência com os pais ao prazer do consumo. Não por acaso, quando ainda nem bem conseguem falar, dão de balbuciar que lhes comprem isso e aquilo. A (con)usão entre afeto e consumo, pouco a pouco, ameaça a convivência familiar e, progressivamente, transforma em siameses prazer e compra.

De tal forma esse processo se instala em algumas famílias que é possível encontrar crianças que pedem aos pais que lhes comprem alguma coisa – não importa exatamente o quê – para que possam sentir-se relaxadas. Há alguns anos assisti à cena de um garoto de oito anos que, depois de um dia difícil na escola, pedia à mãe que o levasse ao shopping para que pudesse “descansar”. Cheia de dedos, medindo cada vírgula, perguntei à mãe se não seria, talvez, mais adequado para a criança levá-la a dar uma volta no parque. Claramente surpresa com a minha sugestão, e espantada pela própria constatação de que o filho não conhecia o Ibirapuera,^[6] apesar de morar a menos de dez minutos do parque, a mãe ficou de considerar a ideia – em uma próxima vez.

O que leva um adulto a supor que zanzar pelo shopping pode ser mais relaxante para uma criança do que brincar em um parque é coisa que nunca vou entender. Correr, pular, pedalar, exaurir-se pelo prazer do cansaço: é desse tipo de atividade que qualquer criança precisa. A falta disso entristece, adoce, tira da vida, tão cedo, graça e leveza. Não é à toa que nos últimos anos deram de pipocar pelo mundo inteiro diagnósticos de hiperatividade. E, com os diagnósticos, os remedinhos para segurar o desassossego da galerinha que perambula de vitrine em vitrine.

“Noves fora” o consumo exibicionista e a falta de tempo e jeito para ficar com os filhos, aqui nesse nosso cantinho do mundo – apesar de abençoado por Deus e bonito por natureza – a relação com o dinheiro conseguiu ganhar contornos ainda mais preocupantes. A razão disso tem a ver com o fato de que o Brasil foi palco de pelo menos duas décadas de um inacreditável pesadelo inflacionário.

Para os que não se lembram, no período de 60 anos a economia do país troçou em oito mudanças de moedas.^[7] Desse total, seis aconteceram em um intervalo de 20 anos.

Duas consequências gestadas nessa confusão monetária nos alcançam em cheio ainda hoje. Em primeiro lugar, o fato de que vários de nós, adultos sobreviventes desse período, de alguma maneira, continuamos assombrados pelo fantasma da instabilidade. São marcas de desconfiança em relação ao dinheiro – cicatrizes – que perduram. É como se lá no fundo, bem escondido, a gente desconfiasse que uma hora dessas o “barco do real vai virar”. Resultado prático dessa disposição de espírito é a dificuldade que muitas pessoas encontram em controlar o impulso para comprar imediatamente o que querem, em detrimento da possibilidade de planejar a compra ao longo do tempo. É um comportamento temerário, que coloca em risco qualquer orçamento. É bem verdade que esse procedimento faz algum sentido, se lembrarmos que o duelo cotidiano com a inflação nos acostumou às compras por “legítima defesa”: comprar agora, neste minuto, sem mais demora, antes que as pavorosas maquininhas de etiquetagem disparassem novos preços.

Está claro que essa é uma reação que escapa ao racional. Mesmo informados de que a inflação atual é mantida sob controle, muitos de nós agimos – sem nem nos dar conta disso – como se ela ainda estivesse por aí, vagando gulosa e operante.

A segunda consequência herdada do período de inflação foi a ausência de uma educação financeira sólida na nossa formação. E, como não aprendemos, precisamos agora nos esforçar em dobro para ensiná-la a nossos filhos. Em uma economia sufocada pela inflação, qualquer tentativa de planejamento financeiro, por sério e bem-intencionado que fosse, tinha resultados frágeis e um bocado desanimadores. Se não era possível saber o que esperar da economia para o dia seguinte, que dirá planejar os

passos para os cinco ou dez anos seguintes.

Em uma economia desse tipo, levar adiante a prática de dar mesada aos filhos, por exemplo, simplesmente não fazia sentido. Aliás, se você é dos que “pensam” que ganhavam mesada de seus pais, esqueça. Passe a limpo essa memória. O que você recebia – na melhor das hipóteses – era uma grana entregue com regularidade. Mas, como uma das funções da mesada é ensinar a preparar e cumprir um orçamento, era inimaginável que essa intenção pudesse se processar de modo adequado naquele ambiente de eternas trocas de moedas e choques econômicos.

Apesar dos eventuais sustos e dificuldades, a estabilidade da moeda devolveu a todos nós a possibilidade de planejar. E planejar desde projetos simples, como as próximas férias, àqueles fundamentais, como o de organizar planos de previdência ou administrar uma poupança para aquisição do primeiro imóvel. Criou condições, ainda, para que os pais possam, finalmente, iniciar a educação financeira de seus filhos.

Educar não é tarefa fácil. Sobretudo quando se trata de educar em um cenário em que a ética do consumo, as rápidas transformações dos vínculos familiares e a novidade de viver em um ambiente de economia estável se juntam para confundir a gente. Todavia, mesmo difícil, cansativa e tantas vezes desorientadora, a aventura de proteger, formar e emancipar alguém a quem se quer tão bem não tem paralelo. Ensinar os filhos a lidar com dinheiro é parte fundamental nesse processo.

Quando a gente se apaixona, quer que o outro se apaixone também. E, por querer ser aceito, a gente se mostra, se dá a conhecer. Conta ao outro pormenores que mais ninguém ouvirá com tanto interesse: revive a formatura no pré-primário; detalha em minúcias o roteiro sem graça das férias na praia com a família; entrega todas as adolescências dos primeiros amores; partilha planos e vocações secretas. Abre todas as portas. O amor gosta mesmo é de se enroscar em um papo.

De tudo se fala no estado amoroso. De tudo, exceto dinheiro. A gente conhece, se encanta, se apaixona e se casa sem nunca ter tido sequer um dedo decente de prosa sobre a maneira como maneja as finanças. E mesmo se o outro dá sinais de irresponsabilidade ou de excessivo apego ao dinheiro, dá de imaginar que “depois do casamento eu conserto isso”. Conserta nada.

Pesquisas apontam para o fato de que 50% dos casamentos chegam ao fim por conta de divergências em relação ao dinheiro.[8] Essa é a causa direta alegada pelos casais. Muito desgaste emocional – e financeiro – seria evitado se a gente adquirisse o hábito de incluir nos apaixonados inquéritos iniciais uma perguntinha tão simples: “Diga lá, grande amor da minha vida: como é que você lida com dinheiro?”.

É importante notar com clareza que não existe uma maneira correta de se haver com as finanças. Existem muitas. Várias. Múltiplas. O que realmente deveria importar a cada um de nós é ser capaz de perceber que modelo se ajusta melhor aos nossos interesses e ser capaz de construir estratégias eficientes para alcançá-lo.

A algumas pessoas, por exemplo, parecerá que, sendo a vida tão curta, o que interessa é aproveitá-la sem mais cuidados com o porvir. Para elas, importa exclusivamente viver aqui e agora. O futuro – das contas, inclusive – será como Deus quiser. Para outras, a necessidade de segurança financeira é vital. Não há perigo, impulso ou tentação que lhes desvie da trilha da acumulação. Há ainda as que pensam que na vida, se não há risco, não há diversão. Para essas pessoas, *alea jacta est* é mantra desde o café da manhã.[9]

Quando um casal consegue conciliar minimamente suas expectativas em relação ao dinheiro, tudo corre mais fácil. Mas, se houver um desencontro, a coisa toda complica bastante. É o que acontece, em um exemplo vice-versa, quando uma partidária do “caixão não tem gaveta” se une a um moço que declama de cor e salteado até os centavos da planilha. Aí é guerra certa.

Para compreender a maneira como lidamos com o dinheiro – eu, você e o resto do mundo –, não se pode perder de vista o fato de que as bases do nosso modelo financeiro foram construídas até por volta dos cinco anos de idade. Atitudes que funcionaram na infância e nos levaram a conseguir os resultados desejados foram, em boa parte, os responsáveis pela formação da mentalidade financeira que temos na vida adulta. Ou seja, o modo como manejamos hoje nossa vida financeira foi em larga escala construída a partir do que ouvimos; do que deixamos de ouvir; do que vimos ou deixamos de ver nossos pais fazerem ou

dizerem a respeito do dinheiro.

E, como nossas convicções sobre o que é melhor, mais justo ou acertado em relação a esse tema foram formadas há tanto tempo, estamos todos, de certa maneira, no jardim de infância quando se trata de atuar em relação à grana.

Não por acaso, as discussões de casal sobre o rumo a ser dado às finanças da família são um bocado assemelhadas às brigas de crianças. Para defender seu ponto de vista, cada um dos contendores saca argumentos que guarda ainda com cheiro de berço. Meu “certo” é brandido como único. É o “Minha mãe sempre fez...” *versus* o seu “Meu pai sempre disse...”.

Nem sempre a esperança de moldar o outro à nossa feição desaparece com os primeiros embates. Aliás, é mesmo muito raro que isso aconteça. Com alguma frequência, a expectativa de ver o outro “consertado” é apenas adiada, tornando-se parte do pacote da procriação: “Um filho vai dar jeito nisso”. Entretanto, contrariando essa aposta, de modo geral, o nascimento dos filhos reacende, com intensidade redobrada, o apego aos comportamentos herdados da família. Cada um dos pais passa a invocar o “direito” de educar o filho à sua maneira.

O nascimento das crianças é sempre anterior ao parto: os filhos nascem primeiro na cabeça da gente. Fantasias, projeções e medos vão moldando o filho que queremos ter. Esse processo – necessário e saudável – se estende pelos primeiros anos de vida das crias e faz que, em boa medida, “inventemos” quem são nossos filhos. Não por acaso, quando o resto do mundo não enxerga naquele pedacinho de gente mais que um recém-nascido – exatamente igual a todos os outros –, os pais atribuem características específicas, quase predições, às crias: de uns, se diz que têm gênio difícil; de outros, que são preguiçosos; outros mal saem da maternidade e são saudados como comunicativos, mimados, inquietos, inteligentes, sensíveis, medrosos ou bravos.

O processo de “invenção” dos filhos muitas vezes tem início anos antes da gestação. Os planos vão da escolha do nome, à antecipação das feições (“Quero que herde o seu narizinho”); à escolha do time de futebol, aos esportes que praticará ou ao tipo de música que irá preferir. O casal conversa sobre cada detalhe; idealiza cada traço. Mas sobre dinheiro, que é bom, ninguém fala. Não ocorre discutir de que maneira se educará a criança

para lidar com dinheiro. Resumo da história: ninguém combina essa parte e cada um segue improvisando na educação do filhote a partir do que trouxe da própria infância – não raro em desacordo com o parceiro, que faz exatamente o contrário.

A criança, posta no meio da disputa, trata logo de encontrar uma maneira de tirar o melhor proveito da situação. Joga com um, com outro, e aprende, rapidinho, a enrolar os dois.

Como já vimos, não existe uma maneira correta de lidar com dinheiro. Exatamente por isso, não existe manual de uso para educar os filhos neste assunto (nem em nenhum outro, aliás). O que é realmente importante é que o casal seja capaz de conversar e se acertar sobre as características que gostaria que preponderassem na vida adulta dos filhos. Para alguns pais, parecerá fundamental que o filho se torne um empreendedor; para outros, um poupador, filantropo ou grande investidor. O fundamental é decidir o rumo, o ponto a que se quer chegar. Em outras palavras: que tipo de futuro você quer para seu filho?

Contudo, não se engane, a educação financeira aplicada de maneira apropriada e consistente para crianças não tem nada a ver com ensinar finanças para a petizada. O caso aqui não é de adestrar financistas mirins. Isso simplesmente não faz sentido – a não ser para constranger a cria em exhibições nas festinhas familiares: “Agora, explica aí para a tia Cotinha o que são os derivativos, Júnior”. As consequências de precipitações desse tipo variam de inócuas – e, nesse caso, três meses depois o infante não se lembra de mais nada daquelas bobagens que decorou – a perigosas, com crianças assumindo comportamentos inadequados, totalmente deformados pela obsessão por dinheiro.

A função da educação financeira deve ser tão somente criar as bases para que na vida adulta nossos filhos possam ter uma relação saudável, equilibrada e responsável em relação ao dinheiro. Para isso, é só devagar – bem devagar – que se vai longe.

O processo de educar as crianças para lidar com dinheiro deve abarcar quatro grandes áreas: como ganhar, como poupar, como gastar e como doar.

Como ganhar

A ideia de que para garantir solidez financeira à vida dos herdeiros basta assegurar o estudo em bons colégios e, na sequência, em excelentes universidades pode ter servido, com muita sorte, à educação que recebemos de nossos pais. As condições do mercado de trabalho que nossos filhos conhecerão exigirão outros roteiros. Afinal, se, de um lado, a medicina, nos dias de melhor humor, acena com a notícia de que nossos filhotes poderão viver até os 120 anos, os estudiosos da economia não têm sido tão otimistas assim. As notícias que chegam por esses últimos dão conta da crescente redução no número de vagas em quase todos os setores. Ou seja, mais gente disputando um número cada vez menor de empregos. Nossos filhos terão esse problema a resolver pelo meio do caminho.

Como poupar

As crianças devem ser levadas a perceber que o prazer de poupar é semelhante ao que se obtém ao gastar dinheiro. São prazeres complementares. É por essa razão que o apego exagerado ao dinheiro é tão preocupante quanto a displicência irresponsável com os gastos. Ensinar os filhos a reconhecer a dualidade desses prazeres, sabendo conviver com o melhor de cada um, não é difícil. No entanto, como em quase tudo o que diz respeito ao modo como a mentalidade de uma pessoa é formada, quanto menor a criança, mais fácil será.

Como gastar

Gastar dinheiro é fazer escolhas. Ensinar os filhos a discernir as consequências de seguir essa ou aquela opção os torna responsáveis pelo destino que constroem.

Como doar

A doação de dinheiro é a forma mais fácil e descompromissada de gene-rosidade. Contudo, é na doação de tempo e talento que a gente se entrega de fato. Levar as crianças

a perceber que são capazes de generosidade implica estarmos atentos às suas manifestações cotidianas de atenção e apreço pelos outros. Percebê-las e, principalmente, sinalizá-las como gestos bem-vindos. Se não dissermos aos nossos filhos que eles são capazes de generosidade, eles não saberão que são. E, com o tempo, deixarão de sê-lo.

Acima de tudo, é essencial ensinar às crianças que o ganho e o uso do dinheiro devem ser obrigatoriamente regulados pelos preceitos da ética e da responsabilidade social. Sem essa condição precípua, nada mais do que seja ensinado em relação ao dinheiro faz sentido ou vale realmente a pena.

Ao longo dos capítulos, vamos tratar de ver, na prática, como é que tudo isso se aplica ao cotidiano dos nossos filhos.

OS PRIMEIROS ANOS

“Educai as crianças e não será preciso castigar os homens.”

Pitágoras^[1]

Quando perguntam a partir de que momento a educação financeira das crianças pode ser iniciada, acho divertida a expressão que desponta no rosto de quem traz a dúvida. Quando ouvem que por volta dos quatro meses já é possível fazer alguma coisa, a reação quase sempre é de incredulidade. O espanto dos meus interlocutores se justifica – e por isso acho a reação divertida – pela falsa ideia de que educar financeiramente seja ensinar o “tim-tim por tim-tim” das finanças.

Nada disso. O principal objetivo de educar os filhos em relação ao dinheiro deve ser levá-los a atingir a maturidade financeira, ou seja, a capacidade de adiar os desejos de agora em função de futuros benefícios. Como é da natureza humana buscar a satisfação imediata para todos os desejos e necessidades, a maturidade financeira é muito pouco natural.

Daí a importância de educar nessa direção. E aos quatro meses – sim, senhores –, isso começa a tornar-se possível. Por que não

antes? Porque antes dessa fase os sentimentos de urgência para aplacar a fome, sede, dor ou sono do recém-nascido são totais, urgentes e absolutos. Se, sob o pretexto de não mimá-lo, deixa-se prolongar por muito tempo a sensação de desconforto, o bebê passa a sentir-se completamente desesperado. É importante que os adultos sejam sensíveis a essa condição e procurem adaptar-se a ela, socorrendo o filhote tão prontamente quanto possível. A partir dessa disposição em compreender as necessidades do bebê, pouco a pouco, em retribuição, ele vai aprendendo a confiar nos seus cuidadores e, por extensão, no mundo que o rodeia.

No entanto, a partir dos quatro meses a rotina do bebê sofre alterações. De um lado, a mãe se sente mais segura e confiante em relação ao filho. O bebê, por sua vez, começa a ser um pouco mais tolerante em relação aos próprios desejos. A partir desse ponto já não cabe aos adultos socorrer, sem demora, os chamados da criança. E, então, a cada vez que o filhote chama, é possível começar a ensiná-lo a esperar. Basta levá-lo ao colo e dizer-lhe, calmamente, por exemplo: “Aquiete-se, acalme-se. Espere um pouco... você já vai mamar”. O bebê, evidentemente, não pode compreender nem uma palavra do que está sendo dito. Mas, acolhido nos braços e confortado pela voz de seu cuidador, aceitará melhor adiar por mais alguns poucos minutos os seus desejos – aqueles “tais desejos de agora” – do que se permanecer no abandono do berço, em choro exasperante, “para aprender a esperar”.

Levar o bebê a se acostumar a esperar para conseguir o que deseja – uma arte que muitos reféns do cheque especial e do cartão de crédito não conseguem exercitar jamais na vida adulta – é apenas uma das razões pela qual recomendo esse “tempo de espera”. Porém, há outro motivo ainda mais importante: permitir que os pais, devagarinho, se acostumem a suportar a espera dos filhos.

Explico: não raro, a maneira como os pais reagem diante da frustração da criança – seja por ter de esperar para obter o que quer, seja, eventualmente, por não obter – é muito mais intensa que o real sofrimento da criança. Ou seja, sofrem mais os pais por não poderem comprar um brinquedo que imaginam que o filho deseje do que a criança por não ganhá-lo.

O processo de habituar-se a tolerar as inevitáveis frustrações

que vão surgindo no caminho dos filhos é vital, não apenas para driblar as armadilhas cotidianas do consumo infantil – ninguém tem tudo o que quer –, mas, principalmente, para fundamentar a criação de adultos capazes de conviver com os limites da vida em sociedade, já que ninguém pode fazer tudo o que bem quer.

O valor do dinheiro

O tempo passa, a vida segue e um dia, quando você menos espera, por volta dos dois anos e meio, sua cria diz o primeiro “Compra isso?”. Se a vida tivesse um bom diretor de cena, nessa hora soariam trombetas. Porque com essa frase, com esse pedido de qualquer coisa, seu filhote acaba de estrear no fabuloso mundo do consumo. Sem que você tenha se dado conta, até chegar aqui seu herdeiro dedicou um bocado de tempo observando o modo como você consome. E até esse ponto basicamente compreendeu que: 1. existe dinheiro; 2. você tem esse tal de dinheiro; 3. que dinheiro serve para comprar coisas coloridas, divertidas e gostosas.

Se dentro do seu peito bate um coração, você, estalando de orgulho, sem hesitar um segundo, compra o que foi demandado. E quem há de resistir a uma cena dessas? No entanto, atenção. Com esse pedido, a criança está apresentando o passaporte para o início da educação financeira. Convém, portanto, iniciá-la sem mais demora. Afinal, quem está pronto para jogar, deve estar pronto também para aprender as regras do jogo.

Crianças são seres absurdamente concretos. Entendem tudo ao pé da letra. São literais. Mais de uma vez ouvi histórias de crianças que “plantaram” moedinhas intrigadas com algum “Pensa que dinheiro nasce em árvore?” que ouviram por aí.

Da mesma maneira – e essa me tomou anos de observação do comportamento infantil –, quando ouvem os pais justificarem as ausências de casa com “Papai/mamãe tem de ir para o trabalho para ganhar dinheiro”, o que as crianças menores deduzem é exatamente o seguinte: papai/mamãe está de saída para um lugar – dito trabalho – onde irá “ganhar” dinheiro.

O problema é que esse “ganhar” é compreendido pelas crianças na mesma dimensão dos presentes que eles ganham nos

aniversários ou no Natal. E como papai e mamãe “ganham” dinheiro, fica difícil entender que reajam aos pedidos insistentes de “Compra!” – sim, porque depois da primeira vez eles não param nunca mais de repetir isso – sob o argumento de que “não têm dinheiro”.^[2]

Convém não perder de vista que ensinar às crianças a importância de ser cuidadoso com as finanças implica demonstrar, na prática, como isso deve ser feito.

Na vida só aprendemos a respeitar aquilo que conhecemos. Com o dinheiro do país, não é diferente. Por isso, o primeiro passo para a educação financeira formal da criança consiste em estimulá-la a reconhecer e manipular adequadamente as moedas, em uma primeira fase, e, em seguida, as cédulas.

Assim, comece mostrando cada uma das moedas; o que está cunhado de um lado e de outro, os pequenos detalhes.^[3] Chame a atenção para as diferenças de tamanho e cor sem, entretanto, preocupar-se em associar as moedas a nenhum valor. Será prematuro fazer isso agora. Todavia, mais tarde, por volta dos cinco ou seis anos, poderá ser divertido e muito didático pesquisar na padaria o que é possível comprar com apenas um centavo; com cinco; dez, e assim por diante.

Finda a etapa das moedas, é hora, sem pressa, de levar a criança a descobrir as cédulas. Havendo uma lupa por perto, tanto melhor. O que interessa é descobrir com ela os segredos das notas: a textura e os instrumentos de segurança que a maioria das pessoas nem sonha que moram escondidos no dinheiro. Explique à criança que não se devem rasgar, molhar, riscar ou amassar as cédulas. Esse pode ser um excelente momento para presenteá-la, com uma carteira que a ajude manter guardada – e cuidada – uma cédula de R\$ 2,00.

Além do estímulo para que a criança, no concreto, comece a cuidar do dinheiro, outras razões se alinham a favor dessa etapa da educação financeira. Em primeiro lugar, é preciso levar em consideração que todos nós, na figura do Banco Central, gastamos um monte de dinheiro para repor cédulas que se perdem por maus-tratos ou moedas que ficam retidas em bolsas e gavetas, mantidas à margem da circulação. Fazer dinheiro custa dinheiro. E não é pouco. Por isso, para o bem geral dos nossos bolsos, é melhor aprender a conservar com cuidado as

cédulas que estão em circulação. Cuidados como os de não rasgar ou sujar o dinheiro precisam fazer parte de nosso cotidiano.

Em segundo lugar, com a implantação do real e o acesso cada vez mais fácil à tecnologia, o número de falsificações cresceu de maneira considerável. O fato é que no período inflacionário não era vantajoso falsificar cédulas que perdiam valor rapidamente. O que, aliás, prova que, mesmo para falsificadores, a inflação era um pesadelo. A estabilização da moeda, ao contrário, transformou a falsificação de dinheiro em negócio muito lucrativo.

Para que se tenha uma ideia, em 2012 foi encontrado o equivalente a 33 milhões de reais em cédulas falsificadas. O mais espantoso é que a maioria das falsificações apreendidas não se preocupava em trazer a marca-d'água, já que era feita em papel comum. Como a maioria das pessoas não foi educada a prestar atenção ao dinheiro – outro dos resquícios do período inflacionário –, o dinheiro falso circula com tranquilidade. Mesmo entre os bancários não são muitos os que sabem distinguir uma cédula falsa de outra verdadeira.

E, já que estamos falando do assunto, ainda que o prejuízo seja certo, o melhor procedimento a ser adotado, caso você venha a receber dinheiro falso, é entregá-lo imediatamente ao banco. É bem verdade que eles não lhe darão, em troca, uma cédula verdadeira. Mas, ainda assim, vale a pena. O motivo é simples: se a polícia descobrir que uma pessoa estava consciente do uso de cédulas falsas, ela poderá pegar de seis a 12 meses de detenção, além de receber uma multa. No site <<http://www.bcb.gov.br>> estão disponíveis todas as dicas para identificar falsificações. Leve seu filho para dar uma volta por lá.

Querer e precisar

Ser capaz de distinguir o que compramos porque queremos daquilo que consumimos porque precisamos é fundamental em qualquer idade. Sem essa perspectiva posta de maneira bem clara, tudo o mais será sempre confuso na vida financeira. Gastar em coisas que queremos é ótimo, divertido e importante. No entanto, parte de nossas responsabilidades como pais é

ensinar que as necessidades devem ser atendidas em primeiro lugar.

Incitar a criança a tornar-se atenta a essa distinção não exige esforço demasiado. De início, cuide apenas de prestar atenção ao que você mesmo diz à criança. Tente verificar se está usando as palavras certas com a intenção e o sentido corretos. Lembre-se de que o modo como usamos **querer** e **precisar** envia à criança mensagens sobre o nosso sistema de valores.

Usando exemplos do cotidiano, procure explicar, na medida da compreensão da criança, que as pessoas têm diferentes necessidades e desejos porque moram em lugares diferentes, têm sexo ou idades diferentes ou são física e emocionalmente diferentes.

É possível despertar a atenção do filhote para esses aspectos de muitas maneiras. Durante um passeio, por exemplo, ao avistar um bebê, provoque-o perguntando: “Você acha que aquele bebê precisa que alguém cuide dele? Ou será que ele só quer que alguém cuide dele?”. Ou no momento da escovação dos dentes: “Você acha que precisamos da pasta para deixar os dentes limpos ou só usamos porque queremos sentir o gostinho?”.

À medida que as crianças crescem, e o vocabulário se expande, as noções de querer e precisar ganham complexidade. Progressivamente, elas se dão conta de que o que é necessidade para um pode ser apenas “vontade” para outro. O que é, aliás, um excelente modo de transpor os pedidos suplicantes da criança pela compra de celulares e outros quesitos de adoração adolescente. Da próxima vez que ela atacar com os planos de consumo, seja socrático^[4] e devolva a grande questão: você quer ou precisa comprar isso?

Caro e barato

Caro e barato são conceitos bastante complexos. O que é caro para alguém pode não ser para outro. Mas, ao apresentar essas expressões para a criança que está começando a despertar para o consumo, tudo o que se pretende é deixar “vazar” – como quem não quer nada – durante as visitas ao supermercado, à padaria

ou à banca de jornais a existência dessas duas palavras. Deixar escapulir, sem maiores intenções, displicentemente, “Como isto está caro!” ou “Isso está bem barato!”. E basta.

Nada de complicar nem pretender discutir com a criança minúcias de teoria de preços ou discorrer sobre as agruras da concentração de renda. Em um minuto, você verá, a criança começa a fazer um uso saboroso e bem aplicado dessas palavras. Como que se expressando no mais requintado economês, orgulhosa dessa aquisição intelectual, não faltará chance para que ela tome a iniciativa de lhe perguntar antes de decidir pela compra: “E isso? É caro ou barato?”.

Um pouco mais tarde, por volta dos seis anos, é hora de convocar o herdeiro a descobrir a variação de preços de loja para loja. Não importa quanto dinheiro você tenha, nem quanto pouco custe o objeto em questão, o foco aqui é a educação da criança. Mais tarde, no início da adolescência à cotação pura e simples deve somar-se a análise do material. Em relação às roupas, é caso de ensinar a perceber se o tecido é resistente, de boa qualidade, se o acabamento é bem-feito, se eventuais ajustes serão necessários etc.

De toda maneira, e em qualquer uma das fases, a intenção de apresentar caro/barato é levar os filhos a perceber que existem aspectos sobre os quais devemos pensar antes de fazer uso do dinheiro. Que o consumo deve ser precedido de ponderação, e não regido por impulso. Em outras palavras: que o uso do dinheiro exige racionalidade.

Com o passar do tempo, é claro, eles vão compreender que o preço não é o único aspecto a ser levado em consideração no momento da compra. E que nesta vida existem consumos caros que valem muito a pena e outros que, mesmo de graça, são caros demais.

O melhor da festa

Ano vem, ano vai, o velho adágio não sai de moda: o melhor da festa continua ser esperar por ela. Já me referi, entretanto, à dificuldade de alguns pais em suportar a espera dos filhos. No cotidiano, essa intolerância encontra muitos caminhos de

manifestação, nenhum deles bem-vindo à educação das crianças. É o caso dos adultos que, mal ouvem da cria a intenção de um determinado consumo, antecipam-se ao que poderia ser uma curtida e excitante espera, e sem demora – nem tempo para sonho – arrematam o objeto.

E fazem isso, desconfio, pelo desejo maldisfarçado de sentirem-se poderosos, onipotentes, admiráveis aos olhos da criança. Uma bobagem enorme, que ao longo do tempo produz resultados diametralmente opostos aos pretendidos, e que nasce de um erro de cálculo elementar: criança gosta de nutrir no tempo a delícia do seu desejo. Além disso, pela intenção de agradar no curto prazo, tantas vezes perdem-se de vista os valores que se pretendem imprimir à educação dos filhos. Talvez seja o caso de esses pais voltarem a se perguntar que tipo de adulto querem formar.

Não tenha receio de deixar seu filhote esperar para conseguir o que quer. Determine as grandes datas em que ele será presenteado e as comunique a ele. Se o herdeiro ainda não tem perfeita compreensão da passagem do tempo, será de grande ajuda providenciar um calendário – de tamanho grande o bastante para que ele mesmo possa ir assinalando “Quantos dias faltam?” para o grande dia.

Deixe-o fazer planos, por meses que seja, sobre o que irá pedir no aniversário. Não importa que a cada semana ele mude de ideia sobre o presente escolhido; as modificações no roteiro são parte da diversão nesse processo.

Procure estabelecer marcas de tempo associadas ao consumo. Um exemplo fácil, que tem a vantagem de ser muito saudável, é autorizar a ingestão de refrigerantes apenas nos finais de semana. Você vai se surpreender com a alegria e o efeito organizador que decisões simples como essas provocam na criança.

São especialmente delicados os atropelos que os adultos – frequentemente com a melhor das intenções – promovem em épocas como a Páscoa. Por acaso você consegue imaginar o esforço que uma criança precisa fazer para acreditar no Coelho da Páscoa quando, semanas antes da data, a cada ida ao supermercado, os ovos são repetidamente incorporados às compras familiares? Se o que lhe ocorre é que não há como disputar com as gôndolas dos supermercados – que a cada ano

começam a vender a festa cada vez mais cedo –, minha resposta é que sim, é possível ganhar essa guerra. Tudo depende apenas de você determinar-se a controlar o **seu** impulso de ceder à tentação. Saiba esperar e seus filhos também saberão.

Há pouco mencionei o esforço que as crianças fazem para acreditar no Coelhinho, um mito tão benéfico quanto o do Papai Noel – outra vítima de atropelos constantes.

Nenhuma criança espera que o Papai Noel traga presentes para os adultos – de fato, acharia estranho se trouxesse –, mas está convencida de que não será esquecida. E, embora o nascimento de Cristo tenha um profundo significado religioso para os que professam o cristianismo, para as crianças não é bem isso que importa. Para a maioria delas, o dia do aniversário e o Natal são uma espécie de feriado infantil.

Para as nossas crias, o que importa mesmo é a vinda do Papai Noel. E é bom que seja assim. Fantasias desse tipo ajudam a superar as inseguranças infantis que decorrem de sua compreensão limitada do mundo, de suas dúvidas sobre como lidar com os problemas e sobre sua capacidade de serem amadas.

Quebrar esse mito contando aos filhos que o Papai Noel não existe é uma covardia. Há pais que resolvem que está na hora de os filhos saberem a “verdade”. E a verdade consiste em contar que são eles que comprem todos aqueles presentes caros. Tenho comigo que fazem isso por inveja do Papai Noel. É como se não suportassem que o bom velhinho levasse os créditos por todo o trabalho – e gastos – que tiveram. Revelam a farsa inconscientemente, à espera de que os filhos corram a agradecer-lhes tamanha generosidade.

De outro lado, há os que resolvem quebrar o encanto, preocupados em não poder atender à lista de presentes que a prole elaborou. E fazem da revelação uma conversa franca, racional, sobre os limites financeiros da família. Desnecessária precipitação. É verdade que às vezes as crianças rejeitam os presentes que os pais lhes dão, se não são os presentes certos, aqueles que pediram. Entretanto, nenhuma criança rejeita um presente trazido por Papai Noel, ainda que não seja exatamente o esperado. As crianças sempre desculpam as confusões do Papai Noel. É parte do pacto mágico que firmam com ele. Por não se lembrarem disso, alguns pais sofrem pelo temor à frustração

infantil. E criam um caos de cheques especiais e cartões estourados.

Para que os ansiosos se tranquilizem, e não enfiem os pés pelas mãos nas compras dos próximos Natais, vai uma sugestão: pesquisem com os filhos, com antecedência, a lista do que pedirão para o Papai Noel. Limitem o número de presentes a constar da carta (não se pode mesmo esperar que haja espaço no trenó para carregar muitos brinquedos). Uma semana depois, refaçam a lista com eles. E na outra. É provável que, a cada intervalo, eles desistam de algumas escolhas e acrescentem outras. Ótimo. Dentre tantas expectativas de presentes, vocês poderão, sensatamente, garimpar as que se ajustam ao orçamento de que dispõem.

Conheço uma historinha perfeita para ilustrar o que é um Natal ideal do ponto de vista da criança. Tânia e Ari têm dois filhos lindos. No Natal, quando o caçula tinha quase três anos, cismou que queria ganhar um pirulito. Só um pirulito. Ninguém entendeu a razão. Os pais podiam lhe comprar qualquer coisa e o menino com essa. O que os outros iriam dizer? Todos os esforços para convencê-lo a acrescentar algo mais à lista de presentes deram em nada. O pequeno não negociava. Só pedia que escrevessem: quero um pirulito. Festa em família, meia-noite, Papai Noel chega. Os presentes sendo entregues, cada primo com três, quatro pacotes, e o pequeno nem se mexia, colado na espera. Até que o Papai Noel deu a ele o menor pacote que tinha. Em um rasgo, rompeu o embrulho e extasiado, mais feliz que qualquer outro, achou o que tanto queria. Um pirulito. Só um pirulito. Garoto de sorte esse.

O exemplo dos pais

Há boas e más notícias em relação às possibilidades de educar nossos filhos para lidar adequadamente com o dinheiro. A boa notícia é que nós somos os principais modelos para eles. Com isso quero dizer que não há grupo de amigos, publicidade, escolas ou qualquer outra coisa que seja páreo – nem de longe – para a nossa influência.

Paradoxalmente, a má notícia também é essa, já que a constatação puxa o tapete das desculpas que a gente costuma

escalar para justificar o consumismo das crias.

É curioso o número de vezes que sou procurada por pais que, aflitos por não conseguirem entender a razão do procedimento dos filhos, mal começam a descrever as queixas e apercebem-se de que são eles próprios o espelho que origina aquele comportamento reflexo.

Não quero com isso dizer que o destino dos filhos seja repetir o padrão dos pais na lida com o dinheiro. Esse não é um processo que se dê de forma tão mecânica.

Felizmente, nossos filhos não estão condenados a ser uma cópia triste dos nossos erros ou desacertos. Contudo, é preciso ter coragem para admitir que a maneira como traduzimos o mundo – nossas atitudes e noção de valores – fica marcada em nossos filhos de modo que os anos não podem eliminar.

Para usar uma analogia, embora haja grande margem de probabilidade, não necessariamente um filho de um alcoólico fará uso abusivo de álcool na vida adulta. De fato, pode acontecer, em um movimento oposto que renega as marcas dolorosas do padrão familiar, de se tornar abstinente – incapaz de suportar qualquer contato com a bebida. Mas, mesmo nesses casos em que se renuncia a repetir o modelo, as marcas firmadas na infância ainda estão lá. Dolorosamente vivas.

Transferindo esse exemplo para o uso do dinheiro, não é imaginável que crescer observando pais que são modelos de comportamentos repetidamente irresponsáveis na condução das finanças familiares “produza” adultos reféns de apavorante angústia pela possibilidade de perda do controle financeiro. Se invertermos o sinal da equação, teremos que lares sovinas podem originar herdeiros perdulários. E, tanto em um caso como no outro, as marcas da criança sofrida ainda estarão indelevelmente lá.

Mas como, por sorte, a maioria das crianças não convive com situações tão extremadas em relação ao dinheiro, o mais frequente é mesmo a imitação do comportamento dos pais – embora em graus variados.

Nossa primeira dificuldade em relação a estabelecer modelos adequados no tocante às finanças começa na maneira como falamos sobre o assunto com os filhos. No mais das vezes, a preocupação em conversar com a prole em relação aos gastos

surge nos piores momentos. Não raro, afloram justamente nos período das “vacas magras”, quando tudo é tensão e motivo para briga. Compreendendo as cores da situação, não é de estranhar que o tom da conversa oscile das lições de moral para as broncas coléricas. Nove em cada dez vezes, a frase de abertura inclui o comunicado de uma decisão: “A partir de hoje, vocês vão aprender a dar valor ao dinheiro”. Ladeira abaixo, acompanhando o tema inicial, seguem-se os clássicos “Eu me mato de trabalhar e vocês não dão valor a nada” e “Vocês estão pensando que meu dinheiro é capim?”.

Não bastasse o melodrama, assim que as vaquinhas vão ganhando peso no pasto – e a fase da bonança dá o ar da graça –, a preocupação em ensinar aos filhos o valor do dinheiro desaparece da ordem do dia. Além disso, a falecida maré baixa é substituída não pela providente criação de uma poupança, possível âncora em futuras tempestades, mas por uma sucessão de gastos irrefletidos e imprudentes que funcionam como resposta ao enigma berrado lá atrás: sim, definitivamente, dinheiro aqui em casa é capim! Se nossa atitude em relação ao dinheiro é leviana e displicente, como esperar que os filhos ajam de outra maneira em relação à mesada?

Então, desde agora e para sempre, vamos deixar combinado, acertado e decidido que o melhor momento para falar sobre dinheiro com os filhos é quando se tem dinheiro. Essa é a hora adequada para, com serenidade, ensinar a calcular um orçamento, discutir as prioridades do planejamento familiar ou instruir sobre as diversas formas de investimento.

Amor e consumo

Pouca coisa – se existe alguma – é mais prazerosa que o abraço demorado e entregue de um filho. Quando são pequeninos, então, chega a ser covardia o modo como se apossam do pescoço, enrodilhados em nosso amor. Nessa hora, fica claro, translúcido: foi para encontrar esse abraço que a gente nasceu. Tudo neste mundo está contido e justificado naqueles abraços de perder fôlego. Sem mencionar que é difícil não amar de endoidecer criaturinhas que só veem em nós o melhor, ainda que para isso tenham de inventá-lo.

Sei muito bem o que é isso. Melhorei um pouco, porém até alguns anos atrás minha especialidade culinária era um bolo de laranja, *pièce de résistance* de uma série de desastres na cozinha. O bolo, que não era propriamente meu – posto que fruto de uma “parceria” com os fabricantes que entravam com os ingredientes e eu com a boa vontade e dois ovos –, rendeu-me o título de “melhor fazedora de bolo do mundo”. É certo que meu crítico gastronômico ainda trocava as letras quando pronunciou o elogio, mas e daí? Só mesmo um filho para louvar um talento culinário como o meu.

E é assim, irresistíveis como são, que um dia eles pedem pela primeira vez que a gente lhes compre alguma coisa. Felizes por, enfim, ter chance de retribuir tanto encantamento, compramos na primeira vez, na segunda, na terceira e seguimos comprando vida afora. Compramos o que eles pedem – e até o que eles não pedem – sempre na expectativa de receber o abraço agradecido. Entretanto, o tempo passa e pedir vira rotina; ganhar também, e os efeitos viçosos da nossa generosidade perdem efeito. Nem abraço, nem obrigado, nem nada. Quando muito, e de vez em quando, um muxoxo.

A perda de empenho no agradecimento e o ar de enfado que ressurge cinco minutos depois de receber cada novo brinquedo devem servir como alerta do excesso de mimos. No entanto, nem sempre os adultos se dão conta desse nexo. E, em vez de parar o jogo, adensam as apostas. Quanto mais a criança pede, mais presentes recebe, menos satisfação manifesta. Quanto mais os pais compram, mais querem sentir-se amados, menos confirmação do amor recebem. Uma espiral de sofrimento e consumo que só afasta os envolvidos.

Vivemos dias de corrida insana. Para conseguir manter-se no mercado de trabalho, muitas mães abdicam inclusive do cumprimento integral da licença-maternidade. (Calma, meninas, calma. Tanta pressa tem seu preço.) Para empatar as contas ou por causa dos divórcios, o número de horas no escritório cresce à medida que os filhos amadurecem longe dos nossos olhos. Queremos que nos amem e nos esforçamos para isso. Pena não estarmos lá para aproveitar o melhor de nossa própria festa.

Presentear os filhos é das boas alegrias que podemos ter. Todavia, é preciso atenção para não se perder em um detalhe: presentes devem ser expressão de afeto, nunca um substituto. O

tempo juntos jogando fora conversa e riso; o “parto” assistido do primeiro dente amolecido; estar lá para comemorar a nota boa e estar lá também para compreender a nem tão boa, são presentes que não se abandonam em um canto da alma. Esteja muito atento: qualquer criança que seja excessivamente voltada para o consumo (sobretudo antes dos nove anos de idade) está em sofrimento. E a ansiedade que manifesta pedindo sempre que lhe deem mais e mais desvenda o enigma que esconde: algo está faltando na vida dela.

Para barrar o jogo de enganos entre amor e consumo, quero sugerir quatro providências. As três primeiras de ordem prática; a quarta de natureza reflexiva. A primeira é o estabelecimento de um rodízio semanal de brinquedos. Permita que apenas um número reduzido deles permaneça exposto e ao alcance da cria. Tire de cena todos os outros. A cada semana renove o estoque, priorizando sempre a escolha de brinquedos que sejam compatíveis com as possibilidades de concentração da criança. Não se esqueça de consultar a cria sobre o desejo de conservar por um período mais longo um ou outro brinquedo de sua preferência.

A segunda sugestão é voltada para as crianças entre três e seis anos. Brincadeiras que envolvam a invenção de brinquedos a partir de sucata são uma extraordinária experiência para pais e filhos. Junte caixas de diversos tamanhos, copinhos de iogurte, fitas coloridas, garrafas pet e prepare-se para descobrir de quanto pouco seu filho precisa para se divertir.

A terceira sugestão é para quem passa tempo demais viajando a trabalho e embute nos presentes que traz as saudades dos filhos. Quando as crianças pedem que alguma coisa lhes seja trazida das viagens – ou do longo dia no escritório –, o que estão dizendo no anverso do pedido é: você pensará em mim como pensarei em você? Sentirá minha falta como sentirei a sua? Essa é a razão dos eternos pedidos de presente. Eles servem para fazer prova da saudade.

Entretanto, quando por conta da total falta de tempo, a solução que ocorre é solicitar que a secretária se encarregue de comprar o presente, aquele pedido de reconhecimento amoroso não consegue encontrar eco. Uma conversa nesses exatos termos que tive com um executivo inspirou-o a convidar a filha de oito anos a que criassem uma coleção de folhas. E, porque não toma

tempo demais – e há sempre alguma árvore a caminho do aeroporto ou do hotel em qualquer lugar do mundo –, o rito de saudade de pai e filha transmutou-se. Recolher a folhinha, trazê-la com todo cuidado e adicioná-la, juntos, à coleção foi uma saída linda que eles encontraram para o impasse da distância.

A quarta providência pode ser dolorosa, mas é crucial: acostume-se a não ser adorado o tempo todo por seu filho. Ele precisa – muito – que você seja capaz de resistir às birras, às caras fechadas e às batidas de porta, sem correr para o shopping acenando com qualquer suborno afetivo. Seu filho precisa que você suporte dizer não a ele.

Não faz muito tempo, na sessão de perguntas que se seguiu a uma de minhas palestras, ouvi de um pai a seguinte dúvida: como é que a gente diz não para um filho de cinco anos? Pedi a ele que fosse mais específico, ao que me contou, então, que pensava nas vezes em que tentara, sem sucesso, negar ao filho de cinco anos uma ida a um *fast-food*. Quando perguntei quais eram as reações da criança, ouvi: “Ele fica emburrado”. Só isso? –, insisti. E bastou confirmar que sim, que essa era toda a temida reação da cria, para que o pai risse da armadilha que, a um só tempo, vinha armando e na qual estava se metendo.

Papel de avô

Dizem que os avós são pais com açúcar: não educam, “deseducam”.

Embora seja um mito sedutor – quem não gostaria de ter avós sem limites para a paparicação? –, ele é causa de muita discórdia nas famílias.

É verdade que, muitas vezes, mesmo estando os pais de acordo sobre os limites que querem impor ao consumo ou às finanças dos filhos, os avós – ainda que com a melhor das intenções – encontram formas de boicotar esse acordo. É uma situação delicada que exige um bocado de diplomacia.

Para superar o impasse, os pais devem envolver os avós no processo de educação financeira das crianças, explicando as razões dos limites e pedindo que eles colaborem. E isso não é difícil. Afinal, quem ama se preocupa com o objeto do seu amor.

Quer que ele se desenvolva bem, com segurança no presente e confiança no futuro. Vovôs e vovós, amorosos como são, não querem mais que isso para os netos. E, se convocados a colaborar para a conquista desse objetivo, poderão exercer uma extraordinária influência na educação dos herdeiros.

É o que acontece, por exemplo, quando compartilham suas histórias de vida com os pequenos. Relembrar os episódios que envolveram definições de prioridades para a conquista de sonhos; os esforços feitos para a superação de dificuldades financeiras; ou, até, a resolução de algum dilema ético que tenham vivido (O que foi mais difícil em cada um desses processos? Como essas dificuldades foram superadas? O que aprenderam com essas experiências) aproxima as gerações. Além disso, histórias assim fornecem repertório às crianças para lidar com problemas. Inclusive com aqueles envolvidos na relação com o dinheiro.

Mas se, apesar dos esforços diplomáticos, os avós insistirem nos mimos fora de hora, uma saída honrosa para todos os envolvidos pode ser a sugestão de que eles transfiram para alguma forma de poupança[5] a quantia que pretendiam gastar, fora de hora e razão, mimando os netos.

Família que consome unida

É tão comum que é como se houvesse uma cláusula no contrato dos filhos garantindo o direito a se jogar no chão, entre os dois e os seis anos de idade, sempre em público, preferencialmente em supermercados, fazendo alarde e causando grande embaraço aos pais.

Se você nunca passou por isso, não sabe o que está perdendo. Porque, muito embora não seja um espetáculo original, é de uma impressionante sincronicidade. Assim que a criança desaba aos pés da vítima, todas – rigorosamente todas – as outras mães da cidade adentram o estabelecimento para censurar a genitora com os olhos. E a pobre alma, atônita, hesita entre sair correndo e abandonar para sempre aquela criança ou jogar-se ela também no chão simulando que chilique é mania de família.

Meu conselho para superar essa situação: sorria. Não ceda,

não grite, não enlouqueça. Apenas sorria. Aprenda a lição que a vida, de um modo tão barulhento, lhe oferece: nessa vida tudo passa e esse “mico” também vai passar. Ou por acaso você já viu algum adulto estatelado no chão do supermercado, tendo um “piti”?

Pesquisa realizada pelo Programa de Administração de Varejo (Provar), da Fundação Instituto de Administração (FIA/USP),^[6] demonstrou que 80% dos consumidores fazem compras no supermercado sem providenciar uma listagem dos produtos que pretendem consumir. E pensar que no decálogo do planejamento financeiro esse é o primeiro e mais sensato mandamento a ser seguido. Supermercados são campo minado com técnicas devastadoras para arrebatrar o consumo impulsivo dos clientes. Fazer as compras sem o cuidado prévio de confeccionar a lista é perder dinheiro na certa. Não por acaso, essa mesma pesquisa detectou que, em função da ausência das listas, 37% das pessoas que entram no supermercado gastam, em média, 20% a mais do que o inicialmente previsto. Considerando os sustos com o tamanho da conta na hora de passar pelo caixa, não deixa de ser surpreendente a ausência de faniquitos adultos nessa hora.

A recomendação de feitura de listas é tanto mais premente para quem se faz acompanhar nas compras pelos filhos. Se para os adultos é difícil resistir às embalagens chamativas e a promoções de todo tipo, imagine para as crianças, que têm, bem à altura dos olhos, ao alcance perfeito das mãozinhas, gôndolas estudadamente transbordantes de chocolates, balas e biscoitos. Supermercados atraem as crianças como João e Maria foram atraídos para a casa da bruxa. Só que, nesta versão, a malvada são os pais, que impedem que eles peguem tudo quanto queiram. Dá para entender por que se jogam no chão aos berros.

De toda maneira, tendo sido fortes o bastante para superar o episódio, convém que do vexame em diante os pais considerem estratégias que evitem a repetição do incidente.

Manter as crianças afastadas do supermercado é uma falsa solução, escapismo que varre para debaixo do tapete a solução do problema. É justamente o contrário, a convocação da prole para participar da feitura da lista, que garantirá a paz familiar.

Mesmo as crianças muito pequenas – por volta dos dois anos e meio – podem ser convidadas a colaborar nesse processo. Basta

deixá-las responsáveis pela verificação da necessidade de compra de alguns produtos. Assim, enquanto assistem aos pais preparando a lista, as crianças devem ser solicitadas a averiguar na despensa a necessidade de compras de sabonetes, por exemplo. Feita a checagem, e uma vez que recebam da criança a solicitação de inclusão do produto na lista, os pais devem torná-la responsável pela incorporação de determinado número de sabonetes ao carrinho de compras. É comovedor vê-las concentradas no cumprimento dessa incumbência.

Convocar as crianças a assumir a responsabilidade pela aquisição dos itens solicitados – missão que cumprem com zelo e galhardia – evita que, aborrecidas com a chatice do programa, se ocupem tão determinadamente a provocar a ira dos pais. E, de quebra, aproxima as crianças do planejamento familiar, uma arte da qual trataremos no próximo capítulo.

DECISÕES DE ADULTO

“[...] e assim não se dá aos discípulos a verdade, mas somente a aparência de verdade; serão heróis de muitas coisas, e nada terão aprendido; eles parecerão oniscientes e geralmente nada saberão.”

Diálogos de Platão [1] – Fedro

A geração dos nossos filhos é a primeira a deter, ainda na infância, quantidade de informações superior à dos pais. Na prática isso significa, de um lado, que, quando querem saber de onde vêm os bebês, as crianças não parecem mais precisar dos pais para descobrir. Podem perguntar diretamente ao Google, oráculo de Delfos da pós-modernidade. De outro lado, quando uma indecifrável mensagem de erro, do nada, brota na tela de seu computador, havendo no ambiente qualquer personagem imberbe é para ele que você apela clemente socorro. E, pode ter certeza, quanto mais assustador parecer o problema, mais simples será a solução apontada por ele. “É só reiniciar o computador”, por exemplo, dirá seu salvador sem disfarçar o tom *blasé*.

A publicidade, com seu dom de iludir a percepção pública, apercebendo-se da mudança de direção na via do conhecimento tecnológico, deformou-a e, para vender desde carro até conta bancária, usa e abusa do estereótipo de criancinhas geniais comandando pais completamente imbecilizados. Campanhas desse tipo apontam a mira para a criança, alçada à condição de sumidade da família, insinuando que, por ser tão mais “esperta”, é merecido que caiba a ela decidir os rumos do consumo familiar. Raciocínio muito proveitoso às intenções publicitárias, na medida em que é mais fácil suggestionar o consumo infantil que o adulto. Reação a essa ação, efeito perverso desse equívoco, é a indução a que os pais renunciem a seu poder de mando, decisão e escolha.

Não passa ano sem que eu seja convidada a manifestar opinião sobre alguma pesquisa, quase que invariavelmente conduzida por agência de publicidade, que aponta as crianças como responsáveis por decidir todo tipo de consumo da família, desde a escolha da manteiga até a compra do apartamento. E não passa ano sem que eu faça o mesmo comentário a respeito. Em primeiro lugar, o de que essas pesquisas me dão sempre a impressão de serem convenientes profecias que se autocumprem. Em segundo lugar, o de que se – e esse é um grande se – as crianças e adolescentes assumiram, de

fato, as rédeas do consumo familiar, os pais estão cometendo um erro crasso. Não tem cabimento dar às crias esse poder. É um peso que, simplesmente, elas não conseguem suportar.

A contingência que empurra o convívio familiar para os finais de semana associados ao consumo, cria condições, é verdade, para que os filhos muito precocemente sejam chamados a palpar sobre uma série de consumos. Mas, atenção, dar palpite é uma coisa; decidir é outra completamente diferente.

Não há dúvida de que convidar os filhos a acompanhar o processo de decisão envolvido na aquisição de um produto de monta, como de um veículo, por exemplo, pode ser muito educativo.

Além de reafirmar os laços familiares – a compra de um novo carro quase sempre é fruto de conquista longamente planejada –, serve para ensinar às crias um bocado sobre finanças. Quais serão as condições de pagamento? Quais as vantagens e desvantagens de cada modelo analisado? Quais serão as implicações financeiras posteriores à aquisição (juros de financiamento, custo do seguro, manutenção, IPVA)? Qual a margem de depreciação em uma eventual revenda?

São ponderações importantes que, traduzidas para as possibilidades de compreensão dos filhos, devem ser percebidas como roteiro para um processo racional de tomada de decisão. Completamente diferente de empurrar para o Júnior, a seco, a responsabilidade da escolha (“E ai, filho, que carro a gente leva?”).

O fato é que alguns pais tendem a confundir manifestação de afeto pelos filhos com o abandono das responsabilidades de adultos. Ou, tão grave quanto, com a presunção de que a criança é tão adulta quanto eles. Ou, pior, que a criança – como quer a publicidade – é mais adulta do que eles.

Um dos pais mais amorosos que conheci se orgulhava de manter com o filho de seis anos uma convivência de plena camaradagem, de total companheirismo. A cada dia, assim que o pai regressava do trabalho, como bons amigos, os dois sentavam-se para conversar, cada um com uma cerveja na mão. Exceto pelo fato de que a cerveja da criança não continha álcool, tudo o mais se passava como se o filho tivesse o discernimento de adulto. O pai contava-lhe as agruras do dia, detalhava os embates com os clientes; abria o coração, queixava-se do casamento. Pedia conselhos.

A angústia provocada por uma situação desse tipo é inimaginável. O pavor que a percepção – permanentemente reforçada pelos pais – de que a criança é a pessoa mais adulta/inteligente/sensata/responsável da família é devastador para esses bichinhos.

Crianças precisam ser cuidadas, protegidas nos seus limites infantis e isso implica deixar claro, de modo inequívoco, quem é que manda em quem; quem é que protege quem.

Crianças são imensamente concretas, volto a dizer. Por isso, se a todo momento, a cada pequena decisão de compra, os pais solicitam e endossam a opinião de “sua majestade”, correm o risco de passar a ser vistos como despreparados para o papel de cuidadores. Com isso, a criança inverte o desejável e constrói a fantasia de que é ela a responsável pelos destinos da família. Torna-se despótica, colérica, implacável quanto ao cumprimento de suas determinações e vontades.

Porém, durante o sono, desobrigada de se fingir adulta, seu corpinho relaxa e faz xixi na cama. É seu jeito de pedir socorro para ver se alguém se toca que naquela casa ainda mora uma criança.

O sumiço da infância

Segundo o livro *A lógica do consumo*, de Martin Lindstrom, de 2007 para 2009 praticamente dobrou em todo o mundo a porcentagem de meninas entre oito e 12 anos

que usam maquiagem.

No início de 2011, uma loja de departamentos norte-americana, atropelando o bom senso, inventou de vender sutiãs com enchimento para meninas de oito anos. Por volta da mesma época, uma rede varejista do Reino Unido criou um kit “Dançarinas do Poste” (*pole dance*) para meninas a partir dos dez anos. Em um deboche que dinheiro nenhum justifica, o rótulo do produto anunciava: “Liberte a gatinha sexy que há dentro de você”.

Como parte das comemorações do Dia das Crianças, em 2013, a uma pré-escola no Rio de Janeiro ocorreu uma ideia tão absurda quanto irresponsável: ao som do funk “Show das Poderosas”, as crianças eram incentivadas a rebolar a coreografia da música. As “tias” se acabavam de dançar junto.

Sempre que assuntos relacionados à erotização das crianças sobem à cena, é comum ouvir o argumento de que a “maldade” está na cabeça dos adultos. Crianças são ingênuas – insistem – e não sofrem consequências por se portarem como adultos antes da hora. “Que mal há nisso? É apenas uma brincadeira de faz de conta, coisa de criança”, dizem.

Mas é aí que está o problema. Nós, adultos, possuímos maneiras de peneirar as informações e as mensagens que julgamos nocivas. As crianças não possuem esse filtro. Elas não têm como se defender das consequências de uma erotização precoce. Ao incitá-las a mimetizar comportamentos de cunho sexual, a ganância da indústria e/ou a leniência dos adultos terminam por deixar nossas crianças expostas, de várias maneiras, a graves riscos.

De marré de si

Não há pai ou mãe que não seja surpreendido um dia pela pergunta cravada no peito: “Nós somos ricos ou pobres?”.

Há pais que reagem com extremos de sensibilidade à pesquisa – quase ofendidos pelo que temem ser uma avaliação de desempenho. A resposta não seria tão complicada se os pais compreendessem que a dúvida reflete tão somente a curiosidade infantil em saber como é que a família se define em relação a esses termos. À época em que a interrogação costuma surgir, as crianças não têm maior noção do que implica, na vida real, ser rico ou ser pobre. A associação que estabelecem para as categorias se baseia, sobretudo, nos contos de fada que conhecem.

E nos contos, como você deve lembrar-se, mesmo os príncipes e princesas que, por tramas do destino, empobrecem, conseguem recuperar todo o dinheiro – acrescido de um grande amor – no final sempre feliz. E há também os personagens pobres, os quais, por sorte, magia, tenacidade ou casamento, ao fim são tornados igualmente ricos. Assim, do ponto de vista dos contos de fada, a pobreza é apenas uma circunstância a ser superada. Essa é a base sobre a qual as crianças constroem suas primeiras impressões sobre as divisões de renda. Porém, dado que não vivem em castelos suntuosos; tampouco em choupanas cercadas de animaizinhos silvestres, faz sentido que peçam ajuda para descobrir se, afinal de contas, são ricas ou pobres.

Tomando as razões que deram origem à pergunta, percebe-se que tudo o que a criança busca é uma resposta clara: pobres ou ricos? Mas, como no mundo real a vida tem os tons de cinza que faltam ao “tudo ou nada” dos contos – e como as crianças sabem perfeitamente que não vivem em uma história de fadas –, basta aos pais invocar a distância que existe entre o mundo encantado e os limites da realidade para articular uma resposta que faça perfeito sentido para as crias. E, a não ser que a maior fortuna do mundo lhe pertença, indicar para a criança que a classificação de renda da família deve ser relativizada a partir da perspectiva de que existem pessoas mais ricas e também mais pobres, parece o mais acertado. Essa é uma resposta que, de modo geral, satisfaz a criança e encerra o assunto. A não ser que você tenha o azar que os pais da Helena

tiveram.

Quando a menina, aos cinco anos, trouxe à tona a dúvida existencial, encontrou pais serenos o bastante para convencê-la, sem floreios, da situação da família. Nem muito ricos, nem pobres, explicaram, resolvendo a questão de maneira direta: somos de classe média. A garota, satisfeita com a explicação, deu por encerrado o assunto. Alguns dias depois, no entanto, voltou da escola transtornada, em pranto desesperado. O casal tratou de acudi-la tentando descobrir a razão das lágrimas, mas tudo o que a Helena inconsolável, repetidamente implorava aos pais era que deixassem de ser classe média. Só mais tarde, ainda suspirando, confessou a causa da agonia. A professora, iniciando os ensaios para a festa de Natal, ensinara a música que revelou à Helena sua triste sina: “Seja rico ou seja pobre, o velhinho sempre vem” – mas, concluía, retomando o choro, “Papai Noel nunca vem para a classe média!”.

Quando se tornam um pouco mais velhas, por volta dos sete anos, as crianças voltam a manifestar curiosidade acerca dos limites de renda da família. E, nesse momento, a origem da preocupação provavelmente estará relacionada à constatação de que outras crianças possuem coisas que elas não têm.

Lidar com essas inquietações infantis poderia ser bem mais fácil se a gente não se sentisse tão ameaçado por elas. De fato, não é nada raro que os pais – muito mais que as crianças – manifestem desconforto com as diferenças de renda representadas, por exemplo, no ambiente escolar. Em relação a esses temores, quero partilhar com você duas observações. A primeira delas, axioma válido para quase qualquer esfera da vida, é resultado da minha experiência atendendo escolas que concentram boa parte do PIB nacional: as famílias que mais ostentam o dinheiro raramente são as que mais têm. Aliás, não seria exagero dizer que algumas das crianças (e adultos) mais bem educadas em relação ao dinheiro que conheço – e com isso quero dizer possuidores de clara definição de limites para gastos e perfeita compreensão dos limites éticos para o ganho e o uso do dinheiro – são herdeiros de fortunas extraordinárias.

A segunda observação, que de certa maneira se relaciona com a anterior, tem a ver com as famílias que optam por manter os filhos em escolas cujo padrão médio de renda é muitas vezes superior ao que possuem. É uma decisão delicada que exige ponderação. De maneira geral, os pais justificam essa escolha pela adesão ao princípio, em minha opinião muitas vezes equivocado, de que essas escolas abrigam melhor qualidade de ensino. Ainda que seja um motivo nobre, cabe aos pais estarem conscientes da necessidade de preparar as crias para os contrastes de possibilidades de consumo que inevitavelmente surgirão em relação aos colegas. Apenas se pais e filhos estiverem preparados para conviver com as discrepâncias de renda – absorvendo os eventuais constrangimentos que poderão advir dessas diferenças –, a situação deverá ser bem equilibrada, evitando que, ao longo da convivência, a criança venha a tornar-se encabulada ou ressentida em relação aos colegas.

De toda maneira, mesmo vivendo em ambientes em que as desigualdades de renda não sejam pronunciadas demais, para a maioria das pessoas será inevitável tropeçar um dia na admiração colorida e realçada pela imaginação de nossos filhos pelo colega que “tem tudo”. É uma admiração positiva, natural, mas que frequentemente incomoda – e muito – os pais. O motivo do desconforto é a suposição de que, por trás do tal sujeitinho admirado, existem pais que lhe “dão tudo”. E, da mesma forma que as crianças exageram o “tudo” do amiguinho, os adultos são tentados a exagerar o “tudo” dado pelos outros pais. Humano, demasiadamente humano.

Há, basicamente, duas maneiras de os pais lidarem com essa situação, e ambas produzirão impactos sobre a educação financeira dos herdeiros. A primeira reação é “comprar a briga”, ou seja, fantasiar e alimentar uma (falsa) competição pela disputa do prêmio de melhor pai/mãe do mundo, tomando como pódio os extremos de consumo, mesmo que a custo de enfileirar empréstimos ou perder-se em cartões impagáveis. Do ponto de vista financeiro, os desdobramentos dessa atuação não demoram em se fazer

notar no cotidiano da família, com as crianças incorporando como lei esse “vale-tudo” consumista.

Já me referi anteriormente ao modo como muitas vezes os pais “convocam” os filhos a assumir atitudes que espelham suas próprias convicções.

Foi o que se passou quando fui procurada pela mãe de uma garotinha de três anos, preocupada com o consumismo da filha. Segundo dizia, era insuportável para a filha não ter as mesmas coisas que certa coleguinha. Se, por exemplo, a adversária despontasse na classe com um determinado tênis, sua filha não sossegava enquanto não lhe comprassem um par rigorosamente igual.

De acordo com o relato, era de tal forma insuportável o sofrimento da filha, que não lhe restava outra saída senão comprar tudo o quanto a menina exigisse para equiparar-se à rival. Ao que emendou: “Ela é exatamente como eu”. O tom de predição, como ficou claro no decorrer da conversa, justificava-se pela confessada insegurança materna perante o julgamento social de que se sentia vítima das outras mães na escola. [2]

Consequência das reações paternas, acesas por maldisfarçada inveja, é a percepção melancólica das crianças de que os pais são incapazes de suportar a prosperidade de outros. Além disso, esse modelo, no largo do tempo, autoriza e estimula os comportamentos desonestos dos filhos, na medida em que atribui valor apenas às conquistas materiais, não importando as maneiras de alcançá-las.

A segunda possibilidade de os pais lidarem com essas situações inverte o sentido da anterior. Aqui, além de contarem até mil antes de destilar qualquer veneno (“só pode ser dinheiro sujo, meu filho, ninguém consegue ter tanto dinheiro trabalhando honestamente”), os adultos permitem-se, antes de mais nada, assimilar os motivos de admiração da criança (“Uau! Deve ser muito legal ter um helicóptero”).

Com a guarda abaixada e as frustrações – ainda que com algum esforço – mantidas a distância, os pais encontram terreno para estender a conversa, de modo a levar os filhos a compreender que as diferenças de ganhos entre as famílias não excluem os limites para o gasto do dinheiro, independentemente do quanto que se tenha. Uma vez que as crianças compreendam que esses limites funcionam mesmo para filhos de pessoas muito ricas – já que ninguém tem tudo o que quer –, terão chance de aprender que ser cuidadoso no uso do dinheiro não significa ser “menos”. Ao contrário, significa ser “muito mais”: muito mais responsável; muito mais maduro; muito mais capaz.

Por volta dos nove anos, não raro, as crianças retomam a investigação sobre os limites da renda familiar. Dessa vez a abordagem é direta: “Quanto você ganha?”. É a ocasião perfeita para ensinar à prole alguma coisa sobre etiqueta e privacidade.

Porque se é bem verdade que cuidar da educação financeira dos filhos exige um bocado dos cuidadores, não exige o fornecimento desse tipo de informação. Por isso, os pais, nem de leve, devem sentir-se constrangidos ao não fornecê-la. Assim, depois de serenamente deixar claro que o tema em questão não diz respeito ao filhote – “Meu contracheque não é assunto seu” –, os pais não devem perder a chance de mencionar a falta de educação que essa pergunta manifesta. E ensinar que, como regra geral, gente elegante não pergunta nem responde a esse tipo de investigação. A não ser, claro, que o inquiridor tenha o poder de conceder um empréstimo ou bata ponto na Receita Federal.

Isso posto, uma resposta enigmática do tipo “Ganho mais que muita gente, mas menos que muitas outras” – especialmente se consideradas as disparidades de renda no país – será sincera e suficiente explicação. Até porque, é quase certo que a criança só tenha feito a pergunta como parte da estratégia para pedir alguma coisa. E assim, depois de converter os reais na moeda pretendida – “Quer dizer, então, que com o seu salário dá para comprar x videogames” –, arrochar o garrote argumentando que é justo que lhe comprem ao menos um. Uma das mais clássicas armadilhas filiais.

Lé com lé, cré com cré

Das dúvidas que os pais apresentam com maior assiduidade, há sempre aquela sobre a maneira mais adequada de falar sobre dinheiro com os filhos. Nessa direção, surgem inquietações relacionadas, por exemplo, com a existência ou não de impropriedade em se dizer à criança que o “dinheiro é sujo”. Dizer que o dinheiro é sujo fará da criança um adulto incapaz de lidar adequadamente com dinheiro? Minha resposta objetiva: não. O processo de educação é resultado do cruzamento de condições muito mais sofisticadas do que as contidas em ilações simplistas como essa.

Com isso, quero dizer que a relação da criança com o dinheiro é construída a partir de uma perspectiva de longo prazo. Raramente esse modelo será decidido como resultado de uma única frase ou de uma cena impactante. As dificuldades financeiras na vida adulta que eventualmente tenham sido germinadas pelo desdém ao dinheiro – impressão marcadamente inconsciente de que a posse e a acumulação do dinheiro, por serem negativas, devem ser evitadas – terão sido consequência muito mais das atitudes repetidamente assistidas pela criança do que por frases soltas, ouvidas aqui e ali.

De todo modo, e feitas essas ressalvas, “dinheiro é sujo” encerra uma imprecisão que, se não será decisiva para o futuro, merece correção: as cédulas são sujas; as moedas são sujas. Dinheiro é muito mais do que isso.

Para ser eficaz, a educação financeira das crianças deve levar em conta três aspectos: perspectiva de longo prazo, consistência de mensagem e repetição. O primeiro desses elementos, que dará aos pais condições para sustentar os outros dois, implica a definição do rumo que se dará à educação da criança. De novo, que tipo de adulto se pretende que ela venha a ser. Por isso, são fadadas ao fracasso aquelas incursões raivosas e moralistas do tipo “Hoje vocês vão aprender a dar valor ao dinheiro!”, que, ao fim, servem apenas para levar para o brejo, junto com as vaquinhas magras, a educação financeira dos filhos.

Consistência de mensagem implica manter a validade do “não” e do “sim”, do “certo” e do “errado” no correr dos anos. Pode não ser sempre fácil, mas é fundamental firmar coerência na educação dos filhos. Evitar dizer hoje para desdizer amanhã. Dar a bronca hoje e “liberar geral” amanhã. Esbravejar contra a corrupção hoje e se fartar de produto pirata amanhã. A regra anunciada hoje tem de valer para amanhã. E para semana que vem. E para a outra também.

Repetição é a quintessência da educação. É importante insistir, insistir e insistir até que a criança, progressivamente, tenha condições de introjetar o modelo que recebe dos pais. Mesmo cansativas e desgastantes, as repetições são fundamentais para o êxito da formação de atitudes bem-vindas ao cotidiano dos filhos.

Compreendida a importância desses três aspectos (perspectiva de longo prazo, consistência de mensagem e repetição), quero retomar a dúvida sobre como falar com os filhos sobre dinheiro. Não raro, percebo que, com essa pergunta, o que os pais querem realmente saber é como dar ciência aos filhos sobre os limites orçamentários da família, ou seja, como informá-los sobre as entranhas das finanças familiares. Do meu ponto de vista, é exatamente aí que boas intenções podem se perder no inferno.

Em primeiro lugar, é preciso deixar bem claro que, em hipótese alguma, deve-se vender aos filhos a ilusão de um padrão de renda que não se sustente na realidade. Mas, para o estabelecimento desse padrão, convém não perder de vista a larga distância que existe entre convidar as crianças a participar da elaboração do orçamento e o que possa ser entendido como exposição da intimidade dos adultos.

Uma coisa é chamar os filhos a colaborar na feitura da lista de supermercado, no planejamento das férias de final de ano ou nos planos de aquisição de um imóvel. São situações que, em diferentes gradações, envolvem oportunidades de conquistas, favorecendo a coesão familiar.

Assim, planejar as férias da família pode envolver desde a distribuição de papéis para cotação dos custos envolvidos (Quanto custarão as passagens? E a hospedagem? Haverá necessidade de outros gastos? Quais?), passando pela eventual discussão da necessidade de criação de uma poupança que possibilite a realização do projeto (Quanto será poupado? Onde o dinheiro será investido? A necessidade da poupança implicará corte de gastos? Quais? Durante quanto tempo?), finalizando com o acompanhamento, por todos os envolvidos, dos rendimentos auferidos com o dinheiro aplicado.

De outro lado, e em oposição, as sessões melodramáticas de exposição de contracheques depauperados e a apresentação da lista de dívidas não me agradam em absoluto. Em primeiro lugar, porque, como já disse, as crianças devem ser protegidas de preocupações que não podem nem compreender nem colaborar na solução.

Em segundo lugar, porque desconfio que a real motivação dessas exposições seja apenas atrair o perdão dos filhos para a fragilidade financeira dos pais, sem que o envolvimento da prole sirva de impulso para um plano de transformação da realidade da família (Que dívidas serão pagas com maior urgência? Há gastos a serem cortados? Quais? Por quanto tempo? Que providências serão tomadas para incrementar a renda familiar? Como criar uma poupança que previna outras *débâcles*?).

E penso nisso porque um sem-número de vezes ouvi de adeptos dessas manifestações que esperavam, dessa forma, que os filhos compreendessem que, “se eu pudesse daria tudo a eles; mas, como eles já sabem, não posso”.

Há várias razões para negar aos filhos um consumo que eles pretendam. Inúmeras. Mas chantagem emocional não deveria ser uma delas. Dizer aos filhos, clara e honestamente – ainda que nem sempre seja indolor fazê-lo –, que não há dinheiro para a tal compra é corajoso. Elencar as prioridades do uso do dinheiro da família, além de prudente, é didático.

Paradoxalmente, os adultos que escancaram a debilidade dos recursos financeiros – sem nenhuma contrapartida – aproximam-se daqueles que acostumam os filhos a um padrão de consumo irreal. Uns e outros mantêm os filhos alienados da procura de soluções, desconhecendo, assim, sua inteligência, seu potencial de superação e sua intensa capacidade de amar os pais para além dos limites do dinheiro.

A canoa virou

Todos nós estamos sujeitos a períodos menos favoráveis em relação às finanças. E, em fases desse tipo, não existe razão para recear explicar aos filhos que o momento é de “apertar o cinto”. Quando a situação é conduzida de maneira tranquila, tratada não como o fim do mundo, mas como um momento difícil a ser superado – abolindo dramas, jogos de culpas e sessões de acusação –, não há o que temer. A reação das crianças e adolescentes a esse exercício de união da família será de enternecedora colaboração.

Alguns cuidados, entretanto, devem ser considerados. Crianças, desde muito pequenas, são capazes de perceber quando alguma coisa não anda bem em casa. Mesmo que não seja dito o que está acontecendo, pelos olhares, tons de voz, variações de humor e pedaços que conversa que fsgam aqui e ali, elas percebem que alguma coisa está errada. Se os pais não forem corajosos em comunicar aos filhos a situação, a fantasia infantil vai conduzi-los a cenários muitas vezes mais dramáticos.

Os receios raramente confessados das crianças – e, em algum grau, dos adolescentes também – escondem temores muito concretos. Referem-se à sua estrita sobrevivência: vamos ficar pobres? Passar fome? Vamos ter de morar na rua?

Para evitar esse quadro, convém informar o que está ocorrendo com clareza, porém sem desrespeitar os limites de compreensão da criança. Com calma, mas firmes, os pais devem explicar as consequências que a crise financeira acarretará para toda a família e,

em seguida, na mesma ocasião, comunicar as novas regras da casa. Deixar claro, por exemplo, que alguns cortes ou mudanças de planos serão necessários.

Sobretudo em momentos de crise, tudo o que os filhos querem é saber que alguém está no comando da situação e que a sobrevivência deles não está ameaçada. Por isso, antes de comunicar a situação, o casal – ou ex-casal –, longe das vistas das crias, deve discutir o quadro financeiro, de maneira que eventuais censuras e acusações tenham chance de ser destiladas sem o envolvimento dos filhos. Equacionadas as mágoas, é hora de partir para a discussão de soluções, o que inclui decidir quais serão os grandes cortes no orçamento e esboçar um plano de reestruturação para os meses seguintes.

Somente a partir desse ponto, já tendo decidido os novos rumos que a família irá seguir, o casal estará pronto para, em harmonia, comunicar aos filhos o que está se passando e que providências serão tomadas para administrar a crise. Pedir que eles apresentem outras sugestões para reorganizar o orçamento é sensato. Mas tecer considerações azedas sobre o caráter do ex-chefe, ou qualquer outro assunto sobre os quais os filhos não tenham controle, deve ser evitado. A suspensão da assinatura da TV a cabo é algo com que eles podem lidar. É concreto. Mas, se a conversa perder-se nos descaminhos da subjetividade dos pais, a angústia dos filhos irá, compreensivelmente, crescer.

Fundamental, portanto, é tranquilizar os filhos. Não há problema em contar sobre a existência de algum fundo de emergência que o casal tenha preparado para situações desse tipo. Não há necessidade, entretanto, de entrar em detalhes quanto ao montante. De outro lado, é conveniente deixar claro que muitas pessoas têm perdido o emprego e voltado ao mercado, bem como explicar que providências serão tomadas para encontrar um novo trabalho, por exemplo. Tudo isso trará alívio e confiança à prole.

Se serve de alento, para ajudar os pais a superar uma crise financeira, a maioria absoluta dos adolescentes se mostra inclinada a procurar um emprego, comprar menos roupas e a receber mesadas bem menores.

Mesadas que são, aliás, nosso próximo assunto.

Capítulo 3

MESADAS

“Se pretendes fazer alguma coisa, transforme em hábito tua pretensão. Se não pretendes, abstém-te de fazê-la.”

Epíteto^[1]

A estabilidade da moeda serviu para colocar em evidência a instituição da mesada. Como nos últimos anos vem crescendo o número de famílias que aderem à sua aplicação como maneira de educar os filhos para lidar adequadamente com o dinheiro, é conveniente partirmos dessa intenção para delimitar as possibilidades e distorções que podem estar contidas nessa expectativa.

Em primeiro lugar, a função primordial da mesada deve ser a de possibilitar que a criança seja igualmente capaz de ordenar um orçamento, definir escolhas para o dinheiro e desenvolver um plano de poupança. Em segundo lugar, a mesada é apenas uma dentre várias outras maneiras de se apresentar aos filhos o bê-á-bá das finanças. Tomada isoladamente, seu efeito é próximo de zero, mas, quando aliada às três condições educacionais que alavancam uma relação saudável com o dinheiro – perspectiva

de longo prazo, consistência de mensagem e repetição –, seus resultados podem ser excelentes.

Para tanto, importam alguns cuidados preliminares. O primeiro deles, e provavelmente o mais importante, é que os pais sejam capazes de definir, com clareza, por que razão pretendem fazer uso dessa prática. A pergunta, embora possa parecer óbvia, na verdade, esconde um ninho de desencontros e equívocos. Ter bem acordado no casal – ou ex-casal – que a mesada não atenderá a pretensiosas manifestações de status; que não funcionará como brinde ou recompensa por notas ou bom comportamento; nem será, no oposto, passível de servir como campo para punições por mau desempenho escolar ou social; bem como definir que adiantamentos não serão fornecidos – esses são alguns dos acordos que os adultos devem ter definidos e compactuados entre si antes de comunicar à prole a adesão às mesadas.

Mas há ainda outras combinações que necessariamente devem ser discutidas de forma prévia: qual dos adultos se encarregará de fazer as entregas do dinheiro (se a definição da função não fica clara, no correr das semanas e meses, torna-se responsabilidade de ninguém); que quantia será dada e a regularidade com que será entregue. Em se tratando de ex-casais, convém ainda deixar bem estabelecido se o dinheiro da mesada será parte da pensão alimentícia ou implicará a cessão de verba extra.

Quando começar?

Quase tudo o que cerca a mesada exige muita conversa e informação. Como regra geral, dos três aos dez anos, a criança está pronta para receber semanadas. Para essa faixa etária, a noção de tempo não comporta mais que o curtíssimo prazo e, em função disso o dinheiro deve ser distribuído em intervalos semanais. A partir dos 11 anos é possível instituir a mesada, propriamente.

Dos três aos cinco anos

Com crianças entre três e cinco anos, a função da semanada é exclusivamente habituá-las a esperar tanto para receber quanto para gastar dinheiro. Fixando um dia certo para o pagamento (“Todo sábado você vai receber uma graninha”), e mantendo-o inalterado, os pais estarão dando ao filho instrumentos para lidar com sentimentos difíceis como ansiedade e impulsividade. E atenção: não importa a idade em que a semanada ou mesada comece a ser dada, a justificativa para sua adoção deve sempre ser anunciada aos filhos (“Para que quando cresça, você já saiba lidar com seu dinheiro”). Sem essa explicação elementar, o manejo da mesada parecerá isento de responsabilidade ou de propósito.

Quem tem filhos nessa idade muito provavelmente ouvirá todos os dias do rebento: “Hoje é sábado?”. Não importa. Um calendário em que, com o auxílio de um adulto, a criança possa ir assinalando quantos dias faltam para o bendito sábado será de grande utilidade. Nessa faixa etária uma cédula de R\$ 2,00 ou moedas de valor equivalente são suficientes. Muita atenção às moedas. Volto a lembrar que as crianças têm o estranho hábito de colocar na boca tudo o que não devem; por isso, com moedas, todo cuidado é pouco.

Os primeiros passos da poupança

Os pais devem providenciar um pote de vidro com tampa para que, guardando uma parte da semanada, a criança possa ver e se orgulhar do crescimento de sua micropoupança. Também nessa fase já é possível ensinar que existem coisas que compramos porque precisamos, enquanto outras adquirimos porque queremos. E, o mais importante: que na vida as coisas que precisamos devem sempre vir antes daquelas que apenas queremos. É uma fase igualmente propícia para insinuar, nos momentos de consumo familiar, a existência de coisas caras e baratas. Da mesma maneira, a apresentação de cédulas e moedas deve ser privilegiada na educação financeira de crianças dessa idade.

Ao sugerir o uso do pote transparente, recomendo evitar o hábito dos cofrinhos. Pelo menos daqueles que não possuem saída para a retirada das moedas e que, por isso, exigem serem

quebrados para que se possa recuperar o dinheiro. Faço essa recomendação por três razões. A primeira delas, por causa da constatação prática de que, frequentemente, o valor gasto na aquisição do cofrinho é superior à quantia aferida com a sua destruição. Ou seja, gasta-se mais para comprar o cofrinho do que se consegue poupar com ele. Um prejuízo elementar.

O segundo motivo tem a ver com a necessidade de permitir que as moedinhas circulem. O número de moedas que permanecem reféns de bolsas, fundos de sofá, gavetas e cofrinhos transforma em martírio nacional cada sessão de troco pequeno. Ensinar aos filhos a importância de fazer que as moedas circulem é, também, ensinar a lidar com dinheiro. Por isso, providenciar de vez em quando a troca das moedas poupadas por cédulas de valor equivalente será uma boa ideia, ainda que os menores de cinco anos possam reclamar da troca, já que parecerá a eles que estão perdendo dinheiro com a substituição. Nesse caso, presenteá-los com uma carteira em que possam guardar as cédulas recém-conquistadas cuidará de amenizar os ânimos.

A terceira razão para evitar os cofrinhos sem saída ficará mais clara se transposta para a sua vida: como você se sentiria se a cada vez que quisesse saber a quantas andam seus investimentos tivesse a informação sonogada por seu banco, sob o pretexto de que ainda é cedo para descobrir? Pois é exatamente essa a sensação experimentada pela criança quando é obrigada a poupar no “escuro”, sem saber o quanto já foi economizado ou o quanto falta para conseguir comprar o que vem planejando adquirir. Uma das vantagens dos potes de vidro com tampa é que eles permitem que, de quando em quando, sempre acompanhada por um adulto, a criança possa descobrir o quanto já tem, de modo a projetar o quanto lhe falta conseguir.

E, já que falamos nos planos para a poupança, é importante não perder de vista que eles devem corresponder ao tamanho das perninhas financeiras da garotada. Nessa fase inicial, por exemplo, ganhando tão pouquinha grana, os objetivos, além de curtíssimo prazo – entre duas e quatro semanas –, devem ser possíveis de serem alcançados com tão pouco dinheiro. Assim, evite cair na tentação de exigir da criança tempos excessivos de espera (“Se poupar mais seis meses, você vai conseguir comprar a bola”); ou permitir que elas exagerem as expectativas quanto à

finalidade do dinheirinho economizado.

Nessa fase, as crianças não têm nenhuma noção de valor ou de preços, de modo que pode parecer a elas possível, por exemplo, comprar uma bicicleta com a poupança miúda que juntam. Parte de nossa obrigação é ajudá-las a encontrar objetivos que sejam realistas, a fim de que, por se perceberem capazes de estabelecer objetivos para a poupança e se organizarem para alcançá-los, se sintam estimuladas a prosseguir nesse rumo pela vida afora.

E mesmo que a meio caminho de conseguir o propósito a criança desista do plano de poupança – trocando o carrinho de plástico pelo álbum de figurinhas, por exemplo –, não há razão para alarde. A semanada e, posteriormente, a mesada existem para ensinar a criança a poupar, claro, mas também, para deixá-la viver as primeiras escolhas em relação ao dinheiro. Portanto, nada de colocar ênfase demais na troca de ideia. Basta assinalar que, com a alteração de rumo, ela está fazendo uma opção que tem consequências (“Comprando o álbum, você vai ter de desistir do carrinho. É isso mesmo o que você quer?”). E basta. Deixe que ela exercite – e eventualmente se arrependa – das escolhas feitas.

Cuidados com os excessos

Por volta dos três anos, as crianças adquirem extraordinária capacidade de expressão verbal. O vocabulário cresce espantosamente e a capacidade de manifestar opiniões ganha um aroma lógico que não possuía antes. A criança, além de parecer mais articulada, é percebida pelos pais como mais segura de suas opiniões (e pronta a se jogar no chão por elas). Esse quadro pode confundir os cuidadores que, não raro, imaginam que as crianças nessa fase são mais maduras do que de fato são.

Chamo atenção para esse aspecto porque não é incomum que os pais interpretem as exigências tão comuns desse ciclo como demonstrações de que a criança possui uma “personalidade forte”, querendo com isso, estourando de orgulho, afirmar que “ela já sabe o que quer”. Muito embora simpatize com a admiração que os pais expressam nesse elogio – e, de fato, essa é uma fase muito graciosa do desenvolvimento infantil –, é preciso cuidado para não cair em uma cilada. Da mesma maneira como os pais se

admiram, mas riem, do esforço de independência do filhote quando devolve a quem lhe diga “Quando você crescer” com um vigoroso “Eu já sou grande!”, não devem exagerar em relação às convicções de consumo manifestadas nessa idade.

Por se tratar de uma fase bastante característica, muito demarcada, não é extraordinário ouvir relatos de pais acerca das predileções inegociáveis em relação a produtos ou grifes manifestadas por crianças dessa faixa etária. Há pais que se queixam, inclusive, de minar o orçamento doméstico para atender às exigências desse tipo. Minha recomendação é de que, assim como não ocorre a ninguém imaginar que o Júnior está pronto para encarar o batente só porque gosta de usar a gravata do pai (é óbvio que, com a brincadeira, a criança apenas “ensaia” ser o pai), o mesmo se dá com o consumo.

Quando a menina, com ares voluntariosos, insiste em usar apenas roupas de determinada grife, está apenas “ensaiando” ser uma consumidora. Por isso, não há razão para os adultos reagirem como se ela realmente estivesse falando a sério. Além do mais, já que uma criança dessa idade – por precoce que seja – não consegue ir sozinha até o shopping e, principalmente, não dispõe de verba própria para arcar com os custos do capricho, a decisão de ceder ou não às birras de consumo será sempre dos adultos responsáveis por ela.

Por fim, e ainda com relação à impressão de maturidade que as crianças nesse período imprimem em nós, convém não deixar escapar que esse é apenas o princípio de um longo processo de educação financeira. Nada de levar tudo a sério demais – a ferro e fogo –, como se fosse assunto para decidir com urgência e amplo rigor, exigindo que os filhos paguem com a semanada por algo que tenham quebrado, por exemplo. Os pais não devem esquecer que não é porque as crianças nessa fase se recusam a receber ajuda para a troca de roupas que elas são tão independentes quanto pensam ser. Da mesma maneira, não é porque estão recebendo semanadas que devem pagar por tudo o quanto queiram consumir.

Pode soar absurdo, mas enganos assim acontecem. Em certa ocasião, recebi a pergunta de um pai muito preocupado, que escrevia solicitando esclarecimentos acerca da programação dos finais de semana com o filhote de quatro anos. A dúvida era a seguinte: “Se decidirmos fazer um lanche e, ao chegar ao *fast-*

food, meu filho percebe que não tem dinheiro suficiente, eu como e ele não?”.

Dos seis aos dez anos

A partir dos seis anos, a história muda um pouco. Nesse estágio, a capacidade de a criança pensar abstratamente é um pouco maior, e ela se torna capaz de imaginar coisas de uma forma que antes não lhe era possível. Ela não apenas consegue escrever os números até dez, como também pode conceber um grupo de dez – e começa a entender que objetos não mudam em número se forem cobertos ou mudados de lugar. Esse raciocínio – que para os adultos parece tão óbvio – para as crianças constitui um precioso passo à frente e é resultado de muito esforço e perseverança.

O período que vai de agora até cerca de 12 anos de idade é denominado “latência”. A noção que está por trás desse termo é a de que as preocupações com as sensações e funções do corpo, particularmente o próprio e o de seus pais, começam a diminuir e a ser substituídas por um ímpeto de atividade intelectual. Em função disso, as crianças tornam-se mais capazes de controlar sentimentos intensos, conduzindo-os para uma visão do mundo mais ordenada e racional.

Esse quadro geral autoriza o início das semanadas em uma versão mais didática do que vinha acontecendo até então. A partir de agora, pouco a pouco, a criança deve ser levada a compreender a importância de estabelecer um orçamento semanal. É um processo suave, progressivo, de tal maneira que não se deve esperar que ela seja capaz de construir de maneira autônoma um orçamento antes dos dez anos.

Nesse sentido, desde que a criança complete seis anos, os pais devem estimulá-la a registrar, todos os dias, seus gastos, em algum caderno reservado para esse fim específico. O registro dos gastos possibilitará dar concretude ao vai e vem financeiro. Muito embora a capacidade de abstração vá ganhando espaço, de maneira geral as crianças ainda são muito literais no que se refere ao dinheiro. Não é incomum, por exemplo, que manifestem a intenção de seguir carreira, na vida adulta, como caixas de supermercado ou trocadores de ônibus, profissões

percebidas pelos pequenos como fonte segura de riqueza.

O valor a ser dado – nesta ou em qualquer outra fase – deve sempre levar em conta dois aspectos principais: o grau de maturidade da criança e as possibilidades do orçamento familiar. Isso posto, e apenas como referência, costumo sugerir aos pais que, dos seis aos dez anos, lancem mão do seguinte cálculo: R\$ 1,00, por idade, por semana. Uma criança de seis anos, por exemplo, deveria receber, de acordo com esse princípio, R\$ 6,00 por semana. Como semanada e mesada existem para ensinar a gastar e a poupar, metade da quantia deve ser destinada para alguma poupança de curto prazo (entre quatro e 12 semanas). Para tanto, assim que recebe o dinheiro, a criança deve ser ensinada a separá-lo em envelopes destinados a “poupar” e a “gastar”.

Aprendendo a gastar e a poupar

Tanto quanto no período anterior, as crianças necessitam ser estimuladas a perseguir objetivos plausíveis para o dinheiro que estão poupando. Com relação ao dinheiro para “gastar”, os pais não devem exceder-se em atenção, não se importando demais em contabilizar como a criança está gastando os 50% da semanada. Eles devem lembrar-se de que, acima de tudo, a criança está aprendendo a fazer escolhas com o dinheiro e é preciso deixar que ela arque com as consequências. Assim, vistoriar o caderninho de gastos e emitir julgamentos arrasadores sobre o destino dado ao dinheiro são atitudes que podem funcionar temporariamente como inibidoras para os gastos. Mas não ensinará, de verdade e no longo prazo, a corrigir o rumo das escolhas que a criança faz com o dinheiro. Melhor e mais produtivo é concentrar atenção e entusiasmo nos progressos alcançados pela poupancinha.

De toda maneira, o fato de os pais moderarem nas críticas aos gastos não deve impedi-los de comunicar à criança a existência de consumos que, por considerarem prejudiciais à saúde física e mental, não serão tolerados. É a forma de preparar o caminho para evitar que, alguns anos mais tarde, a compra de álcool ou cigarros, por exemplo, seja feita sob a falsa alegação adolescente de que “comprei com o meu dinheiro”. Nada pode se sobrepor à

autoridade dos pais, e isso, claro, inclui o destino dado à mesada.

Muito embora a mesada seja um instrumento eficiente para colaborar na educação financeira das crianças, nem sempre é fácil levá-la adiante. Para ser franca, toda essa história pode ser um tantinho cansativa para os pais, com as exigências de não esquecer o dia das entregas ou a preocupação em trocar o dinheiro em cédula de valor miúdo antes de repassá-lo para a criança. Aliás, essa dobradinha – esquecer o dia e não ter dinheiro trocado – é a responsável direta pela maioria dos fracassos com as semanadas. Não é nada incomum que os pais deixem passar semanas sem desembolsar a quantia combinada, para então, depois de séculos, fazer de uma só vez a entrega vultosa de tudo quanto estava devido.

Mesada só faz sentido se for dada com regularidade: sempre no mesmo dia e com a exata quantia combinada. Do contrário, não é justo imaginar que o filhote seja capaz de planejar gastos ou organizar a poupança. É por isso que tantos pais estão equivocados quando chamam de mesada o dinheiro que dão aos filhos, já que as quantias irregulares que entregam à prole de vez em quando não abrigam maiores compromissos nem admitem planejamentos.

Outra fonte de transtornos orçamentários para os filhos são as sucessivas pilhagens familiares. As síndromes do “Dinheiro para o pão” e “Filho, me empresta um trocado?” são as maiores responsáveis pela dilapidação de seus reduzidos patrimônios. Não bastasse o desfalque, frequentemente ouço das crianças as queixas de que, quando cobram o que lhes é devido, ainda são esnobados pelos devedores (“Depois eu te dou, outra hora...”); e que, no momento do sermão (“Mas já gastou tudo?!”), ninguém se lembra de considerar o débito.

Por isso, nunca é demais reforçar que pagar dívidas é um compromisso sagrado, mesmo que o credor seja o filhote. Para evitar tentações usurpadoras, convém deixar sempre reservados, em algum canto seguro da casa, os tais trocados para o pão (ou para o ônibus da faxineira; o entregador etc.). De outro lado, sendo o empréstimo de todo inevitável, é sempre oportuno anotar a quantia e a data em que foi feito. E, sem choro nem enrolação, tratar de quitá-lo sem demora. A cobrança de juros que muitos filhos estipulam ou – horror dos horrores – que

alguns pais fazem sofrer os herdeiros é uma manifestação argentária que não deve ser estimulada nem admitida.

A criança que não gasta

Causa estranheza a satisfação que alguns pais manifestam em relação ao comportamento pouco afeito às compras que seus filhos apresentam. De igual forma, é inquietante quando a dificuldade em gastar é interpretada como uma qualidade – um elogio à capacidade da criança de lidar com as finanças. Do meu ponto de vista, que em tudo se opõe ao contentamento manifestado por esses pais, dificuldades desse tipo são sempre preocupantes. Corrigir esse desvio da rota financeira, ajudando a criança a encontrar prazer nos gastos, é fundamental. Saber gastar é uma habilidade tão importante quanto saber poupar e, se os filhos não são estimulados a exercitar um e outro aspecto, sua educação financeira resultará incompleta ou desequilibrada.

Algumas condições costumam acompanhar esse comportamento. É o que acontece, por exemplo, às crianças que recebem as semanadas com irregularidade. Como nunca sabem quando dará na veneta dos pais entregar o dinheiro combinado – nem quanto receberão – passam a postergar ao máximo qualquer gasto, preocupadas em não ficar a descoberto em suas finanças. Há ainda aquelas que recebem tão pouca quantia – muito abaixo do recomendável – que qualquer compra se torna um gasto de alto risco e, como tal, é sempre adiado.

Outra razão frequente é a excessiva atenção dos pais em relação aos gastos dos filhos. Um controle exagerado pode ser muito inibidor para as pequenas tomadas de decisão da criança, que, paralisada pelo julgamento dos adultos, abre mão de correr quaisquer riscos em relação a seus gastos. O mais preocupante nessa situação – e que sirva de alerta – é a sua possível reversão na vida adulta, com o jovem assumindo um padrão inconsequente de despesas.

Afora essas circunstâncias – falta de regularidade quanto ao recebimento, rigor excessivo no acompanhamento, além, naturalmente, da eventual repetição de padrão familiar –, pode ainda haver outras causas relacionadas com dificuldades de ordem emocional que precisam ser investigadas. Mas sob

quaisquer condições, o que deve permanecer bem claro é que não é desejável, absolutamente, que a criança manifeste posturas sovinas. Atitudes desse tipo devem ser compreendidas como desvios de um padrão saudável na relação com o dinheiro que precisam ser corrigidos.

Acima de tudo, os pais devem evitar rotular o comportamento da criança (“Como você é pão-duro!”; “Como você é gastadora!”), sob o risco de, ao estigmatizar o procedimento, cristalizar uma atitude que pode ser corrigida. Seja com a intenção de elogiar (ou criticar) a criança pelos cuidados em não desperdiçar o dinheiro, seja pra censurá-la por eventuais excessos nos gastos, convém deixar de lado comentários desse tipo.

A criança consumista

As crianças excessivamente atraídas para o consumo também merecem ser observadas com atenção. Mas, antes de acender a luz de alerta, é prudente checar as condições do ambiente. Como vimos anteriormente, muitas vezes esse comportamento tão somente mimetiza outro em que a criança se espelha. Essa é, aliás, a justificativa predominante para os impulsos de consumo da garotada antes dos nove anos.

A partir dos nove anos, porém, essa explicação ganha a companhia de outras, já que essa idade dá início a uma fase de múltiplas transições. De um lado, a criança começa a se dar conta das diferenças culturais e sociais. É quando ela se apercebe, por exemplo, de que os colegas possuem rendas familiares diferentes da sua. De outro lado, a importância do grupo de amigos cresce, a um ponto em que as opiniões que manifesta não raro reproduzem exatamente as de seu grupo. A ideia de se vestir à semelhança dos amigos, principalmente para as meninas, torna-se muitas vezes imperativa a partir de agora.

Embora ainda não sejam adolescentes, com frequência são interpretadas pelos pais como se já o fossem. Uma confusão que deve ser evitada, mas que é compreensível, dados os rompantes perturbadores contra a autoridade dos adultos que surgem nessa fase. Mas, a despeito dos germes de rebeldia, a verdade é que as crianças nessa fase ainda não estão tomadas pela volúpia de

independência que caracteriza a adolescência. Suas arremetidas de contestação raramente avançam para além de dois argumentos de que se valem, aliás, incansavelmente: “Todo mundo tem/vai/pode!” e “Isso não é justo!”.

Nem sempre é fácil conviver com tantas novidades despontando ao mesmo tempo no cotidiano dos filhos. Para muitos pais, o despontar da percepção infantil acerca dos limites da renda familiar é recebida com dificuldade. Não é incomum que se sintam julgados pelos filhos e tomem as manifestações iniciais de contestação à autoridade (que, diga-se, acontecem em qualquer extrato de renda) como uma resposta punitiva às condições financeiras da família. Como se não bastasse, a atração por grifes, que ocasionalmente cresce nesse período – resultante da influência do grupo –, joga alguns pais na armadilha de procurar compensar as diferenças de renda em relação ao restante do grupo, ou aliviar o desconforto dos embates domésticos, com a falta de freios com o consumo das crianças. Uma escolha perigosa que, a persistir, se revelará catastrófica na adolescência.

O ideal nesse quadro é tratar, justamente, de reforçar a importância dos valores familiares, o que inclui manter o consumo infantil em margens condizentes com as reais possibilidades da renda familiar. Dentro dessa perspectiva, é perfeitamente adequado admitir as simpatias que a criança manifeste por essa ou aquela marca ou produto. Mas o sensato será incentivá-la a poupar parte do dinheiro necessário à compra ou transformar a aquisição especial em presente de aniversário ou Natal.

A adolescência

A adolescência é um período muito menos complicado do que os livros e as lendas fazem supor.^[2] Não quero com isso dizer que seja fácil. A melhor definição que conheço para essa fase foi a que ouvi de um casal que, depois de muito tempo, revi com a filha de 14 anos, em um encontro fortuito em um dia de eleição, na zona eleitoral. Muito embora separados pelo tempo, mantinha essa dupla como referência na educação dos filhos. De tal maneira que, tentando vislumbrar o que eu mesma teria de

encarar alguns anos depois, não pude evitar perguntar a eles como era ter filhos adolescentes. A resposta tomou segundos que incluíram um olhar derramado de ternura para a cria. E veio assim: “Dói na gente, e dói neles. Mas um dia isso passa”. A adolescência é exatamente isso.

Para que possam despedir-se da infância, os filhos precisam despedir-se de nós. Ou, pelo menos, despedir-se da ligação visceral e dependente que até então mantinham com os pais, recordação da criança que eles agora precisam deixar de ser. E, embora seja um impulso necessário, saudável e bem-vindo, essa separação dói na gente e dói neles. E, como não sabem muito bem o que fazer dessa dor – nem como construir o afastamento dos pais –, ensaiam os passos da independência, reféns de muita rebeldia e contestação.

Em contraposição, a importância do grupo ganha vigor. Os amigos passam a constituir a “família” por quem manifestam afeto e admiração. Em decorrência, são características do início dessa fase, por exemplo, as instruções detalhadas sobre como os pais devem comportar-se nas reuniões de escola – à vista, portanto, dos amigos – ou quando de uma visita destes à sua casa.

Afora essas mudanças de atitudes – que exigem considerável dose de paciência e senso de humor –, a maneira da criança pensar muda. E a capacidade de abstração, cuidadosamente construída com o passar dos anos, ganha fôlego e confiança, trazendo mudanças importantes. Dentre elas, a possibilidade de conseguir organizar-se melhor no tempo, o que viabiliza, enfim, que o recebimento de mesadas tenha início.

Dos 11 aos 14 anos

Naturalmente, a transformação da semanada em mesada exige que os pais continuem fixando um dia para o pagamento, cuidando de mantê-lo sempre o mesmo. Do mesmo modo, e tão importante quanto antes, é o fato de que devem lembrar-se de entregar o dinheiro sempre em notas miúdas. Essa precaução evita que a cria circule com cédulas de maior valor, correndo risco, assim, de perder uma quantia maior de dinheiro por descuido ou roubo. Com relação a esse duplo perigo, cumpre aos

pais, aliás, orientar os filhos sobre a impropriedade de sair de casa portando de uma só vez todo o dinheiro recebido.

Com relação à quantia a ser dada, de maneira geral até os 11 anos não se espera grande variação em relação ao cálculo anterior. O que quer dizer que a quantia de R\$ 44,00 (equivalentes a equação de R\$ 1,00, por idade, por semana), ou algum valor não muito distante deste, ainda será apropriado. Muito embora as saídas com o grupo de amigos comecem a ganhar frequência, os gastos dessa idade serão cobertos sem sustos com essa quantia.

A cantina da escola

Como a maioria das crianças dessa faixa etária revela um apetite voraz – nem sempre pelos alimentos mais saudáveis –, o consumo de lanches na escola pode vir a se tornar fonte de muitos gastos. De fato, muitas vezes essa é a destinação exclusiva que a mesada recebe nessa idade, sobretudo para os que têm menos de 12 anos.

Em razão disso, os pais não devem descuidar de orientar os filhos em relação às compras na cantina da escola. Muito embora o dinheiro seja entregue em um único dia para ser gasto por todo o mês, é sensato, na passagem das semanadas para as mesadas, prepará-los para administrar essa verba ainda de acordo com orçamentos semanais. Para tanto, no momento de ensinar a preparar o orçamento semanal, é importante realizar um levantamento com a criança sobre os gastos que ela pretende fazer em relação à alimentação. Essa lista, que ajudará a definir com exatidão a quantia a ser dada, deve levar em consideração não apenas o preço, mas a ponderada avaliação da quantidade e da qualidade dos alimentos. Dessa forma, além de colaborar para que o filhote possa se organizar com seus gastos, os pais estarão prevenindo o consumo excessivo ou inadequado de alimentos prejudiciais à saúde.

Instruções desse tipo – que exigem dos adultos tempo e empenho – obtêm excelente resultado sobre o consumo das crianças, na medida em que estimulam seu senso crítico e promovem a autonomia. Quanto à adoção dos cartões de monitoramento – por meio dos quais é possível “espionar”,

online ou por extratos, o que os herdeiros consomem na cantina da escola –, considero uma temeridade. Isso porque, ao extrapolar no controle sobre as crianças, esses cartões pecam pela invasão brutal que representam à privacidade delas. Sem mencionar que conseguem a proeza de não educá-las nem para lidar com dinheiro nem para a adesão a um estilo salutar de alimentação.

Ainda com relação às cantinas, a permissão ardilosa que costumam oferecer para que os alunos abram “contas” – autorizando, com esse instrumento, o consumo de seus produtos sem o pagamento à vista – deve ser cuidadosamente avaliada pelos pais. Uma vez que os filhos sejam autorizados a “abrir a conta”, será quase inevitável que venham a romper – em muito – os limites da mesada. Aliás, se houvesse um Procon infantil, as cantinas seriam as campeãs de reclamação no quesito “cobrança indevida”. E mesmo quando as dívidas cobradas são devidas de fato – o que nem sempre é fácil dizer, dado que os “cadernos com as contas” habitualmente são um bocado confusos –, ainda assim não são justas com as crianças. Elas consomem impulsionadas pela fome e, por isso, compreensivelmente, perdem no correr dos dias a noção do que gastaram.

As “contas na cantina” estão para o universo infantil assim como os cartões de crédito estão para a vida de muitos adultos: pura nitroglicerina. Falência certa.

As falências

Uma das virtudes da mesada, quando bem dada e dosada, é propiciar às crianças que experimentem o susto e a angústia de falir. Tendo aprendido as consequências do uso precipitado ou displicente de tão pouco dinheiro, os filhos, ainda que aos trancos, serão ensinados a evitar, no futuro, tropeços mais graves, com quantias significativamente maiores. Na maioria das vezes, a falência é resultado de lapsos na orientação dos pais, de modo que o problema pode ser resolvido com um papo sobre o bê-á-bá da elaboração do orçamento e um ou outro reajuste na quantia.

No entanto, há casos em que os pais, de tanto verem os filhos falir, optam por suspender de vez a prática da mesada.

Infelizmente, essa é uma daquelas soluções que acabam complicando o problema. Para usar uma analogia, é como se os pais, para punir uma febre que não cede, desistissem do termômetro. Em primeiro lugar, é preciso compreender que atropelar o orçamento de vez em quando é parte do processo da educação financeira. E que é mesmo desejável que isso aconteça ainda na fase das semanadas ou mesadas. Afinal, se é para passar por alguma coisa assim na vida, melhor que seja enquanto estão em nossa casa, sob nossa proteção, bem alimentados e seguros. Em uma época, enfim, em que falir não colocará em risco casamentos ou patrimônios, nem resultará em nomes na lista de inadimplentes do SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito) ou Serasa.

De todo modo, cabe aos pais descobrir os motivos das escorregões, quando se tornam frequentes demais. Pode acontecer, por exemplo, de a quantia dada não ser suficiente para os compromissos da cria. Há pais que dão mesadas tão pequeninas que a soma não comporta nem a elaboração de um orçamento. Nesses casos, é melhor dar uma conferida com outros pais que tenham renda similar e filhos da mesma idade, a fim de checar se a mesada está de fato subdimensionada – como o filho já terá argumentado mais de um milhão de vezes. Todavia, quando as circunstâncias não admitirem reajustar o valor, o melhor a fazer é mesmo esquecer esse assunto de mesada e partir para outras formas de ensinar os filhos a lidar com dinheiro. Afinal de contas, a mesada existe para ensinar a elaborar e a cumprir um orçamento que acolha gastos e poupança, não para tumultuar o ambiente doméstico com acusações de sovínices, de um lado, e broncas repetidas, de outro.

No extremo oposto, há pais que entregam aos filhos mesadas tão vantajadas que a criança não sente necessidade de estabelecer um orçamento que discipline seus gastos. E, na falta de um plano, por maior que seja a quantia que receba, pode acabar gastando demais. Havendo a desconfiança de que essa é razão das quebradeiras, também aqui os pais devem fazer uma pesquisa de mercado de modo a ajustar a mesada para níveis compatíveis com a idade e a maturidade do filho.

Mas não se iluda. Mesmo que a quantia dada seja adequada e os pais tenham Nobel em didática financeira, o herdeiro irá falir

de vez em quando. E nessa hora vai apelar para que você cubra o rombo, adiantando a grana do mês que vem. O que fazer nessas situações? Se isso vem ocorrendo com frequência, além de avaliar as causas das repetições, os pais devem deixar claro que adiantamentos são contra as regras do jogo e não serão concedidos.

Entretanto, se isso raramente acontece, vale a pena investigar com calma as causas do ocorrido. Pode ser que tenha acontecido ao falido o mesmo que ao filho de uma amiga que, aos 14 anos, em um gesto de rebuscada paixão, convidou a namorada para um jantar japonês. E sem titubear – que a musa não merecia menos – pediu um barco de combinado de sushi e sashimi. Com a conta, a tragédia: um mês exato de mesada detonado em peixe cru.

Em uma contingência como essa, é difícil não simpatizar com a causa do dissabor financeiro. Abrir uma exceção piedosa em casos assim, permitindo algum adiantamento, ensina bastante aos filhos sobre empatia e flexibilidade. Ademais, com os primeiros namoros despontando nessa fase, as “falências amorosas” são um atropelo clássico aos bolsos adolescentes. De todo modo, como no formato ideal a mesada deve permitir que os filhos encaminhem uma parte do dinheiro para a construção de uma poupança, é de esperar que essas reservas possam servir de colchão durante boa parte das crises de liquidez filiais.

De toda maneira, seja por insolvência, seja pelo não menos raro desejo de algum consumo maior que os limites da grana que recebem, volta e meia os herdeiros se veem confrontados com a necessidade de resolver algum problema de fluxo de caixa.

Para prevenir essas ocasiões, e ajudar os filhos a encontrar soluções para o dilema financeiro que atravessam, minha sugestão é que os pais mantenham à vista do candidato a empréstimos redentores uma tabela de serviços que possibilitem alavancar a grana extra. Exemplos: limpar a piscina; dar banho no cachorro; lavar o carro...

O que importa é que sejam serviços que os pais, em condições habituais, se veriam na contingência de contratar alguém de fora da família para executar. Mantendo essa tabela com preços compatíveis com a capacidade de realização e experiência dos interessados, é possível ensinar aos herdeiros que confiamos em sua capacidade de encontrar saídas para seus impasses.

As mudanças no valor da mesada

Para os pais que optarem por esse sistema, dos seis aos dez anos as crianças devem receber o dinheiro semanalmente. A partir dos 11 anos, a mesada passa a vigorar.

Dos seis ac	x	R\$ 1	=	
Idade		valor		valor da semanada
Dos 12 ac	x	R\$ 8	=	
Idade		valor		valor da mesada
Dos 15 ac	x	R\$ 12	=	
Idade		valor		valor da mesada

Dos 12 aos 14 anos, a adolescência deixa de ser um ponto no horizonte e instala-se como fato. São dois anos desafiadores, marcados por conflitos, temores, expectativas e confusões para pais e filhos. É um período caracterizado por novos tipos de amizade; pelo esforço permanente e atabalhado de se separar dos pais; pela sexualidade acesa e, do ponto de vista orgânico, pelo crescimento que acontece mais rápido do que em qualquer outra fase, exceto no útero. É um susto.

A influência do grupo acentua-se cada vez mais. Para atender ao maior número de saídas com os amigos nos finais de semana e fazer valer os mimos que sedimentam os namoricos, é compreensível a necessidade de proporcionar algum aumento às mesadas. De modo geral, uma quantia vizinha ao cálculo de 11 reais por idade parece funcionar bem. De acordo com essa estimativa, um adolescente de 13 anos, por exemplo, poderia receber algo em torno de R\$ 143,00. Mas é preciso advertir os filhos de que parte substantiva desse montante deve continuar sendo empregada na construção de suas micropoupanças.

Por ser uma fase tão sobressaltada para os pais – com os filhos encontrando defeitos em tudo quanto digam, façam ou pensem –, a tentação de procurar reaver com dinheiro e presentes a proximidade afetiva está sempre rondando. É um impulso compreensível, mas, até por se mostrar completamente ineficaz, de modo algum recomendado. Manter-se determinadamente fiel às quantias previstas para as mesadas é uma maneira de afugentar tais tentações.

Aprendendo a doar

Além de ensinar a ganhar, gastar e poupar dinheiro, a educação financeira inclui a missão de ensinar aos filhos a arte de doar. A partir dos 11 anos, com o recebimento das mesadas, alguma forma de contribuição a entidades de caridade ou ONGs deve ser estimulada. Algumas entidades que desenvolvem projetos voltados para a saúde, educação ou ecologia em todo o mundo aceitam doações que caberão facilmente no orçamento deles. Entretanto, a maioria dos adolescentes recebe mesadas tão curtinhas que imaginar doações em dinheiro seria pedir demais. Não tem importância. Mesmo para os adolescentes que encontram sobra em seus pequenos orçamentos, o principal não são as doações em dinheiro. O essencial é ensiná-los a doar tempo e talento.

Ajudar os filhos a perceber que, a cada vez que ajudam o amigo a superar uma fase no videogame, estão fazendo uma doação é importante. Deixar claro que, quando ligam para os avós apenas para enviar um beijo, quando têm a gentileza de ajudar vizinhos atrapalhados com as compras no elevador ou que quando ouvem com sincera atenção o desabafo de alguém querido, eles estão fazendo doações é fundamental. Se não mostrarmos aos nossos filhos que eles são capazes de se doar – de colocar à disposição do mundo seu tempo e talento –, eles não saberão o quanto podem ser generosos. E, porque não sabem que são, não se preocuparão em continuar sendo. Estimular a consciência social dos filhos deveria ser uma das principais preocupações dos pais e educadores. Felizmente, nos últimos anos tem crescido o número de instituições de ensino que, como parte do processo de formação dos alunos, inclui atividades de voluntariado no currículo.

Mas só o estímulo da escola não basta. Lapidar o impulso infantil para a compreensão das necessidades dos outros se torna mais fácil à medida que a família veste a camisa da consciência social e compreende que quem tem dinheiro deve assumir algumas responsabilidades especiais por isso.

Todo mundo sabe que crianças adoram ouvir as histórias da família. Estão sempre pedindo que contem, de novo, aquelas histórias sobre as vezes em que vovô atendeu de graça aos pacientes que não podiam pagar e de como eles voltavam todos

os Natais para agradecer; ou sobre como a bisavó, mesmo tão velhinha, ainda tricotava para os bazares de fim de ano. As histórias que escolhemos contar a nossos filhos refletem nossa identidade familiar – que tipo de gente nós somos – e realçam os valores que priorizamos.

Entretanto, falar é bom, porém não basta. Exemplos ainda são, de longe, os melhores professores das crias. Até porque, se restringimos nossa intenção ao discurso, ou se exageramos na dose ao transmitir aos filhos nossas preocupações sociais, corremos o risco de atolá-los em uma angústia precoce e injusta. Mas, se, de outro lado, nossos filhos observam nossos esforços para ser parte das soluções dos problemas, evitamos a angústia ensinando-os a trilhar os caminhos da ação.

Ainda quando são bem pequenos é possível incentivá-los, por exemplo, a dizer com que brinquedos não brincam mais, ou que roupas estão apertadas para usar. Ajude-os a fazer a seleção. Explique por que os brinquedos a serem doados devem estar em boas condições de uso, ou por que as roupas devem ser lavadas e passadas antes da entrega. Tudo isso ensina que, além da caridade, é preciso respeito e carinho a quem tem menos.

Escolher a instituição – ou situação – com que nos comprometeremos a colaborar nem sempre é tarefa fácil. Em um país de desigualdades sociais tão intensas, em que há toda sorte de apelo por ajuda financeira, é melhor ser cuidadoso nessa escolha. Pessoalmente, adoto o critério de nunca colaborar com instituições que se apresentem apenas por telefone. Mesmo nos casos em que a instituição é conhecida, além de vasculhar a internet em busca de informações, peço que enviem por correio material relativo às atividades desenvolvidas pela organização.

O telefone

Em um período em que os conflitos a todo momento tomam de assalto a cena doméstica, uma das causas recorrentes de broncas e dramáticas batidas de portas é o uso abusivo do telefone. Se na infância a relação com o aparelho raramente vai além da indiferença ou evitação, para os adolescentes o telefone funciona como uma espécie de prolongamento de suas bocas e ouvidos. Redes sociais e programas de mensagens instantâneas

fazem parte também do cardápio de comunicação permanente com o grupo, mas não ameaçam a primazia do telefone como forma de contato.

Adolescentes fazem um uso muito próprio do telefone, perfeitamente integrado com tudo o mais que lhes acontece nessa fase. Pode parecer enlouquecedor para os adultos perceber que a cria mal chega da escola e já corre ao telefone para falar com colegas com quem acabou de se encontrar, pelo prazer de esmiuçar algum episódio acontecido meia hora antes. Mas por detrás de todas as sôfregas fofocas (“Você viu o que ele/ela fez?; E o que você achou disso? E o que você acha que ela/ele fará?”), está disfarçada a necessidade de falar sobre si próprio (“Você viu aquele fato da mesma maneira como eu vi? Minhas percepções estão corretas? Eu sou tão capaz quanto meus amigos de interpretar o mundo?”).

Como o único assunto, interesse e fonte de preocupação adolescente são eles mesmos – e como o grupo representa uma fascinante extensão desse tema apaixonante –, falar sobre os sentimentos e reações dos amigos é, em muito boa medida, uma maneira de avaliar-se. O telefone atende perfeitamente à necessidade dessas sessões de autoanálise, de modo que os pais não devem esquecer-se do caráter positivo que essas ligações tão demoradas e, frequentemente caras, representam para o desenvolvimento dos filhos.

Antes de avançar para a sugestão de algumas medidas paliativas que podem ajudar a amenizar os transtornos causados pelo apego adolescente às conversas telefônicas, quero insistir em um ponto que considero fundamental. Sendo a adolescência um período que incita tantas discussões entre pais e filhos – muitas delas imprescindíveis por implicarem a reafirmação de regras e valores da família –, é prudente dimensionar os problemas, de modo a priorizar as brigas que realmente valham a pena.

Da maneira como vejo o assunto, os gastos decorrentes com o apetite pelo telefone devem ser encarados pelos pais como uma espécie de “gasto sazonal inevitável”, mais ou menos como são os gastos com as fraldas dos recém-nascidos. Em outras palavras: quem tem filho adolescente tem de se preparar para gastar mais com as contas de telefone. Não há como fugir disso.

Contudo, reconhecer a importância do telefone para a organização interna adolescente não significa “entregar os pontos” de vez. Como são os pais que pagam as contas, é justo e necessário que estabeleçam algumas regras que ajudem a ordenar a farra da telefonia.

1. Os adolescentes precisam entender que o uso do telefone – inclusive o celular – é uma regalia, não um direito. Pode ser de ajuda limitar o uso do telefone, associando-o a horários ou comportamentos específicos (por exemplo: após o término da lição; somente após arrumar o quarto etc.).
2. Não há problema em estabelecer limites para a duração das chamadas ou número máximo de ligações diárias. É importante, no entanto, cuidar para que sejam limites realistas.
3. Com a queda do preço das linhas telefônicas, pode ser confortável permitir que o adolescente tenha o próprio telefone. Porém, dividir uma mesma linha pode ensinar um bocado sobre cooperação familiar.
4. Uma vez que os pais optem por providenciar uma linha exclusiva para a cria, devem estabelecer regras para seu

uso. É comum, por exemplo, que os companheiros do adolescente, percebendo que a linha do amigo está ocupada, não hesitem um segundo em usar a linha familiar como alternativa. E assim, sem saber se riem ou se choram, os pais veem ressurgir, agravado, o problema que deu origem à decisão de manter a linha da cria separada.

5.

É importante definir alguma forma de ressarcimento por ligações interurbanas ou feitas para celulares. Para fins desse cálculo, é essencial que os pais combinem entre si saídas estratégicas criativas para a eventualidade de o adolescente não ter dinheiro para quitar todas as ligações que fez (sequestrar toda a mesada para esse fim não é uma solução realista, já que se supõe que ela deva atender a várias outras necessidades de gastos durante o mês).

6.

Não obstante os arranjos orçamentários que sejam imaginados, é fundamental, para a construção de sua autonomia, que o adolescente seja chamado a assumir parte da responsabilidade pelos

gastos mensais de suas chamadas.

7.

E, por fim, minha regra de ouro: tranque em um armário, e esqueça lá por pelo menos dois anos, todos os telefones móveis da casa. Mesmo que seja um transtorno para o resto da família, vale a pena. Aparelhos fixos são criptonita para os telefonemas adolescentes: com eles, rapidinho, o papo perde toda a força.

Ligados por um fio

Cortar o cordão umbilical é exercício de todo dia. Fazer do celular uma extensão dessa ligação é um erro que prejudica todos os envolvidos. Certa ocasião, observando a fase de adaptação em uma escola, assisti a uma cena insólita. Sem se dar conta da insensatez do que fazia, uma mãe deu à cria de cinco anos um celular. Além do aparelho, entregou uma ordem: “Se fizerem alguma coisa que você não goste, me ligue”. Um pedaço meu continua naquela cena, aturdido, sem compreender em que em mundo nós estamos.

Fazer circular o conhecimento não é a principal razão para a existência das escolas. A mais importante função é educar para a convivência social. E, para conviver com os outros, é preciso aceitar o fato inelutável que o mundo não vive de acordo com as nossas vontades.

O principal papel das escolas é ensinar que, acima das vontades e caprichos de cada um dos alunos, existe o bem comum – o bem social.

Isso, claro, não se aprende de um dia para o outro. Aliás, qualquer processo de educação pressupõe – de fato, exige – a noção de longo prazo. No fundo, as escolas funcionam como “água mole em pedra dura”: acreditam no potencial dos alunos e se obstinam em alcançá-lo.

Ao infringir as regras e entregar o celular, a mãe pode ter desejado criar um vínculo secreto com a cria: “Somos nós contra eles” (a escola).

Entretanto, o que ela estabeleceu foi um complô de todos contra todos. Com seu gesto onipotente – “Deixe que eu resolvo tudo por você” –, a mãe desautorizou a escola, a professora e, o que é mil vezes pior, a capacidade de seu filho em lidar com as dificuldades da vida. À custa da fantasia de ser uma supermãe, sem perceber, ela, aos poucos, transforma o filho em um superincapaz.

Dos 15 aos 18

Quando crianças, os filhos precisam de atenção e de limites. Precisam sentir-se seguros de que são amados. As necessidades dos adolescentes não são muito diferentes. Mas o que distingue de maneira fundamental essas duas fases do desenvolvimento é a necessidade dos adolescentes de ter um espaço que vá além dos muros da família para desenvolver a sua identidade e a premência que sentem de serem reconhecidos como jovens adultos. Eles se esforçam por descobrir outras maneiras de ser, de se comportar e de perceber o mundo, e para isso desafiam a opinião dos pais em discussões intermináveis sobre política ou qualquer – *qualquer* – outro tema que surja pela frente. Essas discussões, apesar de agressivas e provocativas, também podem ser uma maneira de envolver os pais e de manter um vínculo com eles. Dispor de tempo e paciência para ouvir nossos filhos expressarem seus pontos de vista cáusticos, apaixonados e idealistas é uma prova de atenção e carinho inequívoca que entregamos a eles.

Quanto maior a maturidade do herdeiro, maior a possibilidade de que ele consiga se organizar de forma responsável com quantias mais significativas. Para essa faixa etária, o cálculo de R\$ 15,00, por idade, parece ajustado. De acordo com essa equação, um adolescente de 15 anos receberia algo em torno de R\$ 225,00. Uma parte expressiva desse dinheiro, como nas fases anteriores, deve ser destinada a alimentar uma poupança.

O fato de que esse montante limita a maior parte dos gastos que um adolescente de classe média urbana costuma praticar durante todo o mês (sem direito a extras) faz que o valor da mesada seja, com frequência, menor que o que é entregue pelos adultos no sistema pinga-pinga, em que a cada dia os filhos dão uma “mordidinha” no bolso dos pais.

Por essa razão, por perceberem que acabam saindo no prejuízo quando têm os gastos limitados à quantia recebida como mesada, os adolescentes raramente se conformam em começar a recebê-la nessa fase. Instituí-la agora exigirá um bocado de persuasão dos pais. Mas, para os que cresceram acostumados a manejá-la, todo o processo da adolescência correrá mais fácil, principalmente – mas não apenas – no que diz

respeito ao consumo.

Mesada e drogas

Quem tem filhos adolescentes se apavora cada vez que ouve histórias relacionadas ao uso de drogas pela garotada. A todo momento, são noticiadas histórias de consumo e tráfico praticados por jovens de todas as classes sociais. Muitos adolescentes iniciam essas práticas no ambiente escolar. É doloroso admitir, mas não parece haver escola totalmente imune a esse problema, por mais atenta e zelosa que a instituição seja. Na verdade, em relação às drogas o que as distingue é tão somente o modo como procedem quanto à prevenção ou à punição pelo uso entre os alunos.

Matéria publicada há alguns anos em um jornal paulistano sobre o assunto trouxe uma entrevista estarrecedora com uma adolescente. Aluna de uma das instituições mais tradicionais da cidade, a garota, de 15 anos, revelou que, além de consumir álcool regularmente, em quantidades absurdas, usava e vendia drogas. Ao responder se o tráfico era uma estratégia para alavancar o dinheiro que possibilitasse seu consumo de drogas, a garota negou a intenção. E explicou que o que a atraía para o tráfico eram as margens de lucro que aferia com o negócio. O dinheiro que ela usava como capital de giro para comprar as drogas – revendidas aos colegas de classe – vinha da grana generosa que recebia dos pais.

Há adolescentes para quem o dinheiro simplesmente “aparece” – sem nenhuma espécie de controle sobre quantidade ou destinação – sempre que pedem aos pais. É o que se passava com essa garota. Essa prática permissiva não só impede que os pais tenham uma noção precisa de quanto estão dando, como ofusca completamente a percepção de como os filhos gastam o dinheiro.

Não sou fã incondicional das mesadas. Não acho que tomadas isoladamente elas sejam educativas ou imprescindíveis para a educação financeira das crianças e dos adolescentes. Considero que é das práticas mais difíceis e exigentes para se levar adiante na educação dos filhos. Admito e aconselho que, diante de certas mancadas graves que os adultos cometem em sua aplicação, a

desistência pura e simples do método causaria menos estragos à prole.

Concordo, porém, que, quando dadas na quantia e momento adequados, propiciam benefícios extraordinários. Quando se opta pela mesada, a observação – ainda que superficial – de como e com o que os filhos gastam o dinheiro tende a ser mais clara. Ondas de gastos exagerados, repetidos, sem explicações plausíveis, podem ser indicadores de problemas com algo bem mais sério do que simples dificuldade de organização financeira. Jovens que sempre souberam lidar com dinheiro (ainda que falindo eventualmente) e que, de uma hora para outra, entram para o time dos que mal recebem a mesada e já estão completamente sem dinheiro – a supor que a quantia que recebem seja apropriada – merecem atenção especial. Não tenho dúvida de que a maneira como a mesada é administrada pode servir de alerta aos pais para a ocorrência de problemas mais sérios na vida dos filhos adolescentes.

No extremo oposto, estão os jovens que milagrosamente fazem a mesada render. Em certa ocasião, por exemplo, ouvi o relato de um jovem adulto que aos 15 anos conseguiu comprar por sua própria conta, à vista, uma moto. A desculpa que deu aos pais ao chegar com a aquisição em casa foi de que a compra tinha sido fruto da cuidadosa administração do dinheiro que recebia deles para as despesas do dia a dia e baladas no final de semana. Havia poupado os trocos que lhe sobravam – foi o único esclarecimento que apresentou. Como não tivessem a menor ideia de quanto, afinal, essas saídas lhes custavam, a justificativa pareceu cabível, natural e admirável aos pais.^[3]

Quando conheci esse gauchinho com cara de anjo, ele tinha 21 anos. Estava especialmente feliz no dia em que me contou sua história. Envolvido com o tráfico de cocaína desde os 15 anos, aos 18 tinha sido condenado a oito anos por tráfico de entorpecentes. Nosso encontro acontecia em seu primeiro dia de prisão albergue. Tantos anos depois desse papo, ainda acho difícil compreender como seus pais não perceberam o quão absurdo era um adolescente portar tanto dinheiro. O pai, um empresário muito bem-sucedido a quem conheci na mesma ocasião – e de quem tive a melhor das impressões –, lamentava não ter podido enxergar o que acontecia a tempo de evitar a tragédia de ver o filho encarcerado. Meio encabulado, o moço

resumiu seu caso em uma frase curta: “O que eu queria mesmo é que eles [os pais] prestassem atenção em mim”.

Em minha opinião, a mesada definitivamente não pode ser seara para castigos por maus comportamentos, insolências, notas abaixo das expectativas ou qualquer coisa do gênero. Existem centenas de maneiras de punir um comportamento inapropriado dos filhos sem lançar mão desse ardil. Mas em relação ao uso de drogas, não vejo outra saída. Ao menor sinal de desconfiança, os pais devem suspender imediatamente os pagamentos e procurar, sem demora, a ajuda hábil de especialistas.

O que a mesada deve cobrir?

Se há alguma coisa que não se pode perder de vista em relação à mesada, é que ela só faz sentido se funcionar como instrumento para a educação financeira dos filhos. Como disse antes, a mesada não pode ser confundida com prêmio, mimo ou símbolo de status. Para cumprir sua função didática, o ideal é que uma parte do dinheiro seja destinada para os gastos dos filhos e o restante poupado para objetivos de curto prazo. Cumpridas essas determinações, definir que gastos serão cobertos pela mesada torna-se uma tarefa mais fácil.

À medida que os filhos vão amadurecendo, aprendendo a assumir responsabilidades, é compreensível que a lista de itens a serem cobertos pela mesada cresça como eles. De um lado, é natural e desejável que eles procurem “forçar” os pais a lhes conceder maior autonomia no uso do dinheiro. De outro, deixar que os filhos assumam os riscos por escolhas financeiras cada vez mais complexas, com quantias cada vez maiores de dinheiro, é parte do processo de preparação para a vida adulta. Negociar, discutir, convencer, explicar cada mudança de etapa, tudo isso ensina a pais e filhos. Aos filhos, ajuda a crescer. A nós, a deixarmos que cresçam.

A capacidade de assumir responsabilidades no uso do dinheiro não se dá do dia para a noite. Quanto mais velha a cria, maiores devem ser as responsabilidades a serem assumidas. Aos muito pequenos, que ainda vivem a fase das figurinhas, por exemplo, os pais podem determinar que a mesada cubra os gastos com os álbuns. É o suficiente. Um pouco mais tarde, arcar com os

lanches na escola ou transporte não será problema para os que ganhem o suficiente para bancar as novas responsabilidades.

A adolescência inaugura um período de saudável demanda por reconhecimento das capacidades. É a hora certa para dar aos filhos a oportunidade de provar o agridoce da autonomia: liberdade alicerçada em responsabilidade. Caso típico é dos adolescentes que invocam o direito de incorporar à mesada os gastos com a compra de roupas. Nesses casos, o melhor a fazer é condicionar a concessão do privilégio à demonstração de que eles “sabem” comprar roupas. Uma excursão ao shopping para observar como avaliam a qualidade do tecido, o acabamento e a durabilidade da peça darão pistas seguras sobre se é, de fato, o momento de incluir na mesada esse gasto.

Para evitar confusões, brigas, além de mútuas e desnecessárias acusações, independentemente da idade dos filhos, os pais devem combinar – e deixar bem claro – que tipo de gastos esperam ver cobertos pela mesada. E a maneira mais fácil de conseguir isso é ensinando a distribuir o dinheiro em três tipos de gasto: as despesas fixas (por exemplo, com os lanches na escola), as despesas flexíveis (eventuais presentes de aniversário para amigos/namoradas ou roupas, por exemplo) e, a melhor parte, as despesas com diversão (videogames, cinema, saídas com os amigos). Além disso, o ideal nessa fase é que pelo menos 25% do dinheiro recebido sirva para atender alguma meta de curto ou médio prazos. Por essa razão, os pais não devem esquecer-se de acrescentar à quantia final esse estímulo ao aprendizado da poupança.

Chamar os filhos a detalhar – e justificar– quais gastos fixos e flexíveis pretendem ver cobertos pela mesada, bem como de que maneira planejam gastar com diversão, ensina a elaborar um orçamento. Isso não significa que os pais devam apoderar-se do plano de gastos, exigindo estreito cumprimento ao que foi combinado. Mudanças de planos são parte da vida e, aos poucos, é preciso deixar que os filhos assumam o controle por sua decisões, assumindo riscos calculados e, eventualmente, redefinindo prioridades.

Trabalho doméstico e mesada

Uma das perguntas que mais frequentemente ouço sobre educação financeira diz respeito à seguinte dúvida: deve-se ou não associar o ganho da mesada à realização de tarefas em casa?

Antes de mais nada, convém pesquisar o que está escondido por trás dessa pergunta. De alguns anos para cá, a moda de dar mesada aos filhos pegou. Alguns pais acabam seguindo a onda de adotá-la, mas sem ter nenhuma noção das razões ou de sua finalidade.

É o que acontece com a associação do dinheiro com as tarefas. Boa parte dos pais teme que, ao dar mesada sem exigir o cumprimento de alguma obrigação doméstica, os filhos acabem por absorver a ideia de que na vida não é preciso esforço para ganhar dinheiro. Convicções desse tipo espelham bem a miopia que tantas vezes distorce e complica a execução da mesada.

Tomemos o Joãozinho como exemplo. A louvável preocupação de seus pais é a de que ele não cresça acreditando que dinheiro nasce em árvore. Por isso, resolvem atrelar o pagamento da mesada ao banho semanal no Rex. Seria prudente que, desde o início, os pais do Joãozinho considerassem a hipótese de que ele possa vir a recusar-se a cumprir a tarefa nos períodos em que não sinta necessidade de receber dinheiro. Digamos que não haja nada que ele queira comprar ou que sua poupancinha possa lhe servir de colchão para as retaliações que advirão por conta da desobediência.

A cena estará armada. Da tentativa inicial de resolver o conflito lançando mão de argumentos, os pais, entrincheirados pela teimosia do herdeiro, avançam para o tudo ou nada e ameaçam, possivelmente, cortar a semanada ou a mesada. Como o Joãozinho não está mesmo precisando de dinheiro, a ameaça não fará sentido nem produzirá efeito.

Com a autoridade escorrendo pelas mãos, os pais veem a tão bem-intencionada educação financeira de Joãozinho virar de pernas para o ar.

Mas há ainda outra pedra no caminho da dobradinha mesada/tarefa. Aqui no Brasil não é difícil encontrar famílias que são viciadas no uso de empregadas domésticas. Por isso, convenhamos que é difícil explicar – que dirá convencer – a Joaquinha que o recebimento da mesada depende de que ela colabore em pôr ordem na casa. Não há dúvida de que, se todos os outros membros da família vierem a colaborar, ela provavelmente não vá opor-se à ideia. Será inclusive muito educativo. Mas, francamente, se todo mundo colaborasse na organização da casa, a presença da empregada seria mesmo necessária? Não é à toa que tantas vezes ouço pais reclamando que, ao pedirem aos filhos que arrumem isto ou aquilo, levem pela frente a desaforada sonsice de um “Mas não é para isso que a gente paga a empregada?”.

Por estas e outras, é preciso estar atento ao fato de que a realização pelos filhos das tarefas usuais e essenciais à organização da família não deve ser objeto de pagamentos. E isso por uma razão muito simples: o bem-estar da família deve fundamentar-se, em princípio, meio e fim, na preocupação e carinho de seus membros uns pelos outros – e nunca por dinheiro. Portanto, se você não quer correr o risco de ouvir de seus filhos, mais dia ou menos dia, “Quanto você vai me pagar para fazer isso?”, é melhor evitar de todos os modos amarrar a mesada às tarefas domésticas.

O fim da mesada

Tenho a tendência a achar que há festas que só valem a pena se houver criança pequena no ambiente. Como a Páscoa. Ainda

lembro – e, de um jeito estranho, ainda me dói – a expressão entre serena e severa do meu filho quando, cruzando o Rubicão da inocência, exigiu de mim uma resposta direta, “Sim ou não, mãe!”, para a existência de Papai Noel. Ao receber o golpe, muito digno, reagiu com um “Eu sabia”, de quem, é claro, teria preferido não ter sido levado a saber. Mal refeito, em um suspiro, jogou-se novamente: “E o Coelhoinho?”.

Bem, não foi fácil – de fato foi muito embaraçoso – confessar que era eu quem fabricava as pegadas de barro, patinhas espalhadas pela casa toda, simulando trajetos até os ovinhos. Ou que os fiapos de pelo caídos aqui e ali eram algodão que eu cuidara de desfiar. Não foi fácil. Ao fim, o que sobrou de bom do período que encerramos naquele dia justificou, plenamente, meus (poucos) anos de encenação. Mas, como no samba, nessa vida tudo passa. E essa fase também passou.

Embora seja frequentemente identificada e, eventualmente, reduzida à advogada da prática da mesada, o que defendo, de fato, é a importância de ensinar crianças e adolescentes a lidar com dinheiro. Nessa perspectiva, a mesada não é mais que uma maneira, dentre tantas outras, de educar para a vida financeira.

Feita a ressalva, não posso deixar de admitir que, quando bem dada e dosada – na hora e quantias convenientes a cada idade –, a mesada pode tornar-se uma aliada importante na educação dos filhos. Mas para isso é preciso que ela seja compreendida pelos pais apenas como um instrumento de educação. Nesse sentido, pretender fazer da mesada palco para mimos, chantagens ou punições é pôr a perder qualquer intenção pedagógica.

A mesada, insisto, deve funcionar tão somente como um instrumento de educação. Sua função é criar condições para que crianças e adolescentes possam manejar pequenas quantias, errando e acertando no planejamento de gastos e poupança, de modo que, na vida adulta, tenham chance de evitar erros consideravelmente maiores com quantias significativas. Ou seja, a mesada pressupõe começo (por volta dos seis anos, sob feição de semanadas) e fim. O problema é que esse segundo momento nem sempre é flagrante aos pais.

Não é sem preocupação que vemos os filhos crescerem, correrem riscos, criarem asa. E, como não há forma de impedir esse processo – natural e necessário –, ocorre muitas vezes de querer empaná-lo, tentando proteger, para além do desejável, o

destino das crias, prorrogando adolescências (e mesadas) *ad eternum*. Isso de um lado. De outro, do instante em que deixam de acreditar em Papai Noel até aquele em que desacreditam de tudo quanto os pais dizem (e se você está neste ponto, acredite, isso passa!) basta um estalar de dedos. A ilusão de manter algum controle sobre as ações e reações dos filhos a partir da manutenção da mesada é – além de quase sempre secreta – perniciosa. Pais que mantêm filhos adultos dependentes da grana apostam em bilhete corrido. E, se o que buscam por essa via é a obediência, atenção ou afeto da prole, sinto informar que o efeito é quase sempre reverso.

Um trabalho de educação suficientemente bom implica que os pais saibam acolher o crescimento dos filhos, provocando-os a se lançarem na vida, confiantes em sua capacidade autônoma. Essa é uma construção delicada a que podem dedicar-se desde que os filhotes são ainda muito jovens.

Os dias de aniversário servem bem ao desenvolvimento desse processo. Saudar o aniversariante com pompa, circunstância, presente e brigadeiro é de lei. Mas oferecer a ele a oportunidade de perceber-se – no melhor dia do ano! – como alguém capaz de emancipar-se; de fazer mais e melhor o que não sabia até o ano passado (“Agora você já sabe amarrar os sapatos; usar faca e garfo; vestir-se sem ajuda...”) é algo precioso para o futuro da criança.

Mais tarde, dobrando a curva da entrada na faculdade, convém louvar – e louvar e louvar – a conquista da vaga. Mas, sem perder de vista que, para nós, ocidentais, a entrada na universidade corresponde a um rito de iniciação à vida adulta e, como tal, deve prestar-se como sinaleiro para o “início do fim” das mesadas.

Excetuando os poucos cursos cuja carga horária exige dedicação integral, todos os demais comportam tempo mais que suficiente para o princípio da vida profissional. Preparar os rebentos para buscarem alguma forma de trabalho – e, nesse momento, toda e qualquer maneira honesta de produzir vale a pena – cria condições para, paulatinamente, interromper a cessão de mesadas. Provocar a busca pela independência financeira é o melhor presente – e homenagem – que se pode prestar a filhos que acabam de estrear no papel de gente grande. Vamos conversar mais sobre a iniciação dos filhos no mundo do

trabalho no próximo capítulo.

Capítulo 4

O TRABALHO

“Procure sempre uma ocupação; quando tiver, não pense em outra coisa além de procurar fazê-la bem-feita.”

Tales de Mileto^[1]

Mencionei anteriormente que, quando as crianças ouvem os pais justificarem as ausências com “Papai/mamãe tem de ir para o trabalho para ganhar dinheiro”, o que deduzem é que os pais estão de saída para um lugar onde “ganharão” dinheiro.

O problema é que esse “ganhar” é compreendido pelas crianças na mesma dimensão dos presentes que elas ganham nos aniversários ou no Natal. E como papai e mamãe “ganham” dinheiro, fica difícil entender que reajam aos pedidos insistentes de “Compra!” sob o argumento de que “Não têm dinheiro”. As clássicas respostas das crianças a esse argumento (“Passa no caixa eletrônico”; “Paga no cartão”) dão mostra da ausência de nexos no imaginário infantil entre trabalho e ganho.

Compreender a maneira mágica como os pequenos percebem o ganho do dinheiro pode ajudar a entender muitas de suas birras. Faz sentido que algumas delas manifestem sua revolta

com a negação dos pais em comprar o que bem queiram, já que se sentem inclinadas a imaginar que ceder ou não aos pedidos é tão somente questão de boa ou má vontade dos pais. Para muitas crianças, o dinheiro é acessório comum e possível a todo adulto. Tê-lo em mãos é questão de circunstância.

De onde vem o dinheiro?

As crianças tendem a compreender apenas as relações que se dão em um plano concreto, palpável. Assim, uma criança cujo pai seja engenheiro civil ou policial bombeiro não terá maior dificuldade em compreender que tipo de trabalho seu pai executa. O mesmo vale para as mães professoras ou médicas.

Entretanto, quando as atividades profissionais de seus cuidadores não geram um produto que pode ser visto, tocado ou ouvido, torna-se difícil para as crianças compreender, com clareza, em que tipo de trabalho seus pais estão envolvidos. E quando os filhos não conseguem entender sequer o ofício dos pais, torna-se bastante improvável que possam estabelecer uma relação de causa e efeito entre trabalho e ganho do dinheiro. Faça um teste com seus filhos: veja se eles são capazes de lhe dizer (para além do título e local de trabalho) como você ganha dinheiro.

Para facilitar o entendimento das crianças acerca das relações entre trabalho e remuneração, é importante, antes de mais nada, que os pais disponham de tempo e paciência para lhes explicar, ainda que superficialmente, mas em uma linguagem acessível, a natureza do trabalho que executam. Pode parecer simples, mas esta é uma missão que pode ser espinhosa.

É parte do meu trabalho nos colégios solicitar que os pais da pré-escola façam essa explicação por escrito – de maneira breve, sem descer a detalhes, porém tão didática quanto possível. A recomendação é que procurem traduzir em uma linguagem inteligível para os pequenos as linhas gerais da atividade que exercem. Uma vez que tenham elaborado a descrição, espera-se que os adultos se sintam em melhores condições de explicar o dia a dia profissional para as próprias crias.

A ideia desse exercício, claro, é estimular os pais a colaborar

para que os filhos estabeleçam o nexo entre o que fazem e como ganham dinheiro. No entanto, como o prosseguimento da atividade inclui a leitura da “redação” pela professora – que, assim, apresenta para o restante da turma o trabalho dos pais de cada criança –, os resultados são muitas vezes surpreendentes.

Mais de uma vez assisti à leitura de explanações detalhadas acerca de campanhas de marketing ou estratégias de logística, impossíveis de serem compreendidas por crianças de quatro anos. E, em pelo menos em uma dessas ocasiões, concluída a leitura, tendo a professora pedido ao aluno que explicasse aos colegas, com suas palavras, no que consistia o trabalho do pai, ouvi a criança resumir que “o trabalho dele é andar muito de avião”. Então, as crianças – que não haviam entendido patavina do exposto – deduziram, com grande entusiasmo, inclusive do filho em questão, que “ele deve ser piloto!”.

Para evitar esses desencontros, duas estratégias podem ser muito úteis. Em primeiro lugar, convém que os pais expliquem, de uma maneira que os filhos possam entender, a razão da saída diária de casa. Alguma coisa assim: “Agora papai tem de sair para ir ao escritório e trabalhar. Se o papai não for, ele não recebe o salário e a gente fica sem dinheiro”, ou, talvez, “Mamãe vai para o consultório, atender aos pacientes. Se a mamãe não for, os pacientes não pagam e a gente fica sem dinheiro”.

Se a criança vai entender? Dependendo da idade, muito pouco. Mas ao menos uma coisa, devagarzinho, ela vai começar a perceber: que o ganho de dinheiro é fruto do encadeamento de uma série de ações. Não é mágica. É processo.

A segunda estratégia está relacionada com as visitas ao ambiente de trabalho dos pais. Não basta, porém, deixar o acompanhante mexendo nas gavetas por meia hora para dar a visita por encerrada. É importante que os pais circulem com o filho pelo local, apresentando e explicando – de modo que ele possa entender alguma coisa – a função que eles e seus colegas exercem na empresa, por exemplo. Não sendo possível levar a cria para conhecer a rotina diária, uma visita desse tipo pode funcionar como programa para o fim de semana. O primordial é que a criança comece a entender o que é que os pais fazem, estabelecendo, paulatinamente, uma ligação entre trabalho e dinheiro.

Com alguma razão, pais que exercem atividades de fácil

reconhecimento para as crianças, como médicos, dentistas, professores, partem do princípio de que os filhos já sabem o que eles fazem para ter dinheiro. Porém, mesmo nesses casos, é importante que os adultos não se desviem de explicações um pouco mais detalhadas.

Há alguns anos, conversando com o filho de cinco anos de um renomado médico paulistano, descobri que a criança tinha convicção de que o pai era subordinado à recepcionista do consultório. Do seu ponto de vista, se era a ela que os pacientes entregavam o dinheiro depois de examinados, fazia sentido supor que a moça era – como me disse – “a dona do consultório”. Esse entendimento da situação a tornava alvo da admiração do meu jovem interlocutor. De tal maneira que, quando crescesse, contou decidido, trabalharia como recepcionista para assim “ganhar muito dinheiro”.

Por fim, algumas grandes empresas começam a adotar a prática de abrir um dia do ano à visita dos filhos dos funcionários. É uma iniciativa bem-vinda, mas que, na ausência de ações de apoio bem planejadas, pode resultar num enorme transtorno para todos os envolvidos, com pais enlouquecidos em ocupar os filhos e filhos ocupadíssimos em enlouquecer os pais. Em outras palavras, não basta juntar pais e filhos no ambiente de trabalho. É preciso que a empresa tenha clareza dos objetivos que pretende alcançar com as visitas e promover um plano de atividades que permita alcançá-los.

O prazer do trabalho

A maioria dos adultos parece não se dar conta dos comentários que faz acerca do mundo do trabalho na presença dos filhos. Não há nada de errado em saudar a chegada da sexta-feira – antessala do *dolce far niente*. Entretanto, o problema começa quando no ambiente familiar nunca é dito nada que se contraponha aos comentários de desprazer em trabalhar; quando as referências à lida reportam tão somente desagrado e conformidade – como se trabalhar fosse descer a um inferno inevitável oito horas por dia, cinco dias por semana.

Sei perfeitamente que nem todo mundo tem a chance de trabalhar onde quer, com quem quer ou fazendo o que gostaria.

No entanto, quando a situação assume contornos tão nítidos de infelicidade, quando tudo o que se consegue expressar a respeito do trabalho vem embrulhado em mágoa, rancor ou preguiça, talvez fosse o caso de repensar as escolhas profissionais que têm sido feitas. Ninguém está condenado a seguir em um ofício ou carreira. Há sempre outras possibilidades, outros caminhos a seguir quando se trata de ganhar a vida. Entregar-se a mudanças profissionais quase sempre é questão apenas de planejamento e coragem.

Para além dos comentários produzidos pelos adultos, o estímulo à compreensão do trabalho como fonte de satisfação e autorrespeito deve começar bem cedo na educação da criança, por volta dos dois ou três anos. Nessa fase, a criança já se locomove com habilidade e consegue demonstrar, perfeitamente, se sente dor, sede, medo, do que gosta e não gosta de comer, e assim por diante. É uma fase deliciosa para a convivência familiar. Orgulhosa de seus progressos verbais e motores, a criança tende a se mostrar colaboradora em casa. Vê, na participação nos afazeres domésticos, chance de imitar o trabalho dos adultos.

Infelizmente, poucos de nós nos apercebemos de que, ao pedir para passar o aspirador, ajudar a molhar as plantas, tirar pó, lavar os pratos ou arrumar a cama, a criança não está “brincando” de ajudar. Ela está – e de fato se sente muito vaidosa por isso – trabalhando.

A desatenção a essa perspectiva pode ser muito perturbadora à imagem que a criança vai construindo de si como alguém produtivo e capaz de autonomia. Enquanto ela pensa “Quero ser como você”, nós entendemos “Quero me divertir com isso”. E, porque não vemos nada além da brincadeira, não devolvemos em paciência o que a criança oferece como esforço e treino para a independência. Não é de estranhar que, alguns poucos anos depois, conseguir a ajuda dos filhos para o que quer que seja se torne um martírio.

Muitas vezes, conversando com pais sobre esse tema, pude perceber que, quando alertados para as consequências dessa fase de imitação, deixavam de ver o processo de iniciação dos filhos no mundo do trabalho como um transtorno ou capricho (“Você ainda é muito pequeno para isso”, “A mamãe está com pressa, deixe que ela faça sozinha”, “Vai brincar com as suas coisas!”).

[2]

Para incentivar a criança, desde tão pequena, a ver o trabalho como fonte de contentamento, vale o bom senso. Basta colocar na balança, de um lado, a lenta estruturação da percepção do trabalho como prazeroso e, de outro, alguma bagunça com o detergente e, talvez, o chão da cozinha completamente encharcado. Não é difícil perceber o que é, realmente, importante.

Quando um casal confia que sente medo da inabilidade do “ajudante” para a lavagem da louça (“E se ele quebrar algo?”), advirto que não devem se esquecer de criar plenas condições para que a criança trabalhe em segurança. Mas, se acontecer de ela quebrar um ou outro copo, antes de reagir com precipitação e alarido, os pais devem lembrar-se do número de vezes que receberam em casa pessoas absolutamente detestáveis e que – desgracia pouca é bobagem – quebraram um copo. Não é verdade que, por insuportáveis que sejam esses chatos, nós, anfitriões amabilíssimos, sempre desculpamos o dano entre sorrisos de “Não faz mal, isso traz sorte”?

Por isso, da próxima vez que seu filho ensopar a cozinha absorvendo em lavar um copo, conseguir molhar mais o chão que as plantas ou quebrar um prato, mantenha a calma e demonstre seu orgulho. Leve em conta que essa criaturinha trabalha concentrada em não frustrar sua confiança na capacidade dela.

Os primeiros trabalhos

Seja por falência, seja pelo frequente desejo de algum consumo maior que o permitido pelos limites da grana que recebem, volta e meia os herdeiros se veem confrontados com a necessidade de resolver algum problema de fluxo de caixa.

Para prevenir essas ocasiões, e ajudar aos filhos a encontrar solução para o dilema financeiro que atravessam, minha sugestão é que os pais mantenham às vistas dos pretensos candidatos a empréstimos uma tabela de serviços que possibilitem alavancar a grana extra. Exemplos: providenciar uma demão de tinta; podar as plantas; ser manicure ou massagista.[3]

O que importa é que sejam serviços que, em condições habituais, os pais se veriam na circunstância de contratar alguém de fora da família para executar. Mantendo essa tabela com preços compatíveis com a capacidade de realização e experiência dos interessados, é possível ensinar aos herdeiros que, no que diz respeito ao dinheiro, trabalho nunca é o problema. Aliás, é quase sempre a única solução.

Especialmente nos anos que antecedem a adolescência, o ambiente doméstico oferece boas oportunidades para os filhos exercitarem seus primeiros trabalhos. Desde que fique clara a distinção entre as tarefas de “família”, cuja execução se aconselha a não pagar (lavar a louça, arrumar a cama ou pendurar as roupas, por exemplo) e as outras, remuneráveis (aquelas que poderiam ser executadas por algum profissional), não há maiores dificuldades em levar adiante esses “contratos de trabalho”.

Para tirar o melhor proveito dessas experiências – marco zero da vida profissional –, é conveniente que os pais estejam atentos a alguns pontos:

1. Seja claro sobre as instruções que pretende ver seguidas. “Limpar o carro” não necessariamente significa o mesmo para você e seu filho. Limpar é lavar? Inclui passar o aspirador na parte interna? É dar polimento?
2. Inspecione o trabalho que foi feito. Faça disso parte do ritual do contrato. Do mesmo modo como o desempenho escolar de nossos filhos é avaliado, o desempenho profissional deles deve ser avaliado também. Se seu filho não executou o trabalho como você queria, mostre o que lhe desagradou e,

serenamente, peça que o refaça. E, se estiver tudo a contento, seja farto nos elogios. Seu encorajamento ao trabalho bem-feito vai render muito mais que o dinheiro a ser recebido.

3.

Pague imediatamente. No mesmo dia. Não peça a seu filho que compreenda explicações do tipo “Agora eu estou sem dinheiro”. É inadmissível expor os filhos à humilhação de implorar por receber o pagamento combinado.

4.

Seja justo no preço e pague exatamente a quantia combinada.

Mais tarde, já no período da adolescência, não são raros os pais que, em meio a broncas, ameaçam os filhos com a perspectiva de obrigá-los a trabalhar. É como se vissem nesse castigo disfarçado a chance tanto de se livrar das variações de humor, tão típicas dessa fase, como de corrigir ou punir o desinteresse pela escola. Melhor ir bem devagar com esse andar. Nessa fase, a principal ocupação de nossos filhos ainda deve consistir em estudar e nada deve prejudicá-la. Além do mais, a conquista do primeiro emprego fora de casa deve ser celebrada como parte do processo de amadurecimento e nunca, nunca, como uma punição.

Mesmo pequenas doses de trabalho – cerca de dez horas semanais, segundo alguns estudos – exigem senso de responsabilidade, o que acarreta benefícios à formação do adolescente. Naturalmente, não existe uma idade definida para começar a realizar esses pequenos trabalhos fora de casa. Todavia, acho provável que a excelência no desempenho do trabalho dê aos pais boas dicas sobre o momento certo de

começar a estimular os filhos a procurar oportunidades fora de casa, trabalhando para alguém no período de férias ou iniciando um pequeno negócio.

Para que se animem a encontrar oportunidades, convém pedir aos herdeiros que façam duas listas. A primeira delas relacionando as atividades que consideram interessantes; a segunda, as habilidades que possuem. Um exemplo: se Joãozinho gosta de música e dedica os dias a esperar pelas festas, pode ser que o mundo esteja vendo nascer um novo DJ. Ou, talvez, o apurado senso de elegância da Joaquina possa ser mais bem empregado nas próximas férias de verão do lado de lá do balcão de grife.

Lembre-se de que, nesse estágio da vida, nossos filhos estão apenas tateando os contornos da vida profissional a que se dedicarão no futuro. Hesitações e mudanças de rumos são naturais, praticamente inevitáveis e, quase sempre, bem-vindas.

Com preocupação vejo acontecer na vida de tantos jovens de classe média o adiamento da entrada no mercado de trabalho. De uns anos para cá, cresceu o número de estudantes que, ao contrário de seus pais e avós, tem tido acesso à vida universitária. Nessas circunstâncias, os pais desses jovens não têm a menor ideia do que sejam a carga horária ou o grau de exigências que cercam os anos da graduação. Supervalorizam a conquista e caem, patinhos, no conto do “Não dá para trabalhar e fazer faculdade ao mesmo tempo”. E isso é uma imensa bobagem.

Como vimos anteriormente, excetuando cursos que exigem frequência às aulas em período integral (medicina, veterinária, odontologia, e alguns outros poucos), a vida universitária ocupa tão pouco tempo e esforço que trabalhar enquanto se estuda é fundamental. Constrói a experiência que alicerçará a vida profissional. E quanto antes se comece a estagiar melhor. O mercado de trabalho tem cada vez menos paciência com pessoas indolentes.

Como ganhar dinheiro: resolução de problemas

De assalto a cigana tomou minha mão em Granada e começou a declamar meu futuro. Fosse pelo inusitado ou por serem notícias de meu agrado, deixei que as boas-novas corressem. Um raro momento *“pero que las hay”* em minha biografia. Atirem a primeira pedra. A moça, ladina, percebendo que atraía minha atenção e farejando um par de euros, dobrou a aposta. Para tornar meu destino verossímil deu de instilar-me alguma preocupação com o porvir: *“Receberás de su mamá un telegrama con una mala noticia”*. Aquilo me pegou de jeito. “Telegrama?”, insisti. *“Sí. En breve.”* Foi o que bastou para dar cabo de minha fé tão novinha. Olhei firme para ela e, em português e sem pressa, devolvi: “Aperta o F5, cigana. Minha mãe usa o Skype”.

Se estamos em um mundo em que até tecnologia de predição envelhece, é preciso cuidar de atualizar a maneira como educamos nossos filhos para a vida adulta. A ideia de que para garantir o reino da estabilidade financeira basta assegurar o estudo em bons colégios, e, na sequência, em excelentes universidades, pode ter servido, com muita sorte, à educação que recebemos de nossos pais. Pessoalmente, até disso duvido.

As condições do mercado de trabalho que nossos filhos conhecerão exigirão outros roteiros. Já vimos que a medicina, nos dias de melhor humor, assegura que nossos filhotes viverão até os 120 anos. No entanto, as notícias trazidas pelos cadernos de economia dão conta da crescente redução no número de vagas em quase todos os setores. Ou seja, mais gente disputando um número cada vez menor de empregos. Nossos filhos terão esse problema a resolver pelo meio do caminho.

Resolução de problemas é, aliás, o nome do jogo. Capacitá-los a assumir tarefas profissionais em qualquer parte do mundo, tornando-os adaptáveis às mudanças nas carreiras e às condições de trabalho locais, exigirá mais que o conhecimento de três ou quatro idiomas – requisito, já hoje, considerado fundamental em várias áreas.

Ensinar as crianças a resolver problemas implica, antes de tudo, estimulá-las a encontrar soluções para seus dilemas, não importa se corriqueiros. Tal é o caso das bolinhas que vão parar embaixo do sofá. No *script* tradicional, ao não ver o seu brinquedo, a criança aciona o adulto mais próximo para resolver a crise. Estando a coluna em dia, a saída é simples: uma esticada de braço resolve o problema. Quer dizer, resolve o problema de

fazer a criança parar de pedir que peguem a bola. Mas não resolve o problema de ensiná-la a se tornar um adulto capaz de equacionar dificuldades.

Muito mais produtivo para o futuro da cria é devolver-lhe a solução do impasse. “A bolinha caiu? E como é que você pode resolver isso?”. Dar tempo para que ela possa imaginar saídas para a situação – não importa quão estapafúrdias possam parecer (Puxar com a vassoura? Levantar o sofá? Apelar para os super-heróis?) – é uma etapa importante nesse processo de aprendizagem. Ajudá-la, em um segundo momento, a avaliar as melhores opções para, por fim, testá-las é a melhor ajuda que se pode dar em um episódio desse tipo.

Ensinar nossos filhos a ganhar dinheiro implica encorajá-los a aprender a elaborar perguntas cada vez mais ricas e profundas. Essa habilidade irá torná-los capazes de identificar e avaliar diferentes soluções para os impasses.

Parte importante desse processo inclui, como veremos no capítulo a seguir, torná-los conscientes das escolhas que fazem no decorrer de seu desenvolvimento.

ESCOLHAS

“Devemos indagar por ocasião de todos os desejos: o que há de acontecer quando meu apetite for satisfeito; e o que acontecerá se ele não for.”

Epicuro[1]

Muito embora tantas vezes pareça a coisa mais elementar do mundo, gastar dinheiro é uma arte refinada. Estamos habituados a refletir demoradamente sobre as grandes compras, aquisições que exigirão um aporte substancial de dinheiro. É o caso da compra de um imóvel, por exemplo. Para esses consumos é frequente perdermos noites de sono, metidos em cálculos na ponta do lápis, fazendo e refazendo somas de parcelas e projeções de juros.

Mas, por outro lado – e é aí que mora o perigo –, as comprinhas cotidianas, os gastos de toda hora, raramente merecem dois segundos de nossa atenção. Além do fato de que esses “consuminhos” funcionam como furos no bolso, por onde o orçamento escoia sem que se perceba, causa estranheza que a maioria das pessoas não se dê conta de que, a cada vez que decide gastar dinheiro, está fazendo uma escolha.

Todas as vezes que alguém decide fazer uma compra (ou não) está optando por algo e, em decorrência dessa predileção, abrindo mão de alguma outra possibilidade. Não importa que seja o cafezinho na esquina ou o almoço no restaurante da moda, há sempre uma situação de escolha envolvida em cada ato de consumo.

Mencionei anteriormente que pelo menos 50% dos casamentos têm como destino o divórcio em função de divergências referentes a dinheiro. E a razão preponderante para os embates, tenho cá comigo, está relacionada com a dificuldade dos parceiros em conviver com escolhas divergentes das suas.

Enquanto para uns a “maneira certa” de usar o dinheiro poderá significar o gozo incessante dos prazeres da boa vida, para outros parecerá que o “correto” é o trato parcimonioso das finanças do casal. A tensão causada por posições tão opostas ignora a perspectiva do outro (só o meu ponto de vista vale a pena) e, lentamente, corrói o afeto e instala competição e desamor.

Quando se trata de casais e dinheiro, saber ouvir é muito mais importante que falar. Quase nunca realmente ouvimos o que o companheiro está dizendo. A maioria de nós

reinterpreta o que o outro está dizendo. E, de modo geral, reinterpreta como se tudo não passasse de crítica, de ameaça à nossa competência, liberdade e noção de valor.

Se nos esforçássemos para não viver essas situações como testes para exibição da superioridade das nossas próprias convicções, talvez conseguíssemos amar de uma maneira melhor, menos intransigente. Em outras palavras, se nos concentrássemos menos em defender o nosso modo de ver a vida e mais em tentar compreender as razões do outro, só teríamos a ganhar. Financeiramente, inclusive.

Da maneira como vejo esses desencontros entre amor e dinheiro – e ouço um bocadinho de histórias sobre eles –, uma parte considerável do desgaste deve-se ao fato de que não fomos educados a perceber o uso do dinheiro como resultado das escolhas que fazemos, ou a considerar o que deixamos de ganhar quando nos decidimos por uma opção. Concentrando nossa atenção exclusivamente no que ganhamos, esquecemos que, em toda escolha, custo e benefício são sempre vizinhos, duas faces da mesma moeda.

Assim, se, por um lado, perde o parcimonioso, que, com sua escolha, se priva de diversão e prazer, por outro, perde o esbanjador, que, com sua opção, não se prepara para os dias sombrios que inevitavelmente virão.

O modo como cada um de nós lida com dinheiro em larga extensão foi construído até por volta dos seis anos de idade. Fazer um esforço sincero para identificar os padrões de identidade forjados na infância – matriz das escolhas financeiras que fazemos hoje – é fundamental para que possamos nos conhecer melhor e aceitar o outro.

Colaborar para que os filhos cresçam tão conscientes quanto possível das escolhas que fazem, aptos a ponderar sobre elas, de modo a prever e arcar com suas consequências, é uma das tarefas mais importantes e delicadas a serem desempenhadas pelos pais.

O que você escolhe?

Há excesso de estímulos às vontades cruzando todos os ares e mares. Desconfio que esse exagero se deva à confusão entre o que seja vontade e o que é o desejo. Essa é uma discussão que, como tantas outras, vem se arrastando desde a Grécia antiga. No entanto, para fazer uma distinção breve, podemos dizer que o desejo é perene, enquanto a vontade é volátil. Assim, enquanto “vontade é coisa que dá e passa”, o desejo se sustenta ao longo do tempo.

Essa ênfase exagerada nas vontades parece ser uma confusão derivada da recomendação, que ganhou corpo nas últimas décadas, de que os pais devem respeitar o desejo da criança.^[2] Por tudo quanto tenho visto e ouvido, distinguir o tal desejo do que é “só” vontade não tem sido fácil para muita gente, o que inclui, claro, alguns profissionais de psicologia que, antes de doutores e especialistas, são pais e mães com direito a inseguranças comuns a todos nós.

Serve de exemplo a história que ouvi de uma mãe psicanalista sobre a ida com o filho de um ano e oito meses à loja de sapatos. O garoto, fascinado pelas cores vivas de um tênis, agarrou-se a ele. Em vez de tentar distraí-lo (nada seria mais fácil, o tempo de atenção de uma criança nessa idade é ínfimo), a mãe achou por bem dedicar à criança 40 minutos de tentativas de convencimento. Sua linha de argumentação buscava que o filho se deixasse render pela evidência de que aquele era um modelo exclusivo para adultos e soltasse o tênis. Tanta conversa deu em nada, claro. O que motivou o abandono do calçado foi o encantamento por outro objeto – maior e ainda mais colorido. Infelizmente para o vendedor, a nova vontade do garoto estava bem longe da loja.

Reconhecer o desejo da criança é importante, sem dúvida. E, embora nem sempre ele seja óbvio para os pais, é de esperar que a criança encontre um modo de “sinalizá-lo” para os adultos. Um jeito bastante acurado de distinguir vontade e desejo, do ponto de

vista do consumo infantil, é deixar que a criança espere algum tempo para ganhar o que pede. Não importa que o objeto de cobiça seja de pouco valor. É sensato educá-las a aprender a esperar pela realização dos desejos. Nesse mesmo sentido, marcar datas para o recebimento dos presentes permite que a criança reconheça e fortaleça seus desejos no tempo.

De toda forma, o reforço às vontades, de tão manifesto, marca as relações sociais e – ponto que nos interessa de perto – condiciona a comunicação com as crianças. É comum que mesmo em situações triviais, como no café da manhã, a gente se dirija aos filhos nestes termos: “Júnior, o que é que você quer? Torradas, cereais, iogurte: o que é que você quer?”. Lá do seu canto, e do seu jeito, o Júnior nem pensa. Rebate com qualquer resposta para, em seguida, mudar de ideia. Começa a comer um, abandona por outro, arrisca o terceiro. Ao fim, permanece insatisfeito com os três. Quis tudo e não usufruiu realmente de nada. A vontade é fugidia, inconstante. “Quero” e depois “Não quero mais”.

Não é descabido imaginar um paralelo entre o comportamento inconstante das crianças no café da manhã e o número de alunos que abandonam os cursos de graduação. Dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC) indicam que as taxas de evasão até o terceiro ano de faculdade são superiores a 50%.

Ainda que se possa imaginar um par de hipóteses que ajudem a esclarecer esse fenômeno, que comumente causa desgaste e imensa angústia aos jovens, do meu ponto de vista, o fato de a opção pelos cursos atender quase que tão somente à “vontade” dos candidatos – disfarçada de antevisão dos benefícios (“O que ganharei optando por este curso?”) – explica muito dessa falta de perseverança. A escolha ponderada de uma carreira não deveria excluir a análise detalhada dos custos envolvidos na opção (“O que perderei optando por este curso?”).

Minha sugestão é que, do café da manhã à escolha da faculdade, os pais se habituem a se dirigir aos herdeiros em termos de escolha: “Júnior, o que é que você escolhe? Torradas, cereais, iogurte: o que você escolhe?”. Por mais irrelevante que seja o tópico, o fato de uma escolha estar sugerida, induz a cria à reflexão (por incipiente que seja, como no caso dos pequenos). Ainda que por uns segundos de nada, Júnior se verá na contingência de considerar o que tem a ganhar – e a perder – optando por apenas uma das possibilidades.

Antes de prosseguir, convém chamar a atenção para dois aspectos relacionados às crianças que são ainda muito pequenas. Em primeiro lugar, o número de opções envolvidas nas escolhas sugeridas a elas não deve ir além de duas ou três. Um número maior de alternativas pode confundir a criança e complicar seu processinho de escolha. Portanto, cabe aos pais pré-selecionar as opções, dos sabores de sorvete e das peças de roupas, por exemplo, de modo a não dilatar demais o universo de possibilidades.

Em segundo lugar, é importante que se busque um equilíbrio: as crianças precisam ser estimuladas a fazer escolhas, mas não se pode perder de vista que, mesmo as crescidas, ainda não estão preparadas para fazer todas as escolhas, ou para se ver envolvidas em escolhas que sejam realmente importantes. É o caso, cada vez mais frequente e sempre cruel, de pretender que a criança “escolha” com qual dos pais vai morar após o divórcio do casal.

Resolução de problemas/escolhas

Vimos anteriormente que a capacidade de resolver problemas é condição essencial à plena autonomia financeira. Por essa razão, ensinar os filhos a ganhar dinheiro pode ser resumido em prepará-los para resolver problemas. E, como para cada problema raramente existe apenas uma solução, ser eficiente em perceber as várias possibilidades de resolução dos dilemas, e conseguir pinçar a escolha apropriada, é parte fundamental

disso tudo.

Em relação a esse aspecto crucial da educação financeira, gosto de recomendar duas abordagens sensíveis e muito eficazes: a resolução de problemas em voz alta e a leitura para os filhos de livros infantis.

Resolução de problemas em voz alta

Ensinar a criança a inventar modos de superação de impasses e formas de equacionar dificuldades é um processo de longo prazo. Sua construção, entretanto, pode acontecer a todo instante; basta para isso que os adultos estejam atentos às oportunidades que surjam.

O mais comum no ambiente familiar é que, na ocorrência de um impasse, por mais prosaico que seja, os adultos assumam o comando da busca por soluções, sem se dar conta de que as crianças estão sendo mantidas apartadas do assunto. Minha sugestão é que os pais procurem desvendar o problema em voz alta, de modo que os filhos possam acompanhar o passo a passo dos encaminhamentos.

Praticamente todo dia acontece em nossa casa alguma coisa que dá margem a exercitar a solução de problemas com os filhos. Da torneira da cozinha que não para de pingar ao carro que não dá partida, quase tudo pode ser objeto de exploração desse tema.

O que estou sugerindo é que os pais mapeiem cada uma das etapas envolvidas na resolução do problema, da maneira mais clara possível, enumerando os passos inclusive. Voltemos à torneira que não cessa de pingar. No modo tradicional, ao perceber o defeito um dos adultos toma a iniciativa de consertar ou chamar alguém que providencie o reparo.

Exceto pela comunicação do problema (“Ai, ai, ai, a torneira da cozinha está pingando de novo!”), é raro que as crianças sejam informadas das providências que serão tomadas. Quase sempre, da fase de “constatação do problema”, a vida para os filhos pula direto, sem escala, para a do “problema resolvido”. É como se nada acontecesse no intervalo entre os dois momentos.

Entretanto, se houver a intenção de aproveitar circunstâncias para educar as crianças, talvez a história da torneira pudesse ficar mais ou menos assim:

Ai, ai, ai, a ~~torneira~~ ^{torneira} da cozinha está pingando de novo! Por que será que isso está acontecendo? Como podemos resolver este problema?

Alguns ~~pequenos~~ ^{adultos} de vez em quando ter se quebrado. Podemos pensar em algumas soluções. Nós poderíamos tentar consertar a torneira agora; manter o registro de água da cozinha fechado ou podemos chamar um encanador.^[3]

Bom, como ~~adultos~~ ^{adultos} temos as ferramentas adequadas para fazer o conserto, acho que essa solução não funciona para o problema. Manter o registro fechado não resolverá o problema para sempre, mas pode ser uma boa solução apenas por hoje. Parece que a melhor solução é mesmo chamar um encanador. Você conhece alguém que possa fazer este trabalho?

Conheço. ~~Atenção~~ dele está na minha agenda. Vou ligar para ele e pedir que venha amanhã mesmo.

Um ponto que vale a pena ressaltar nas resoluções dos problemas em voz alta – que são uma espécie de lente de aumento sobre o processo para que os filhos possam enxergá-lo – é a necessidade de não evitar o uso repetido das palavras “problema” e “solução”. Pode parecer estranho, mas conseguir chamar os problemas de “problemas” é uma dificuldade para muita gente.^[4] A tendência usual é substituir a palavra por qualquer outra de menos impacto (“Como vamos resolver esta situação?” ou “Como vamos resolver isto?”, por exemplo).

É preciso cuidado com essas evasivas que, afinal, fazem supor a nossa própria dificuldade em lidar com situações problemáticas. Se a questão é ensinar os filhos a lidar com problemas, é importante não ter pudores em fazer o uso apropriado do termo.

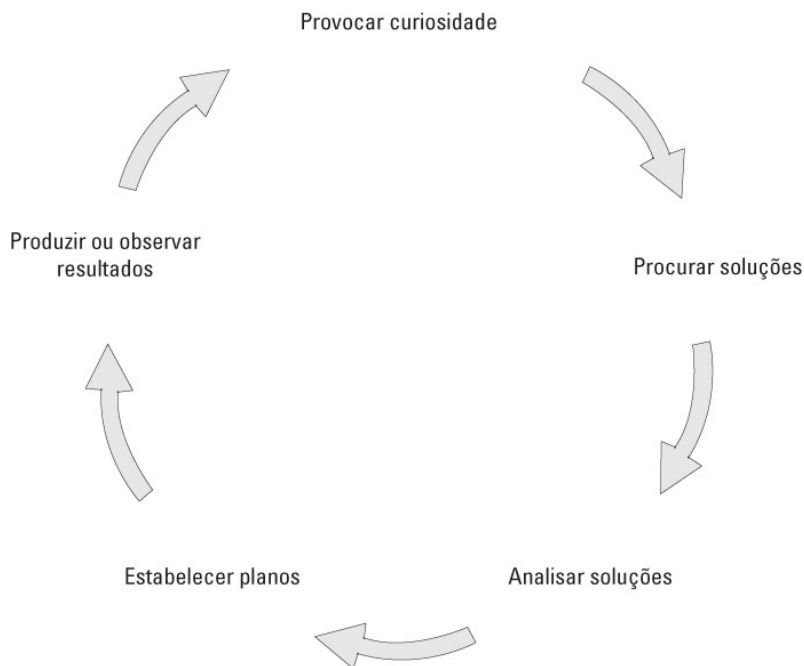
Além do mais, se a criança for progressivamente educada a perceber que para cada problema existem várias soluções, conseguirá construir dentro de si espaços para equacionar seus probleminhas, sem se perder na desesperança ou na angústia de quem não vê saída para as questões que enfrenta. Para dar um exemplo, não ser suficientemente hábil no futebol, constatação que aborrece tantos garotos, pode deixar de ser um destino inescapável (“Nunca serei bom no futebol!”) para tornar-se, quem sabe, uma possibilidade (“Como posso melhorar no futebol?”).

Naturalmente e de acordo com as possibilidades de cada idade, os filhos devem ser chamados a sugerir saídas para o problema que está sendo esmiuçado em voz alta pelos adultos. Além disso, as crias merecem ser informadas sobre a eficácia ou não da solução que se escolheu como a mais adequada.

Ainda no exemplo da torneira, deixar que as crianças assistam ao conserto e manuseiem a peça que foi substituída lhes dará a noção completa do processo de resolução daquele problema.

De maneira esquemática, para ser eficaz, o processo de estímulo à resolução de problemas deveria obedecer à seguinte sequência:

1. Provocar a curiosidade da criança (“Por que será que isso está acontecendo?”).
2. Envolver as crianças na busca por soluções (“Como podemos resolver este problema?”).
3. Analisar as soluções e escolher a mais adequada (“Parece que a melhor solução é mesmo chamar um encanador”).
4. Estabelecer planos (“Vou ligar para ele e pedir que venha amanhã mesmo”).
5. Produzir ou observar dos resultados (o acompanhamento do conserto) de tal maneira que a curiosidade da criança seja provocada a resolver novos problemas (“Como funcionam as torneiras?”).



Leitura de livros infantis

Normalmente, aos seis anos as crianças começam a ser alfabetizadas. O processo de aquisição da leitura provoca grande ansiedade em muitos pais, o que não deixa de ser compreensível, já que saber ler é uma das necessidades básicas da vida. Porém, eventualmente, essa preocupação com o desempenho da criança assume contornos um tantinho exagerados. É o que acontece quando os pais se recusam a ler para os filhos, pretendendo que, assim, eles se tornem mais rapidamente fluentes na leitura.

Durante as etapas iniciais da conquista da linguagem escrita, no entanto, a criança está focada apenas no reconhecimento das letras e das palavras. Há muito esforço envolvido nisso, de modo que acompanhar com prazer a história que estão lendo é muito difícil.

Além disso, ficar na escola tanto tempo e ainda ter de lidar com as lições de casa é muito cansativo para as crianças dessa idade. E, assim como os adultos, elas precisam relaxar depois do trabalho. Uma excelente forma de abrandar a tensão dos filhos é deixar que seus pensamentos fiquem entregues a uma boa história.

A maneira mais delicada de os pais ajudarem seus filhos a ler é ler para eles. Poder ouvir e absorver histórias que um adulto lê é tarefa determinante no processo de aprendizado, na medida em que reforça o desejo da criança de ler por prazer. Vale lembrar, esses instantes de aproximação funcionam para os filhos como recordação dos momentos de aconchego e colo que marcaram o início de sua infância.

É delicioso observar o modo como as crianças se entregam aos enredos, absorvidas pela fantasia, mas atentas aos menores detalhes das tramas. Estimulá-las nessas ocasiões a refletir sobre as escolhas que os personagens fazem será sempre uma experiência enriquecedora.

Para tirar bom proveito da circunstância, é conveniente escolher narrativas que

envolvam situações de impasse. Quando o personagem estiver prestes a fazer uma escolha, o adulto deve interromper a leitura. E então, em uma linguagem acessível à criança e com suavidade – sem deixar que o clima gostoso seja quebrado –, cabe pedir a ela que:

- preste atenção à situação do personagem;
- fale sobre as pessoas, coisas e ideias que o personagem deve levar em conta antes de tomar uma decisão;
- pense sobre o que ela faria se estivesse na situação do personagem.

Feita essa breve interrupção, a leitura deve prosseguir. Ao final da história, pode-se pedir à criança que compare a escolha do personagem com a que ela tinha imaginado para si própria. Incentivá-la a perceber o que o personagem ganhou e perdeu com a escolha que fez servirá como fecho perfeito para o aproveitamento da história.

Sou fã ardorosa dos contos de fadas. Exatamente por isso, especificamente para este exercício de estímulo à percepção e avaliação de escolhas, recomendo que os pais não façam uso da leitura dos contos.^[5] E isso porque, se é verdade que os contos de fadas giram em torno de uma temática perfeita para nossas intenções – como resolver problemas –, fazem-no de um modo tão primoroso que não convém alterar nada neles.

Uma das características dos contos é o fato de que o herói ou heroína tem de enfrentar grandes obstáculos antes de triunfar contra o mal. São enredos que correspondem a rituais de iniciação e, por meio deles, as crianças vão aprendendo a equacionar uma série de impasses que vivem ou fantasiam. À diferença das outras histórias, enquanto ouvem os contos de fadas as crianças processam conteúdos fundamentais para sua saúde mental. Se você prestar atenção ao rostinho delas, perceberá a devoção comovedora com que ouvem as narrativas.

Uma evidência da importância dos contos para as crianças são os ciclos que elas vivem em relação a algumas histórias. Nessa fase, é comum que todos os dias peçam que lhes contem sempre e apenas um único conto. E de tal maneira se apegam aos enredos que, não importa quantas vezes tenham ouvido a mesma história, uma única palavra diferente merece protestos acesos: “Não é assim a história”.

Mesmo que as tramas possam parecer violentas ou cruéis a ponto de incomodar os adultos, não se devem alterar ou amenizar seus roteiros. Sua leitura deve correr sem interrupções de qualquer ordem ou convocações de interpretação sobre as escolhas. Contos de fadas causam profundo efeito organizador sobre o psiquismo da criança e é mesmo uma pena que tão poucos pais e professores se deem conta disso atualmente.^[6]

Dilemas éticos

“Às vezes, é difícil decidir o que devemos escolher e a que custo, e o que devemos suportar em troca de certo resultado, e ainda é mais difícil firmar-nos na escolha, pois em muitos dilemas deste gênero o mal esperado é penoso...”

Aristóteles^[7]

É ponto primordial da educação financeira demonstrar para as crianças que o ganho e o uso do dinheiro devem ser sempre norteados pela ética.

Em torno dos nove anos as crianças já são capazes de distinguir com alguma facilidade o certo e o errado. Também por volta dessa idade, tornam-se bastante

perspicazes em avaliar as expectativas dos adultos e do grupo de amigos em relação às suas ideias e comportamentos. Além disso, vão se dando conta de que a vida é bem complicada de entender e assumem ares inquisidores sobre temas que atordoam os pais: por que existem as guerras? Por que há pessoas que morrem de fome quando há tanta comida no mundo? Todos os políticos são corruptos? Vale a pena ser honesto? Ser honesto significa ser otário?

Se os adultos evitam o debate (“Isso não é assunto de criança”), ou se procuram esquivar-se das perguntas com respostas vagas (“Quando crescer, você vai entender”), perdem a chance preciosa de levar a criança a perceber a diferença entre os comportamentos hipócritas, que se fingem de éticos, e a virtude ética, que é resultado de discernimento e escolha.

Ser ético é questão de escolha. Ninguém nasce ético: escolhe ser. E como acontece em qualquer escolha, alguma coisa se perde e alguma coisa se ganha em um comportamento em que os preceitos éticos predominam. Não raro é uma opção difícil e solitária, mas que traz, para quem acredita nesses princípios, benefícios inegociáveis no curto, médio e longo prazos.

Um método eficaz de abordar esse tema com os filhos é a apresentação de casos reais que envolvam questões éticas relacionadas com dinheiro. Notícias publicadas nos jornais, por exemplo, que estimulem as crianças a discutir o certo e o errado e a compreender as implicações das escolhas envolvidas na situação apresentada.

Nesse tipo de conversa, é prudente que os pais resistam à tentação de fazer das histórias trampolins para as velhas lições de moral. Tudo o que as crianças retêm desse tipo de pregação é o que se deve dizer sobre a ética – o que é uma forma de incitá-las à hipocrisia. Melhor resultado se obtém deixando-as livres para se posicionarem na situação, de modo a manifestar suas dúvidas sinceras sobre o que se ganha e o que se perde em uma escolha assim. Por isso, após o relato da história, nada mais compete aos pais senão provocar a criança perguntando: O que você faria?

Ajudá-las a construir os alicerces do discernimento é a melhor forma de garantir que cresçam preparadas para trilhar, de fato, os rumos da virtude ética.

Algumas histórias que recolhi servem bem a esse propósito:

1. Edson da Silva, de 17 anos, andou cerca de 30 quilômetros durante a noite para achar o dono da carteira com R\$ 1.310,00 que encontrou no acostamento de uma rodovia, em Salto de Pirapora, região de Sorocaba, no estado de São Paulo. O dinheiro foi entregue à dona de casa Maria Bernadete de Almeida. A carteira foi jogada do carro pelo neto de dois anos de Maria. Uma vez divulgada a notícia, Edson conseguiu um emprego melhor e ganhou uma bolsa de estudos.^[8]
2. Antônio Fernando Rodrigues, 53 anos, devolveu uma mala com R\$ 200 mil em dinheiro, cheques e notas promissórias que encontrou no trem que liga São Paulo a Jundiaí. Antônio seguia para o trabalho quando encontrou a mala em um banco do trem. Ele a levou para casa e decidiu devolver ao dono, um consultor

financeiro, que foi descoberto por meio de um cartão que Rodrigues encontrou na mala. Ele recebeu uma gratificação de R\$ 110,00.^[9]

3.

O ex-vigia Márcio José Ramos, 35 anos, desempregado, devolveu um envelope com US\$ 6 mil ao dono, que o deixara cair no campo de golfe do Porto Alegre Country Club. Ele não foi recompensado pelo proprietário do dinheiro, mas, como homenagem a sua honestidade, recebeu um presente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil em Porto Alegre: Márcio e sua família ganharam uma casa de alvenaria com três quartos, sala, cozinha e banheiro, em um terreno de 300 metros quadrados. Márcio vai morar agora com a mulher, Ladi, e os dois filhos na casa nova, deixando para trás a antiga residência de dois cômodos em que moravam, e que era infestada de ratos.^[10]

4.

Um adolescente de 17 anos, entregador de jornais na cidade de Pirajuí (398 quilômetros de São Paulo), encontrou um malote com R\$ 6 mil na rua e devolveu ao dono. Fágner Tamborim, que recebe R\$ 90,00 por mês entregando jornais, contou que encontrou o malote – contendo cerca de R\$ 3 mil em dinheiro e R\$ 3 mil em cheques – na rua enquanto trabalhava. “Vi que havia muito dinheiro e cheques. Levei pra minha mãe, que ligou para o banco. Aí conseguiram localizar o dono.” O empresário Marcelo Lourenço, 32, dono do dinheiro, deu ao jovem R\$ 100,00 e um par de tênis.^[11]

Televisão: escolha ou falta de opção?

A televisão pode ser fonte de entretenimento saudável e bem-vindo. No entanto, o problema se instala quando assistir à televisão deixa de ser uma opção para as crianças e se torna a única alternativa de lazer à disposição delas.

Família que assiste à televisão unida permanece unida

Dentre meus 5.432 defeitos, o favorito é ouvir a conversa de quem não conheço e,

muitas vezes, nem vejo.

Sou mestra em acompanhar diálogos três mesas adiante. Sigo o assunto sem perder o fio, torço, acho um desaforo, mordo a língua para não dar palpite. Não bastasse pecar contra as boas maneiras, ainda me valho de várias dessas histórias como inspiração para meu trabalho. Como a que aconteceu há alguns anos, quando me preparava para deixar um hotel.

Quando o jovem recepcionista desligou o telefone, pelo despudor do sorriso, adivinhava-se que eram ótimas notícias. Em um transe, gritou para o colega no final do balcão: “Eu vou ser pai!”. O outro, depois das rápidas congratulações, emendou: “Como presente, vou dar o conselho mais importante para a sua vida de pai” (nesse ponto – a carne é fraca – larguei caneta e papel e parei de fingir que não estava lá). “Compre outra televisão! Ou você faz isso ou nunca mais vai assistir ao que quer – só ao que *eles* quiserem”.

Muito embora possa compreender a aflição do conselheiro por alguma paz nas horas de repouso – sem disputas pelo controle remoto ou programação –, acho improvável que, com sua escolha por manter outra televisão em casa, ele imponha sossego à convivência familiar. Pelo menos não no médio e longo prazos. Essa convicção faz que há anos eu convide os pais em minhas palestras a exercitar a “arte zen” de optar por manter, justamente, uma única televisão em casa. E que façam essa escolha não “apesar” dos filhos, mas por causa deles. Em benefício da prole.

Há alguns anos, o pediatra americano Iman Sharif, do Hospital de Crianças de Nova York, avaliou em 4.500 estudantes a influência sobre a vida escolar do tempo gasto por eles assistindo à televisão ou jogando videogame. Os resultados são alarmantes. O estudo demonstrou que as crianças que viam mais programas de televisão tinham pronunciada queda de desempenho, resultado de intensa dificuldade em compreender os conteúdos curriculares.

Ou seja, o acesso indiscriminado à televisão mina aos poucos a confiança das crianças em sua capacidade intelectual, condição fundamental para que cresçam motivadas a conhecer e conquistar o melhor da vida e do mundo, inclusive do ponto de vista financeiro.

Há ainda um terceiro aspecto na relação crianças/televisão que considero importante abordar: o acesso à programação destinada a adultos, de modo especial às novelas – não importa em que horário sejam exibidas – e seu efeito sobre o modo como os pequenos vão construindo uma visão distorcida do poder do dinheiro.

Em função do trabalho como educadora, volta e meia esbarro nas impressões que pulam das novelas para o cotidiano infantil. Contudo, talvez a situação mais emblemática tenha sido a discussão a que assisti em uma turma de pré-escola. Com a intenção de provocar a distinção entre consumo e valores, a professora pedia à classe que listasse o que se pode e o que não se pode comprar com dinheiro. A cena corria de acordo com o desejo até que entrou em pauta o amor. É possível comprar amor? Foi então que uma garotinha se saiu com o seguinte: “É claro que dá para comprar amor. É só botar uns peitões de silicone e arranjar um cara bem rico. E aí ‘deixar’ que ele compre o amor da gente”. Cínica? Nem um pouco. Só uma noveleira de seis anos. Seis anos!

É possível disciplinar a convivência com a televisão de muitas maneiras. Todavia, para isso, há uma decisão básica a ser tomada: a família deve assistir à televisão junta, em um único aparelho. Sem paz, é provável, mas também sem alienação. É importante aprender a negociar a programação, de modo que todos se inteirem das predileções de cada um. Afinal, se você não é capaz de suportar conhecer os interesses de seus filhos, não há razão para esperar que eles venham a se importar, nem agora nem nunca, com os seus.

Os truques da publicidade

Está claro que as crianças não possuem maturidade e discernimento para duelar com o vigor publicitário. Se não há um adulto por perto – ao lado – para provocar sobre os usos e abusos de tudo quanto é posto à venda nos intervalos ou durante os programas, não há como imaginar que elas possam vir a ser capazes de filtrar sozinhas, no abandono da “outra televisão”, o que convém ou não convém ao consumo infantil.

A publicidade pode educar e informar o consumidor sobre os produtos que anuncia, mas também pode influenciar o consumo de produtos que não queremos nem de que precisamos realmente. Além disso, ela pode ser desonesta e anunciar vantagens inexistentes de um produto.

Para ensinar os filhos a serem capazes de avaliar tudo isso – de modo que seu consumo possa ser balizado por escolhas ponderadas e não pela indução do que veem na televisão –, é importante desvendar o que está por trás de algumas técnicas adotadas pelos publicitários.

Existem pelo menos seis maneiras de a publicidade tentar ludibriar o consumidor. Explicá-las para os filhos – e encontrar exemplos de seu uso enquanto se assiste à televisão em família – é uma maneira divertida e inteligente de passar o tempo com as crianças:

1. “Todo mundo está usando”

Esse tipo de anúncio tenta convencer que todo mundo está usando aquele produto e que, se você não usar, é porque está fora da moda.

2. Celebidades

Uma pessoa famosa afirma que está usando um determinado produto. A publicidade quer que o consumidor pense: “Se ele compra esse produto é porque deve ser muito bom!”. Como as crianças não sabem que as celebridades estão ganhando uma fortuna para dizer isso, é preciso explicar tal fato a elas.

3. “Imagem é tudo”

Esse tipo de mensagem usa imagens lindas – campos floridos, praias deslumbrantes – e uma música emocionante, porém com um detalhe: nem a imagem, nem a música, ou seja, nada tem nenhuma relação com o produto. Você fica assistindo àquilo tudo tão lindo e uma voz, ao fundo, diz “Venha para a natureza: use o xampu XPKT”.

4. Apelo emocional

Neste caso, o plano é manipular os sentimentos do consumidor. Atrair a emoção e a simpatia para o comercial, deixando o produto em segundo plano. Exemplo: uma criança na escola tenta desesperadamente terminar um exercício. Usa e abusa da borracha. Os minutos vão passando. A tensão é crescente. Finalmente a professora recolhe o exercício. A criança acertou tudo! O comercial diz: “Borracha XPKT: porque bom mesmo é ser feliz”.

5. Confundir

De alguma forma, em quase todos os anúncios, é isto mesmo que se tenta: confundir a cabeça do consumidor. Entretanto, nessa técnica a confusão é maior. Esse tipo de publicidade tenta, suavemente, induzir o consumidor a erro. Exemplo: um ator vestido como um dentista aparece sentado em seu “consultório” com uma escova de dentes XPKT na mão. Ele diz: “As pesquisas indicam que a escovação após as refeições é decisiva para a diminuição das

cáries. Lembre-se disso na próxima compra de sua escova de dentes XPKT”. (A afirmação certamente é verdadeira. Mas, afinal, quais são as vantagens da escova XPKT?)

6.

“Meu produto é o melhor”

Esse tipo de mensagem quer que acreditemos que o produto anunciado é muito melhor que os concorrentes. Porém, ele não explica nenhuma vantagem real do produto. Exemplo: Uma pista de corrida. Todos os corredores usam tênis. Mas apenas um calça o tênis XPKT. Adivinha quem vai ganhar a corrida? Uma voz diz: “Tênis XPKT: e chega de papo!”.

Desligue a televisão

No decorrer dos últimos anos, pesquisadores de todo o mundo têm se debruçado sobre o estudo das consequências que o acesso ilimitado à televisão ocasiona ao desenvolvimento infantil. As crianças brasileiras estão entre as que passam mais tempo diante da televisão no mundo. Enquanto uma criança brasileira permanece três horas e 31 minutos por dia diante da televisão,[12] as alemãs não ficam mais que duas horas e 15 minutos em frente ao aparelho.[13] E observe que, na Alemanha, 95% das casas possui acesso à TV a cabo e contam com ampla oferta de canais gratuitos. E lá, como aqui, a maioria dos pais e mães trabalha fora de casa. O que tira do ar, de vez, a ideia de que seja imprescindível contar com a babá eletrônica como sócia na educação das crias, a fim de mitigar os efeitos da dupla jornada. No decorrer dos anos, tenho alertado os pais sobre a importância de dar aos filhos opções de passatempo que vão além da televisão (ou do computador). Para atender a esse propósito, minha sugestão é de que as famílias adotem a prática de desligar a televisão durante, pelo menos, um dia do mês. Com ações desse tipo, os pais despertam a percepção crítica dos filhos acerca das possibilidades de diversão e indução ao consumo que estão envolvidas na programação televisiva.

É preciso que estejamos atentos também ao tempo que nossas crianças passam na frente do computador. De acordo com dados do Ibope, em 2012, internautas com idade entre dois e 11 anos permaneceram, em média, 17 horas por mês conectados ao computador.

Na França, a média mensal de tempo gasto dessa faixa etária com a internet é de dez horas e 37 minutos. Além disso, lá as crianças representam 7,8% dos usuários domiciliares ativos da rede. No Brasil, esse percentual sobe para 14,1%.[14]

Por tudo isso, a maioria das crianças, sobretudo acima dos sete anos, simplesmente não sabe como preencher o tempo livre de outra maneira senão assistindo à televisão, jogando videogames ou conectada ao computador. Um cardápio de atividades possíveis de serem compartilhadas por toda a família vai ajudá-las a encontrar outras preferências e formular escolhas para os momentos sem distrações tecnológicas:[15]

1.

Faça sessões de leitura em casa, com a família reunida.

2.

Jogue cartas.

3.

Seja voluntário em alguma organização comunitária ou de caridade.

4.

Tome emprestado um livro sobre artesanato e faça presentes para os amigos.

5. Leia revistas e jornais. Escute rádio.
6. Escreva uma carta.
7. Faça um jantar em família.
8. Saia de casa e brinque em um parque.
9. Planeje uma festa.
10. Exercite, corra, jogue bola.
11. Faça uma busca nos armários por roupas que podem ser doadas.
12. Comece um diário.
13. Ande de bicicleta.
14. Faça uma caminhada para coletar sementes e folhas e produza uma colagem.
15. Planeje um piquenique.
16. Comece uma coleção. Organize-a.
17. Olhe o álbum de família.
18. Faça uma visita ao seu vizinho ou amigo.
19. Crie um brasão familiar.
20. Invente uma história e escreva.
21. Faça uma lista de coisas sobre as quais você não sabe nada a respeito e gostaria de pesquisar.
22. Construa um instrumento musical e toque-o, ou pratique qualquer outro instrumento.
23. Descubra as músicas que seus pais/filhos gostam e ouça junto com eles.
24. Invente uma história assustadora e conte-a com as luzes apagadas.
25. Peça a alguém mais velho para contar histórias sobre a família.
26. Aprenda novas piadas.
27. Asse biscoitos.
28. Pinte.
29. Visite uma livraria.

Os momentos vividos sem a intermediação da programação da TV ou de programas do computador ajudam a aproximar pais e filhos. Reforçam a intimidade afetiva, criando ambiente para a construção de experiências e projetos familiares. Essa proximidade amorosa é condição fundamental para a introdução dos filhos no mundo financeiro, como veremos no capítulo a seguir.

Capítulo 6

MUNDO FINANCEIRO

“Compreender as coisas que nos rodeiam é a melhor preparação para compreender o que há mais além.”

Hipátia^[1]

O dinheiro existe para dar prazer. Contudo, é fato que existem prazeres que podemos satisfazer hoje; outros só dentro de cinco, 15 ou 30 anos. Não bastasse o problema de conseguir organizar as finanças para satisfazer cada um desses prazeres, ainda surge outro: como desenvolver nos filhos a habilidade de poupar?

Os filhotes devem ser estimulados a perceber que o prazer de poupar é semelhante ao prazer que se obtém ao gastar. Eles funcionam como complementares e ensinar a reconhecer a dualidade desses prazeres, sabendo conviver com o melhor de cada um, não é nada complicado.

A poupança dos pais

Boa parte dos pais se preocupa em construir alguma forma de

poupança para os filhos. É bem verdade que poucos de nós transformam essa preocupação em fato. Entretanto, de todo modo, a intenção da poupança – meio escondida, não raro adiada – está sempre presente.

Mesmo entre os campeões do bom senso e persistência, vez ou outra, observo duas falhas recorrentes na condução desse processo: a poupança focada na expectativa do curso universitário e a alienação dos filhos quanto aos procedimentos. E como não há razão para evitar tornar ótimo o que já é bom, a atenção a pequenos detalhes pode fazer toda a diferença.

A poupança para a faculdade

É provável que antes de comemorar a entrada dos filhos no mundo universitário você ainda vá tropeçar em muitas Barbies, bicicletas e patins espalhados pela casa.

No entanto, muito embora seja conveniente começar a se planejar, desde já, para superar o desafio financeiro mais pesado que cruza o caminho de muitos pais – em algumas faculdades o preço pago por quatro anos de estudo supera os R\$160 mil –, é preciso não perder de vista que fazer (ou não fazer) faculdade é uma escolha que cabe aos filhos.

Pode ser frustrante para alguns pais lidar com a quebra de expectativa em relação à formação acadêmica das crias. Mas, gostando ou não da decisão, é preciso que estejamos preparados para a eventualidade de o herdeiro ter planos de vida que não obedeçam aos nossos sonhos.

Para evitar situações desse tipo, é ajuizado ampliar o leque de finalidades da poupança: “Quando for adulto, você vai poder usar a poupança para comprar um imóvel; criar um negócio; fazer uma pós onde quiser: enfim, o destino da poupança vai depender das escolhas que você fizer!”.

Porém, já que estamos no tema, vamos imaginar, no oposto, que no próximo ano seu filhote vá cruzar os muros do campus universitário e, por qualquer razão, você não conseguiu poupar o suficiente para esse momento. O que fazer? Felizmente, a situação não estará de todo perdida. Existem algumas alternativas que, embora não sejam ideais, podem ajudar um

bocado nessas circunstâncias.

Algumas instituições de ensino possuem planos próprios de financiamento das mensalidades. Em São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica (PUC), a Santa Casa e a Fundação Getulio Vargas, por exemplo, oferecem essa opção. Verifique as possibilidades em sua cidade. De qualquer forma, em todo o país, pelo menos uma instituição financeira oficial, a Caixa Econômica Federal, oferece crédito educativo para quem frequenta as universidades privadas.

Isso posto, convém relembrar que não existe nada de errado – ao contrário – em conversar com os filhos sobre os limites financeiros da família. Se a sua poupança ou orçamento não comportarem o pagamento da faculdade, abra o jogo com o herdeiro e pesquisem, juntos, soluções para o problema. Aliás, um trabalho de meio período será muito bem-vindo, porque, além de prepará-lo para a vida adulta, vai contribuir para abater os gastos com as mensalidades, tornando-o – e esta é a melhor parte – corresponsável pelo sucesso dessa jornada.

Deixa que eu faço!

Há pais que tomam posse absoluta dos rumos da vida financeira dos filhos. Não admitem palpites nem acordos. Nunca lembram de conversar sobre o andamento do investimento. Os filhos, “vítimas” da poupança, são mantidos à margem. E, porque não aprendem a compreender o que se passa, como se passa e a que juros, pouco valor dão ao esforço dos pais.

O quadro talvez fosse outro se a poupança estivesse no nome do herdeiro (associado ao dos pais, é lógico), de modo que, desde pequeno, ele recebesse em casa os extratos bancários ou relatórios das corretoras. Antes mesmo que pudesse compreender as nuances do investimento, o fato de receber uma “carta importante” – e eles adoram isso! – teria deixado o herdeiro mais atento e responsável em relação ao uso do dinheiro (inclusive da mesada) e, por tabela, mais agradecido aos pais pela persistência.

Naturalmente, por prudência e elegância, os pais não devem deixar escapar aos filhotes a recomendação de que sejam discretos em relação às informações concernentes à poupança.

Esse é um assunto privado, estritamente familiar, e não deve ser discutido – nem mesmo mencionado – fora de casa.

Uma variante desse controle que atropela os filhos no caminho da poupança é o que acontece com os presentes em dinheiro. No que diz respeito aos agrados que eles recebem dos parentes em datas especiais, o mais prudente é deixar que façam livre uso de pelo menos uma parte. Quanto ao restante, muito bem que vá para a poupança. Contudo, lembre-se de que você deve persuadir seu filho de que essa é a melhor opção para o dinheiro. Faça-o sentir-se responsável por essa escolha, evitando, assim, que ele venha a arranjar uma maneira de vingar-se de sua cuidadosa, porém excessiva, vigilância financeira, sendo displicente com as mesadas, por exemplo.

Já que falamos dos presentes em dinheiro, vale a pena nos determos por um momento no assunto. Mesmo reconhecendo que nem sempre é fácil acertar o gosto do aniversariante – sobretudo se adolescente – e que, muitas vezes, por falta de tempo ou inspiração, presentear com dinheiro mostra-se a opção mais cômoda e rápida, dois aspectos não podem deixar de ser levados em consideração. Em primeiro lugar, é grosseiro não consultar os pais sobre o valor adequado para o presente. A opinião dos responsáveis ajudará a evitar montantes que sejam excessivos e, por isso, inadequados à idade ou à maturidade do presenteado.

Em segundo lugar, é preciso que o gesto de quem presenteia vá além de enfiar a mão na carteira. Por isso, se é o aniversariante quem prefere que o mimo seja dinheiro – para potencializar algum plano de consumo –, nesse caso o presente deve incluir um passeio para acompanhar a compra do objeto de desejo.

A poupança dos filhos

Há dois tipos de poupança que se entrecruzam na vida financeira dos filhos e é preciso distingui-los com exatidão. Uma é a poupança que os pais constroem para os filhos. Outra é a poupança que os filhos devem ser estimulados a construir por conta própria, pelo uso adequado da mesada, por exemplo. Conduzidas de modo adequado, uma e outra funcionam muito

bem. Mas as duas, em paralelo, produzem efeitos extraordinários sobre a educação financeira dos filhos.

Para ambas as formas de poupança, duas diretrizes são responsáveis pelo sucesso financeiro em qualquer fase da vida: a clara definição de objetivos para o dinheiro e a busca por investimentos que se mostrem adequados a eles.

Dos três aos seis anos

Antes dos seis anos, o interesse da criança por dinheiro não é significativo. Eventualmente, mostram interesse em receber moedinhas para a compra de doces ou figurinhas; entretanto, não avançam muito além disso. O sentido de poupança, por sua vez, é limitado ou inexistente. De toda maneira, como essa fase corresponde à preparação do terreno para passos mais largos em relação ao dinheiro, a atenção que ela merece não deve ser menosprezada. Afinal, o interesse por dinheiro pode até não ser ainda marcante, mas a atenção ao comportamento dos pais em relação às finanças está presente todo o tempo.

Semanadas acompanhadas de um calendário, em que a criança possa ir marcando quantos dias faltam para seu recebimento, bem como a apresentação de cédulas e moedas, são duas recomendações adequadas a essa fase. No entanto, as atitudes dos pais constituem a principal fonte de inspiração e modelo para a criança. Tendo isso em vista, algumas sugestões bemvindas a essa fase incluem:

1. Se as crianças percebem que os pais, de modo concreto, valorizam o cuidado com o dinheiro, assimilam esse comportamento. Por isso, os adultos não devem descuidar da atenção às moedinhas. Deixá-las descuidadamente espalhadas pela casa funciona para os filhos como indicação de displicência com dinheiro.

E, como as atitudes dos pais ajudam a semear um procedimento adequado dos filhos, promover “caças ao tesouro” é uma maneira divertida e eficaz de ensinar o valor do dinheiro. A brincadeira consiste em vasculhar a casa em busca das moedas perdidas em bolsas, cantos de sofá ou gavetas. A quantia acumulada deve, com justa razão, ser usufruída por seus descobridores.

2.

Na medida do possível, procure pagar as compras em dinheiro quando estiver na companhia de crianças dessa idade. A atenção ao troco, conferindo a exatidão da quantia recebida, fornece indícios importantes às crias sobre o cuidado com o dinheiro.

3.

Se o pagamento for feito com cheque, chame a atenção da criança para a diferença de uso em relação ao dinheiro. Deixe que ela observe o preenchimento do cheque e também do canhoto do talão. Se a forma de pagamento for cartão de débito ou crédito, assegure-se de que a criança esteja atenta ao funcionamento da máquina e ao recibo de

compra emitido por ela. Dentro das possibilidades de compreensão do filhote, não deixe de mencionar que essas formas de pagamento implicam que o dinheiro sairá de sua conta para cumpri-los.

Dos seis aos dez anos

Para as famílias que optam pelas semanadas, essa fase corresponde ao início de sua aplicação de modo mais didático. A partir desse ponto, a criança deve ser estimulada a separar uma parte do dinheiro que recebe para alguma poupança, de curtíssimo prazo. O senso de poupança cresce lentamente no decorrer desse período, de modo que é preciso provocar a criança para que ela encontre objetivos plausíveis para a poupancinha.

- Cuide para que a criança separe o dinheiro em partes destinadas a gastar e a poupar tão logo o receba. Oriente-a a manter essas quantias em lugares distintos, como envelopes, carteiras ou gavetas. É importante que ela tenha um caderno em que possa anotar diariamente seus gastos, a fim de construir algum sentido de orçamento.
- Mostre à criança o funcionamento dos caixas eletrônicos. Explique a relação desse processo com o saque em sua conta bancária. Torne clara para o filhote a relação entre o

dinheiro que você recebe por seu trabalho (depositado no banco) e os saques no caixa eletrônico. Só assim ele compreenderá que o dinheiro que você tira do caixa na realidade está saindo da sua conta.

- Explique e demonstre também o passo a passo do processo de depósito de dinheiro. Um número considerável de crianças (e de adultos) imagina que o dinheiro sacado nos caixas eletrônicos é impresso no local; ou que dentro da máquina há uma pessoa que entrega o dinheiro. É melhor esclarecer detalhes desse tipo. Não deixe de mencionar a importância da senha eletrônica para a segurança da operação.

- Nessa fase, as crianças aderem com entusiasmo aos planos de poupança familiar. Conversas sobre os projetos de poupança de curto e médio prazo são bem-vindas. Não se esqueça de incluir metas de poupança relacionadas a “querer”, como uma viagem no final do ano; e outras de “precisar”, como a reforma do telhado ou, se for o caso, a troca do carro.

Dos 11 aos 14 anos

É a fase do início das mesadas, o que corresponde ao aprimoramento do raciocínio abstrato da cria. A capacidade de estabelecer e cumprir um orçamento semanal está instalada. A noção de planejamento no tempo se aprofunda, o que permite que os planos de poupança sejam delineados mais adequadamente. O interesse por dinheiro é crescente e os pedidos de reajuste de mesada fazem parte da ordem do dia.

- A capacidade de argumentação dos adolescentes é inesgotável. Essa disposição para o debate pode ser aproveitada para ensinar-lhes alguns passos dos métodos de negociação. Converse sobre a importância de saber ouvir e conhecer o ponto de vista do oponente ou sobre a importância de preparar os argumentos com antecipação, por exemplo. E, a partir daí, prepare-se para ver a cria defendendo a demanda por aumentos da mesada com pontos de vista cada vez mais consistentes.
- Se mesmo para os adultos não é fácil planejar-se financeiramente para o dia de amanhã, para os adolescentes isso é ainda mais difícil. Eles precisam ser encorajados a imaginar cenários para os próximos cinco, dez ou 15 anos. Uma maneira suave e eficiente de estimulá-los nessa

direção é brincar de “máquina do tempo”. Peça-lhes que imaginem uma espécie de “futura autobiografia”. Que vida eles imaginam que terão em 15 ou 30 anos? Onde irão morar? Em que tipo de imóvel? Que ocupação profissional exercerão? Uma brincadeira como essa ajuda os filhos a perceber a necessidade de estabelecer prioridades e organizar-se em relação ao dinheiro para alcançar os objetivos na vida.

•

Incentivar os filhos a imaginar maneiras de alcançar seus propósitos inclui discutir as estratégias financeiras mais adequadas à sua consecução. Por isso, em algum momento dessa fase, é conveniente providenciar uma visita ao banco com eles. Esse passeio irá preparar o terreno para as próximas etapas da educação financeira. Considerando que mesmo os adultos frequentemente manifestam constrangimentos no contato com os bancos, de maneira especial no trato com os gerentes das agências – exagerando sua importância e o conhecimento das finanças –, apresentar seu filhote ao

gerente irá ajudá-lo a desmontar preconceitos e evitar futuras inibições.

•

Essa pode ser uma boa oportunidade para discutir com a cria as vantagens e desvantagens de utilizar os serviços bancários. Estimule-o a imaginar algumas características positivas e negativas. Lembre-o de que, como em toda escolha, ao optar por fazer uso dos serviços de um banco, alguma coisa se ganha, porém algo também se perde. Ao final da conversa, certifique-se de que as quatro propriedades seguintes tenham sido incluídos na lista de vantagens. Em primeiro lugar, o fato de que os bancos são seguros. Mesmo em caso de roubo, o dinheiro do cliente estará garantido por seguradoras. A segunda vantagem é que os bancos pagam juros sobre o dinheiro aplicado lá, ao contrário do que acontece com a grana deixada em casa. O terceiro aspecto positivo é que os bancos oferecem um cardápio variado de aplicações e serviços que podem ser muito úteis. É o caso dos seguros; dos planos de

previdência ou financiamentos. Finalmente, a quarta vantagem tem a ver com o fato de que é mais fácil ceder à tentação de gastar a poupança quando ela está em casa do que quando está depositada no banco.

- Dentre as desvantagens, podem ser mencionados os horários limitados de atendimento nas agências; o processo burocrático e a imposição de depósitos mínimos (que podem ser bem altos) para abertura de contas; a cobrança de taxas pelo uso dos serviços; a existência de filas demoradas e o atendimento nem sempre atencioso (sobretudo com os clientes mais jovens).

- Os bancos e as administradoras de cartões têm sido cada vez mais despudorados nas campanhas dirigidas aos clientes mirins. Como defesa às táticas do marketing ostensivo que visam induzir ao uso precoce de cartões de crédito ou débito, é sensato levar os filhos a compreender as características desses produtos.

Falar dos cartões de crédito implica transmitir aos herdeiros uma definição clara acerca do que eles representam e das implicações envolvidas nas operações desse gênero. Pode valer a pena tentar uma abordagem semelhante a esta: é preciso

cuidado quando os cartões de crédito possibilitam que você compre alguma coisa de que não precisa, por um preço que não pode pagar, com um dinheiro que você não tem agora e, talvez, não venha a ter no futuro.

Pessoalmente, considero uma temeridade o uso de cartões de crédito. Poucos adultos são aptos a usá-los de maneira equilibrada. Pais que não resistem ao apelo publicitário e permitem que seus filhos adolescentes façam uso desse instrumento estão se arriscando a toda sorte de aborrecimentos.

[2] Do ponto de vista educacional, nada recomenda o uso de cartões de crédito antes da vida adulta. Muito ao contrário. De toda maneira, sendo uma escolha dos pais, manda a prudência que o uso do cartão seja acompanhado, de perto, pelos adultos responsáveis.

Além disso, como recomendação geral para adultos e adolescentes, vale o seguinte: se o cartão de crédito faz você sentir-se como se fosse mais rico do que é de verdade, livre-se dele imediatamente. Do contrário, pode apostar, a ruína virá rapidamente ao seu encontro.

•

Com relação aos cartões de débito – que também não são recomendados para essa faixa etária –, será didático discutir seus prós e contras, visando ao uso futuro. Alguns pontos positivos a serem ressaltados têm relação com a segurança do uso (são protegidos por uma senha secreta), a facilidade para saques (evitando as filas nas agências) e o fato de serem aceitos em algumas lojas, o que constitui outro fator de segurança, na medida em que evitam o transporte de dinheiro em espécie. Do lado das

desvantagens, merecem ser citadas as inconvenientes “quedas de sistema” e a maior dificuldade em manter controle sobre os gastos.

Dos 15 aos 18 anos

Para os adolescentes que recebem educação financeira desde o berço, pode-se esperar, a esta altura, que o domínio sobre os limites orçamentários seja próximo do impecável. O senso de prioridades em relação aos gastos e possibilidade de ponderar escolhas financeiras estará bastante desenvolvido. As eventuais escorregadelas para além dos limites da mesada – quando dadas em quantia adequada à idade – serão justificadas e cada vez mais raras.

De outro lado, a definição do horizonte profissional e a entrada no mundo adulto se aproximam com a conclusão do ensino médio. Para muitos adolescentes, é um momento de indefinição e angústia em relação ao futuro.

Parte importante dessas incertezas está relacionada com o sentimento de insegurança no tocante ao porvir financeiro. Uma forma de ajudar os filhos a construir saídas para duelar com essas hesitações é demonstrar confiança em sua capacidade de resolução de problemas. Nesse sentido, embora não seja uma necessidade, mas tão somente uma recomendação sobre a qual os pais devem levar em consideração o grau de maturidade da cria, este é um bom momento para estimular a abertura de uma conta-poupança, uma aplicação simples e segura o bastante para amparar e encorajar os primeiros passos da vida financeira.

É importante ter em mente que essa poupança será a base inicial para os investimentos dos herdeiros e, por isso, não deve ter nenhuma relação com a poupança que os pais estejam preparando para os filhos. São, portanto, assuntos e contas completamente diferentes. Infelizmente, os bancos não são propícios a aceitar a abertura de contas-poupança com valores compatíveis com a capacidade poupadora adolescente. Assim, o jeito é alavancar a poupança das crias com um depósito inicial

que cubra o mínimo exigido pelos bancos e, a partir daí, deixar que eles se encarreguem de alimentar a conta com as sobras da mesada e eventuais presentes em dinheiro. Em algumas famílias, como forma de estimular o hábito da poupança, os pais “dobram” o valor depositado pelos filhos. É uma ajuda bem-vinda, sem dúvida, mas que não é imprescindível.

A abertura dessa conta deve ser compreendida pelos pais e pelos filhos como parte de um rito de iniciação. É fundamental que as crias sejam envolvidas em todas as etapas do processo. Por isso, algum tempo antes da visita ao banco, o filhote deve ser incentivado a listar todas as perguntas que julgue necessário fazer ao gerente para se sentir seguro em relação à aplicação que fará. Algumas dúvidas comuns a essa idade são as seguintes:

- Qual é o depósito mínimo para abrir a conta?
- Quais documentos são exigidos para a abertura da conta-poupança?
- É preciso manter um saldo mínimo?
- Existem valores mínimos para depósitos?
- É possível depositar várias vezes ao mês?
- Quais taxas são cobradas pelo banco? São cobradas taxas sobre os saques efetuados?
- Com que frequência os clientes recebem os extratos? Eles serão enviados por e-mail?
- Como são calculados os juros?
- Com que frequência os saques podem ser feitos?
- Pode-se sacar todo o dinheiro de uma vez?
- Pode-se sacar todos os dias?

- O banco possui seguro contra roubos?
- É possível fazer transações de depósito com cartões de débito? O banco cobrará por elas?
- É possível fazer compras com o cartão fornecido pelo banco?
- A conta dá direito ao uso de cheques?
- Quem escolhe a senha (o cliente ou o banco)? O que acontece se o cliente a esquece ou perde o cartão do banco?

Com algumas poucas adequações, esse questionário servirá de base para a avaliação de quase todas as aplicações que se sigam à conta-poupança. Aliás, com o tempo e a confiança adquirida nessa primeira experiência, é desejável que o jovem progressivamente crie interesse por investimentos cada vez mais sofisticados.

De toda forma, é apropriado que esse processo aconteça na exata medida em que ele próprio seja capaz de vislumbrar objetivos de alcance mais longo no tempo. Conforme essas definições forem ganhando robustez, não será difícil adequar seus propósitos à conveniência das aplicações de longo prazo ou liquidez, de caráter conservador ou de risco.

Aprender a ensinar

Ao final da palestra, uma jovem se aproxima e provoca: e quando são os filhos que precisam educar os pais?

A pergunta embaralhou os tempos de mãe e filha dentro de mim. É justo que os filhos queiram orientar os passos dos pais, impondo-lhes novas pegadas? Depende. Se o que acende esse processo é a arrogância do filho – “Agora sou eu quem sabe; meus pais já não sabem nada” –, pouca coisa, além de mágoa, vai

sobrar disso.

Mas se o que move a cria é a alegria de compartilhar a novidade, então, quase certo, haverá sucesso nessa empreitada. Ao fim, o que importa é não perder a mão. Forçar mudanças que não farão sentido ao ritmo e às necessidades dos pais – à medida que envelhecemos, decresce a disposição para o risco, por exemplo –, ou a insistência em ser obedecidos em seus preceitos, pode transformar filhos em tiranos de pais cansados demais até para reclamar.

Filhos não educam os pais. Podem, se tanto, informar, dividir, sugerir. Para isso, não é preciso prepotência nem ameaças de interdição. Basta consideração e respeito. Enquanto observo a jovem – toda prosa de sua habilidade no manejo da grana –, penso no orgulho que seu pai deve sentir por ter criado uma moça tão pronta para a vida. Pressentindo meu pensamento, em um cochicho ele me entregou sua vaidade: “Esta é a minha Gabriela! Foi ela quem me trouxe”.

Um dia desses, e nem demora, aquela moça saberá que, para estar perto dos filhos, sobretudo quando crescem, vale tudo. Até ouvir palestra em uma quinta-feira à noite, fazendo de conta que já não se sabe nada.

“Não será pequena a diferença, então, se formarmos os nossos hábitos de uma maneira ou de outra desde nossa infância; ao contrário, ela será muito grande, ou melhor, ela será decisiva.”

Aristóteles^[1]

O processo de educar vai muito além de supervisionar o crescimento dos filhos. Ao final, o que conta mesmo não é controlar seus passos, saber cada detalhe do que fazem, mas ser capaz de manter em alerta os olhos e ouvidos da alma para tentar compreender por que os filhos agem de determinada maneira.

E permanecer assim, nesse estado de atenção amorosa, implica estar atentos ao que nós mesmos fazemos. Significa buscar reeducar-se, aprimorar-se, corrigir-se, estar à altura dos filhos, mesmo sabendo que nunca, nunca, seremos perfeitos.

Quase nunca nossos filhos nos veem como somos: sujeitos a cometer erros e acertos, ambíguos, com muitas dúvidas e poucas convicções. Eles nos tomam por modelos ideais de comportamento e saber. Por isso, para o bem e para o mal, tantas das nossas ações e reações são registradas e imitadas pelas crias como o “jeito certo de fazer”.

E é aí, tantas vezes, que as coisas se enrolam. Se os pais preferem um curto-circuito orçamentário a deixar de comprar o carro do ano, como convencer a prole a não arrancar os cabelos pelo último modelo de videogame?

Os filhos, você sabe, não vêm com bula. E, como nós, pais, não temos todas as respostas – e não há como ter todas as respostas –, no processo de educá-los erramos e acertamos; acertamos e erramos. Com alguma sorte, acertamos mais.

Errar e tentar de novo: esse é o nome jogo. Essa é a principal cláusula do nosso contrato como pais. Entretanto, de todos os erros – de todos os desacertos –, o único que não temos o direito de cometer é sequestrar o desejo dos filhos.

Permitir que eles aprendam a reconhecer e sustentar no correr das horas, dias, meses e anos o desejo que é o deles, não o nosso, irá torná-los, pouco a pouco, senhores de suas escolhas. Essa é a síntese de ensiná-los (também) a lidar com dinheiro.

É só isso.

E é tudo isso.

- 1 Aristóteles (384-322 a.C.) foi um dos maiores pensadores de todos os tempos. É considerado o criador do pensamento lógico.
- 2 ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 180. (Os Pensadores).
- 3 Escrita em 1925, essa obra é considerada por muitos críticos o melhor romance norte-americano do século XX. A terceira versão do livro para cinema, de 1974, com roteiro de Francis Ford Coppola, é igualmente imperdível. A quarta versão, estrelada por Leonardo DiCaprio, foi lançada em 2013.
- 4 VEBLEN, Thorstein. *The theory of the leisure class*. Nova York: Dover Publications, 1994.
- 5 A crise financeira de 2008 é considerada por muitos economistas a pior desde 1929. Um de seus efeitos foi a diminuição do crescimento econômico na maior parte dos países, provocando o aumento do desemprego. Em resposta à crise, sobretudo nos Estados Unidos, as famílias se viram forçadas a diminuir o consumo e a desenvolver hábitos relacionados à criação de poupança.
- 6 Uma das maiores áreas verdes de São Paulo, o Parque Ibirapuera possui diversas atrações para todas as idades.
- 7 Cruzeiro (1942-1965); cruzeiro novo (1965-1970); cruzeiro (1970-1986); cruzado (1986-1989); cruzado novo (1989-1990); cruzeiro (1990-1993); cruzado real (1993-1994); real (1º de julho de 1994).
- 8 Pesquisa realizada pelo Citibank americano aponta que 57% dos casamentos terminam em função de desentendimentos associados ao dinheiro. Sobre o assunto, veja o artigo de Daniel Kadlec. “The Prenup Audit” , na revista *Time* de 28 de julho de 1999.
- 9 Frase atribuída ao imperador Júlio César quando, ao se recusar a ser eliminado da vida política, atravessou o rio Rubicão, no norte da Itália. *Alea jacta est* (em português, “Os dados estão lançados”) é mais comumente traduzida como “A sorte está lançada”.

- 1 Pitágoras de Samos (582-496 a.C.) foi um filósofo e matemático grego.
- 2 Mais para frente voltaremos a esse ponto e discutiremos maneiras de esclarecer tamanho mal-entendido.
- 3 As crianças devem ser forçosamente supervisionadas por um adulto durante esse processo. Como se sabe, para desespero dos pais, elas tendem a colocar na boca tudo o quanto há de indevido ou perigoso.
- 4 Sócrates (Atenas, 470-409 a.C.) iniciava as conversas fazendo perguntas, e dessa forma obtinha as opiniões do interlocutor, que ele aparentemente aceitava. Depois, por meio de novas provocações hábeis, desenvolvia as opiniões originais da pessoa arguida. Nesse processo, levava o presumido possuidor da sabedoria a se desconcertar em face da revelação das consequências contraditórias ou absurdas das suas opiniões originais.
- 5 Existem vários produtos financeiros destinados à construção de poupança. É o caso dos títulos de renda fixa; contas de poupança; Tesouro Direto; investimento em ações; previdência privada, entre muitos outros.
- 6 BELLO, Alexandre. A tentação da gôndola. *Isto É Dinheiro*, São Paulo, 4 jul. 2002. Em 18/nov./2013, a matéria podia ser lida em: <<http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/consumo/impulso/index.htm>>.

1

Platão (Atenas, 428-347 a.C.) foi discípulo de Sócrates e mestre de Aristóteles.

2

Durante os dois anos seguintes a essa conversa, mantive a garota sob minha estreita atenção. Inúmeras vezes, pude observá-la no ambiente de classe, no convívio com os colegas. Durante todo o período, jamais presenciei – nem as professoras ou assistentes – nenhuma cena que servisse de eco ao relatado pela mãe.

1

Epíteto (50-130 d.C.), mais um filósofo grego, nasceu em Hierápolis (atual Turquia). Viveu a maior parte de sua vida como escravo, em Roma.

2

“Precisamos submeter a um exame crítico tudo o que caracteriza, para nós, a idade da puberdade. Damos a essa idade muita importância, e com razão. Entretanto, poderíamos perguntar se não exageramos um pouco e não fazemos confusão com certos fatos [...] Com efeito, temos a tendência a ver nela um período crítico, excepcional e misterioso, enquanto constitui apenas uma dessas passagens difíceis que fazem parte da vida da criança e que tem muitas características comuns com outros períodos. É um pouco artificialmente que adornamos o adolescente com o uniforme da inquietação e do desequilíbrio, assim como vestimos a criança com a roupagem da despreocupação e da alegria.” KORCZAK, Janusz. *Como amar uma criança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 143.

3

E, pior, nem sequer preocuparam-se com o fato de que ele, menor de idade, estivesse infringindo a lei ao dirigir uma moto. É preciso muita atenção às mensagens contraditórias que enviamos aos nossos filhos quando se trata de obedecer à lei.

- 1 Tales nasceu em Mileto, uma antiga colônia grega (atual Turquia), em 625 a.C. Sua morte aconteceu aproximadamente em 556 a.C. É considerado o pai da filosofia ocidental.
- 2 Nas famílias em que as babás são a principal companhia da criança em casa, não se pode permitir que a autonomia infantil seja boicotada por cuidados excessivos e/ou servis.
- 3 Não se trata aqui de condicionar o recebimento das mesadas à execução das tarefas domésticas, prática que desaconselha, como exposto no capítulo anterior.

- 1 Epicuro de Samos (341-270 a.C.), mais um filósofo grego.
- 2 A discussão sobre o desejo constitui a base da teoria freudiana. Infelizmente, nas últimas décadas, vários temas relacionados com a psicanálise foram vulgarizados por interpretações simplistas. Em consequência, expressões como *trauma*, *rejeição*, *recalque* ou *desejo* foram vulgarizadas, assumindo conotações muitas vezes equivocadas.
- 3 Também chamado “bombeiro” em algumas regiões do país.
- 4 Convencer os professores a incorporar a palavra “problema” ao cotidiano dos alunos é um dos pontos críticos do meu trabalho nas escolas. Alguns profissionais demoram anos para se sentir confortáveis no uso do vocábulo.
- 5 A história dos Três Porquinhos é exemplar no que se refere às conexões dos contos de fadas com a educação financeira. A trama aborda trabalho, escolhas e capacidade de planeamento. Mas, além deste, rigorosamente todo conto de fadas presta-se a ensinar à criança um bocado sobre a resolução de problemas. Seguem os títulos de algumas histórias que, há séculos, fascinam adultos e crianças: “A Bela Adormecida”; “A Bela e a Fera”; “Branca de Neve”; “Chapeuzinho Vermelho”; “Cinderela”; “O flautista de Hamelin”; “O Gato de Botas”; “João e Maria”; “Mamãe Gansa”; “Os músicos de Bremen”; “O alfaiate valente”; “Pele de asno”; “O soldadinho de chumbo”; “O patinho feio”; “A Pequena Sereia”; “Pequeno Polegar”; “Pinóquio”; “A princesa e a ervilha”; “A roupa nova do rei”; “Rumpelstichen”. Mais recentemente, os sete livros que compõem a saga de Harry Potter foram escritos obedecendo à estrutura clássica dos contos de fada. É o que explica e justifica seu merecido sucesso junto ao público infantojuvenil.
- 6 É sempre motivo de espanto e preocupação encontrar professores que não sabem o que são contos de fadas ou não conseguem citar o nome de pelo menos dois deles. No extremo oposto, há escolas que abusam da paciência das crianças e durante meses “trabalham” um dos contos como tema de projeto. A despeito da boa vontade dessas

- últimas, do meu ponto de vista, isso é coisa de quem não entendeu como funcionam nem os contos nem a pedagogia de projetos.
- 7 ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 501.
- 8 Jornal *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, jul. 2000.
- 9 Portal Terra, 3 ago. 2005.
- 10 Portal Terra, 13 out. 2006.
- 11 Agência Folha, 14 jul. 2007.
- 12 Eurodata TVWordwide, em pesquisa divulgada em fins de 2005. Disponível em: <http://www.mediametrie.fr/webmail/eurodatatvnews05_11_09.htm>. Acesso em: 18 nov. 2013.
- 13 Eurodata TVWordwide, em pesquisa divulgada em 2013. Disponível em: <<http://www.mediametrie.com/eurodatatv/communiques/kids-tv-report-kids-love-tv-any-way.php?id=929>>. Acesso em: 18 nov. 2013.
- 14 IBOPE. *Crianças brasileiras são as que ficam mais tempo conectadas à internet*, 6 set. 2012. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Crianças-brasileiras-são-as-que-ficam-mais-tempo-conectadas-a-internet.aspx>>. Acesso em: 18 nov. 2013.
- 15 A fonte de inspiração para essa ideia é a TV Turnoff Network, um movimento internacional que atua desde 1994. Disponível em: <http://www.tvturnoff.org/>>. Acesso em: 18 nov. 2013. No Brasil, o Instituto Alana ampliou os propósitos da iniciativa original e criou a “Semana sem Telas”. Disponível em: <<http://www.institutoalana.org.br>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

1

Enfim, uma menina no time da filosofia grega! Hipátia, de Alexandria, nasceu aproximadamente em 370 d.C. Morreu assassinada em 415 d.C.

2

Em um dos anúncios, aparece uma mãe com o dilema de dar ou não dar um cartão de crédito para seu filho adolescente. Depois de tantas dúvidas, ela finalmente diz: “Ah! eu vou dar sim. Afinal vai sair mais barato que pagar uma terapia”.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 138. (Os Pensadores).



Rua Henrique Schaumann, 270
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP: 05413-010
PABX (11) 3613-3000

0800-0117875

De 2a a 6a, das 8h30 às 19h30

www.editorasaraiva.com.br/contato

SAC

Flávia Alves **Diretora editorial**

Rogério Eduardo Alves **Gerente editorial**

Rita de Cássia S. Putz **Planejamento editorial**

Debora Guterman **Editoras**

Gisele Folha Mós

Luiza Del Monaco

Paula Carvalho

Daniela Nogueira **Produtoras editoriais**

Rosana Peroni Fazolari

Comunicação e produção digital

Najla Cruz **SupORTE editorial**

2 estúdio gráfico **Arte e produção**

Valter Botosso Junior **Capa**

Hondana **Conversão eBook**

ISBN 9788502229341

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE
LIVROS, RJ.**

D669c

D'Aquino, Cássia

Como falar de dinheiro com seu filho / Cássia D'Aquino. - 1. ed. - São Paulo : Saraiva,
2014.

128 p. ; 23 cm.

ISBN 9788502229341

1. Finanças pessoais. 2. Crianças - Finanças pessoais. I. Título.

~~CDD2938.024~~

CDU-330.567.2

Copyright © Cássia D'Aquino

2014 Editora Saraiva

Todos os direitos reservados.

1ª edição

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na lei nº 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

399.241.001.001